



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
CÂMPUS UNIV. DEP. EST. “RENÊ BARBOUR”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO EM
CONTEXTO INDÍGENA INTERCULTURAL - PPGECH**



EDICLÉIA PARESI

**A LIDERANÇA DE DANIEL MATENHO CABIXI E JOÃO
ARREZOMÃE: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES HALITI PARESI**

**BARRA DO BUGRES – MT
2022**

EDICLÉIA PARESI

**A LIDERANÇA DE DANIEL MATENHO CABIXI E JOÃO ARREZOMÃE:
CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES
HALITI PARESI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural - PPGECEI da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino em Contexto Indígena Intercultural.

Área de concentração: Ensino e Linguagens em Contexto Intercultural

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Helena Rodrigues Paes

BARRA DO BUGRES

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

PARESI, Edicleia.

P227a A Liderança de Daniel Matenho Cabixi e João ArrezomãeContribuições para a Formação Continuada de Professores Haliti Paresi / Edicleia Paresi – Barra do Bugres, 2023.

173 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu
(Mestrado Profissional) Mestrado Profissional em Ensino em
Contexto Indígena Intercultural, Faculdade Intercultural
Indígena, Câmpus de Barra do Bugres, Universidade do Estado
de Mato Grosso, 2023.

Orientador: Maria Helena Rodrigues Paes

Coorientador: Não Há

1. Educação Escolar. 2. Formação de Professores. 3.
Liderança. 4. História de Vida. 5. Haliti Paresi. I. Edicleia Paresi.
II. A Liderança de Daniel Matenho Cabixi e João Arrezomãe:
Contribuições para a Formação Continuada de Professores Haliti
Paresi.

CDU 377.8(=1-82)(=87)

EDICLÉIA PARESI

A LIDERANÇA DE DANIEL MATENHO CABIXI E JOÃO ARREZOMÃE: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES HALITI PARESI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino em Contexto Indígena Intercultural – PPGECEI - da Universidade do Estado de Mato Grosso CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO, *Campus* Univ. Dep. Est. “Renê Barbour” – Barra do Bugres - MT, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Ensino em Contexto Indígena Intercultural.

Aprovado em: 12 de setembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Helena Rodrigues Paes
Orientadora – UNEMAT - PPGECEI

Prof. Dr. Neodir Paulo Travessini
UNEMAT - PPGECEI

Profa. Dra. Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira
UNEMAT – PPGECEI

Profa. Dra. Francisca Navantino Pinto de Angelo
SEDUC-MT

DEDICATÓRIA

Eu, Edicleia Paresi, tenho 34 anos de idade, sou do município de Tangará da Serra, no Estado de Mato Grosso e resido na Aldeia Katyalarekoa.

Sou professora da Aldeia Kamãe, trabalhando com salas multisseriadas de séries iniciais e me graduei no curso de Licenciatura Intercultural Indígena na área de Língua, Arte e Literatura. Todo esse meu caminho na educação não seria possível sem a ajuda e companheirismo de muitas pessoas, assim, me sinto feliz por dedicar este trabalho, para obtenção de título de Mestres a estas pessoas.

Em primeiro lugar, dedico aos meus pais, Estevão Kenazokãe e Isabel Kenazokero.

Também dedico à minha irmã caçulinha, a Elisvania Nokezokemaero, por me ajudar na coleta da pesquisa, sendo minha motorista.

Ao meu cunhado, Leciano Zonezokemae e à minha irmã, Janaina Nonenazokero, por me apoiarem em alguns momentos importantes na coleta de dados da minha pesquisa.

E, á minha irmã, Elisiane, minhas sobrinhas Elisaline e Elihani, Isa pois quando eu mais precisei elas também me ajudaram e se dedicaram durante a minha pesquisa.

Dedico, ainda, ao meu irmão Abrão Arrezokemaeece, à minha cunhada Wérika e minhas sobrinhas, Wessely e Wemely; muita gratidão por toda a minha família.

Aos meus colegas professores das escolas em aldeias Haliti Paresi, que muito me apoiaram nos momentos que mais precisei para superar este desafio.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço ao nosso Deus Enorê, por me permitir essa oportunidade e sou imensamente grata por me colocar ao conhecimento verdadeiro da minha cultura forte e espiritual.

Agradeço ao cacique geral, finado João Arrezomãe, da aldeia Kamãe, pelos momentos de aprendizagem quando convivi com ele; por me transmitir os conhecimentos, ao contar a sua história, sobre a sua preocupação com a língua, cultura e o território do nosso povo. A sua contribuição foi fundamental para alcançar a grandeza deste conhecimento que deixo neste trabalho, como um grande memorial de seus conselhos e ensinamentos.

Agradeço ao ancião finado Dito Nizokãe, que me contou a história do mito de origem do povo Paresi, e, como ele me disse, em seus últimos momentos de vida, que tudo dá voltas e que estaria indo se encontrar com seu irmão, João Arrezomãe. Ele me disse: “nós vamos estar olhando por você lá no céu”.

Agradeço, também, a Helena Ezokero por me contar histórias e mitos e, ainda, algumas partes que se lembra sobre João Arrezomãe.

Agradeço, ainda, Nilce Zonizokemaero, atualmente coordenadora da Educação Escolar Indígena na SEMEC de Tangará da Serra, que muito contribuiu comigo para coleta de dados e realização da pesquisa

Agradecimentos ao Professor Ângelo Kezomãe, que me falou bastante sobre a importância da formação dos professores e dos líderes Haliti Paresi.

Agradeço ao professor Lino Zokenazokemae, por falar sobre a importância da educação para nosso povo.

Agradeço ao cacique da aldeia Rio Verde, senhor Carlito Okenazokie, que relatou vários fatos da convivência com seu pai, o João Arrezomãe, e especialmente, como aquele grande líder via a educação escolar indígena.

Agradeço a Jovenal Azomare, que também contribui falando sobre suas lembranças da convivência com o pai, o seu João.

Agradeço a professora Cristina Kenazokero, por ter falado da importância da alfabetização das crianças e da formação dos professores; falou muito, também, sobre como o João Arrezomãe aconselhava todos sobre educação escolar como forme de fortalecer a cultura tradicional.

Agradeço ao professor Alinor Alves Zezonãe, da aldeia África, que falou entusiasmado de suas lembranças da participação de seu João e das ideias de Daniel Matenho Cabixi sobre educação escolar.

Agradeço ao cacique Rony Walter Azoyayce e esposa Valdirene e sua filha, Hayka, da aldeia Wazare, que gentilmente prestaram seu depoimento das histórias com Daniel Matenho, pai de Rony Watrer.

Agradeço o apoio financeiro da Cooperativa Matsene Kalore, cujos membros também fizeram parte dos depoimentos para construção deste trabalho.

Ainda, agradeço ao primo Elindro Naizokae, o qual faz parte da idéia coletiva da comunidade Haliti Paresi.

A professora Hellen Cristina de Souza, da Seduc; ela me ajudou muito falando sobre o Daniel Matenho Cabixi e João Arrezomãe; sou muito grata a ela.

Por fim, deixo os meus sinceros agradecimentos às pessoas que contribuíram de forma direta e indiretamente para a finalização deste trabalho.

EKATSEREHARE

Daniel Matenho Cabixi eye João Arrezomae zoaha atyo kinyolidinae kaitserehrenae Haliti Paresi hoka kalore atyo mawayeharetaha wayolinitinae kakwa zoimya zaotyakitsakaho, zaotyakiyaho atyo eye zahekore kaitserehare, hiyeta atyo ite kahawaonitarehena zaidyatyatiyenae maeha maetyaneha hawenaneha. Atyo matsakare Kahakakehenaite zaotyakieako hahotyalihare tahiyakahare kazemerehena, maeha mahalitihare jinite kazemerehena.

Eyenae atyo kinyolidinae matsakare kajimiyatyahitaha idyaiti ewakiti Ikinyoheko kazemeretyahitaha zaotyakitsatyaho tahi enawenanehaho kinyatere tyaona maheta heko tyaona maheta, eye zahekore hateniti atyo kazahekotyaka maheta waiyoliniti zaotyakitsatiyenae Halitinae ana zaotyakitsakalati ako zoaha, zahekore kazomokaka zaotyakieaho eye hinyamanae kinyoliditinae tyomehenaha hateniti hoka tawaha hotikitsaha eyehare zaotyakitsakalati aohenaha wenakalati nomaka Halitinae ana. Kaidyaetseakatyaka waye kaitserehare kazomokaka wenati kazaiminitsaka jiyehatiliti Halitinae . zaotyakitsakalati ako hateniti hiyeta atyo wakolahetehena ekaitserehare zahekore kozaka baberakwa zaidyatyoare tyaonitereharenae Daniel Matenho Cabixi eye João Arrezomae, waye kaitserehare kozaka kazazalitsakaha tyaonitere hakakwanyaho eyenae hinyamaenae kinyoliditinae wamohalitnae hahotyalnae kakwa. Waiye kaitserehare atyo kazotyazematyakahitaha eye ezaotyakidyahoha tahi, Haliti na wenakalati . Eyenae hateniti kazomokakita jiyehaliti kahinyaetya maheta wayoliniti heko zaotyakitsatiyenae Halitinae ? haliti kinyolitinae zahekola wenati tahi ? zoarenae zahekore Daniel Matenho Cabixi eye João Arrezomae tyomaha zaotyakitsakalati matsakare ehaliyakoni Haliti nawenane aho ? kakolatya kazaiminitsaka eyenae hinyamanae kinyoliditinae hatene ezahe zahekore kalore kaomakiterehare jiyehaliti kahinyaetitere enomanere terotere wayoliniti zaotyakitsatiye Haliti tyaonitere kazaiminitsare wenatyaho wihotyalihare hatenaho zaotyakiyaho.

Ekaitserehare: Zaotyakitsatyati Tahiyakahare; Zaotyakitsatyatiye Zawaiyolinikitsoane; Kaidyainetsemakere; Wenati Tahiyakahare; Haliti

RESUMO

Daniel Matenho Cabixi e João Arrezomae foram dois grandes líderes do povo Halliti Paresi e sempre estiveram preocupados com a formação escolar das crianças, temendo que a escola, seguindo legislação educacional nacional, pudesse fazer os alunos esquecerem a sua cultura. Estas lideranças participaram de muitas reuniões em Prefeituras, Funai e até em Brasília para defender uma escola que pudesse valorizar a cultura Halliti Paresi. Este trabalho tem o objetivo de refletir e discutir sobre Formação Continuada de Professores para a educação escolar Haliti Paresi, usando os pensamentos e propostas para a educação escolar indígena destas duas grandes lideranças. Para construir este trabalho trazemos breves informações caracterizando a etnia, bem como alguns apontamentos sobre a educação escolar em contexto das aldeias Paresi. Para discutir a importância da cultura e dos valores sagrados para os Haliti Paresi na rotina da Escola, buscamos artigos que foram publicados por Daniel Matenho Cabixi, entrevistas em jornais, de Daniel e João Arrezomae, em especial entrevistas de pessoas que conviveram com estes dois grandes líderes, como anciãos, professores e familiares dos mesmos. Em especial, procuramos saber o que estas pessoas lembram de seus ensinamentos e aconselhamentos sobre a função da educação escolar em aldeias Haliti Paresi. As questões que foram focos da construção deste trabalho são: como montar um material de apoio para Formação Continuada de Professores Haliti Paresi usando as ideias de lideranças da cultura? Quais propostas Daniel e João Arrezomae faziam para que a escola fosse mais próxima da cultura do Povo Haliti Paresi? Buscando valorizar estas duas lideranças, este trabalho se embasa no objetivo maior de construir um material de apoio (em forma de E-BOOK) específico para a formação de professores Haliti Paresi de modo a valorizar e engrandecer a cultura tradicional do nosso povo na rotina da educação escolar.

Palavras Chave: Educação Escolar; Formação de Professores; Liderança; História de Vida; Haliti Paresi;

ABSTRACT

Daniel Matenho Cabixi and João Arrezomae were two great leaders of the Haliti Paresi people and were always concerned with the schooling of children, fearing that the school, following national educational legislation, could make students forget their culture. These leaders participated in many meetings in City Hall, Funai and even in Brasília to defend a school that could value the Haliti Paresi culture. This work aims to reflect and discuss on Continuing Teacher Education for Haliti Paresi school education, using the thoughts and proposals for indigenous school education of these two great leaders. To build this work we bring brief information characterizing the ethnicity, as well as some notes on school education in the context of Paresi villages. To discuss the importance of culture and sacred values for the Haliti Paresi in the routine of the School, we searched for articles that were published by Daniel Matenho Cabixi, interviews in newspapers, by Daniel and João Arrezomae, especially interviews with people who lived with these two great leaders, such as elders, teachers and their families. In particular, we sought to find out what these people remember from their teachings and advice on the role of school education in Haliti Paresi villages. The questions that were the focus of the construction of this work are: how to assemble a support material for Continuing Education of Haliti Paresi Teachers using the ideas of cultural leaders? What proposals did Daniel and João Arrezomae make for the school to be closer to the culture of the Haliti Paresi People? Seeking to value these two leaders, this work is based on the main objective of building support material (in the form of an E-BOOK) specific to the training of Haliti Paresi teachers in order to value and enhance the traditional culture of our people in the routine of schooling.

Keywords: School Education; Teacher training; Leadership; Life's history; Haliti Paresi;

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01	Eu aprendendo com minha avó	p. 17
Imagem 02	Eu, aluna do Ensino Fundamental, com a Coordenadora Pedagógica da SEMEC, dona Celestina Bianchini, na Escola Municipal Indígena Zozoiterô	p. 18
Imagem 03	Eu, na Defesa de meu TCC, com professores Wellington Quintino, Monica Cidele da Cruz e Nilce Zonizokemaero	p. 19
Imagem 04	Meninas Haliti Paresi devidamente compostas com roupas tradicionais para prática cultural	p. 50
Imagem 05	Grupo de danças tradicionais Haliti Paresi apresentando-se em evento na Escola Indígena Malamalali	p. 51
Imagem 06	Grupo de danças tradicionais Haliti Paresi apresentando-se em evento na Escola Indígena Malamalali	p. 57
Imagem 07	Visita a aldeia Kotitiko e seu João apresenta seus netos e bisnetos	p. 58
Imagem 08	João Arrezomãe participando da abertura de Etapa Presencial do Projeto Tucum, ao lado de Deputados Estaduais e outras lideranças	p. 64
Imagem 09	João Arrezomãe acompanhado de outro ancião Haliti Paresi participando de evento oficial	p. 65
Imagem 10	João Arrezomãe à frente de uma <i>Hati</i>, falando para seu povo	p. 66
Imagem 11	João Arrezomãe já envelhecido	p. 67
Imagem 12	João Arrezomãe na frente de sua Hati	p. 68
Imagem 13	João Arrezomãe	p. 69
Imagem 14	João Arrezomãe na Formatura da primeira Turma do Terceiro Grau Indígena, acompanhado de Francisca Navantino (Chikinha Paresi) que explicava a cerimônia	p. 73
Imagem 15	Daniel Matenho Cabixi	p. 75
Imagem 16	Daniel Matenho Cabixi, junto aos demais membro Comitê Intertribal numa conversa com o Ministro do Meio Ambiente 1992	em p. 79

Imagem 17	Daniel Matenho Cabixi participando de evento na aldeia e sendo entrevistado pela imprensa	p. 80
Imagem 18	Daniel Cabixi discursa na inauguração da Maloca Museu, na Aldeia Formoso, na presença do Presidente da FUNAI	p. 81
Imagem 19	Daniel ministrado aula na Escola Zanakuá no ano de 1976 ..	p. 82
Imagem 20	Daniel Cabixi, com demais professores, a caminho para participação na Cponferência Ameríndia, em Cuiabá-MT ...	p. 84
Imagem 21	Daniel Matenho e Chikinha Paresi com empresário Sr. André Maggi em Sapezal-MT	p. 85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Áreas de Territórios Haliti Paresi p. 22

**Figura 2 – João Arrezomãe narrando histórias para crianças ao redor da
Fogueira p. 62**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAIEMT	Coordenadoria Estadual de Assuntos Indígenas
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE/MT	Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso
CEFAPRO	Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso
CEI/MT	Conselho de Educação Indígena de Mato Grosso
CF	Constituição Federal
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNE	Conselho Nacional de Educação
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
LDBEN	Leis de diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONG's	Organizações Não Governamentais
OPAN	Operação Anchieta
PIN	Posto Indígena
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para Educação Indígena
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDUC	Secretaria de Educação
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO

ALGUMAS LEMBRANÇAS DE MINHA HISTÓRIA DE VIDA	15
Minha fase escolar	17
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I	25
BREVE HISTÓRIA DA ORIGEM DO POVO HALITI PARESI	25
CAPÍTULO II	
UM APANHADO SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA ENTRE OS HALITI PARESI	30
3.1 Projeto Tucum: um divisor de águas	33
3.2 Legislação da Educação Escolar Indígena: tecendo os caminhos legais do reconhecimento à educação específica e diferenciada	37
CAPÍTULO III	
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES INDÍGENAS HALITI PARESI	46
CAPÍTULO IV	
METODOLOGIA	53
CAPÍTULO V	
RESULTADOS	57
5.1.2 João Garimpeiro Arrezomãe: a liderança Haliti Paresi	64
5.1.3 João Arrezomãe: o eterno e sábio mestre	71
5.2 Daniel Matenho Cabixi: um pouco de sua história	76
5.3 Daniel Matenho Cabixi: o Educador com “E” maiúsculo	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
ANEXOS	97

ALGUMAS LEMBRANÇAS DE MINHA HISTÓRIA DE VIDA

Nesta seção, vou contar vários fatos da minha vida. Alguns fatos são lembranças que trago comigo da minha vivência e outras, são relatos das pessoas que conviveram e convivem comigo no meu dia a dia, contando as lembranças da minha história.

Eu nasci no dia 10 de julho do ano de 1988, em parto normal, na aldeia Kotitiko, localizada no município de Tangará da Serra, no Estado de Mato Grosso. Minha mãe teve todos os cuidados tradicionais que se tem com a criança segundo a cultura tradicional do povo Haliti Paresi. Com a idade de um ano e três meses, comecei a dar os primeiros passos sozinha.

Aprendi a falar, em língua materna, com minha mãe e, quando eu tinha dois anos, ela e meu avô começaram os preparativos da festa tradicional para meu batizado. No ritual de batizado recebi do pajé o nome de Haloti, quando muitas pessoas de várias aldeias participaram da festa e depois fui apresentada no pátio da minha aldeia.

Quando eu tinha cinco anos, acompanhava minha avó na roça que ficava do outro lado do rio. Chegando lá, não queria atravessar o rio, pois ficava com medo e minha avó dizia: “vou ensinar você pra não ficar com medo de atravessar o rio”, então, quando consegui atravessar o rio fiquei feliz, aí, queria todos os dias ir lá na roça.

No ano de 1994 comecei a frequentar a escola. Eu tinha sete anos e estudava com professor Pedro Nazokemãe. Nesta época, meus pais, de repente, resolveram abrir uma nova aldeia e se mudaram para lá, me deixando morar com meus avôs e minhas tias, e sentia muita falta dos meus pais. Mas, logo depois meus avós também mudaram para a aldeia onde estavam meus pais. Foram momentos difíceis para mim, pois tive que ficar morando com minhas tias para poder continuar a estudar.

Depois morei com minha parente, solteira, mãe de três filhas. Ela criava sozinha as meninas. Não me acostumava de viver com ela no começo, mas, depois, fui me acostumando a ficar com ela. Ela é mulher trabalhadora e batalhadora: pescava, fazia casinha, coletava frutas e eu sempre acompanhava ela nas atividades. Nem sempre eu conseguia ir para a escola, mas, meu avô me chamou a atenção para ir para escola. Fiquei com esta parente um ano e meio e fiquei doente, quando meus pais me levaram para a sua aldeia.

Naquele tempo, meu professor era Pedro Nazokemãe, muito bom, mas eu não sabia ler direito, só escrevia, porque ninguém me ajudava com a leitura em casa. Depois que voltei

morar com meus pais eles sempre me incentivaram para o estudo e eles não queriam que eu faltasse nem um dia de aula.

Quando eu tinha dez anos, morava com meus avós, na nova aldeia Zolomo, quando tudo que aprendi da cultura tradicional foi com eles. Minha avó sempre me orientava porque ela era a esposa do cacique geral, João Arrezomãe, então, ela era a mãe do Povo Paresí e sempre nos falava em língua materna em tudo no dia. Com ela eu fui aprender as atividades na roça e plantava mandioca, limpava no pátio e fazia chicha. Também aprendi pescaria e pescava, procurava e coletava mel, procurava frutas nativas para alimentar. Isso tudo me traz muitas coisas boas que aprendi com minha avó.

Todos os anos, depois do período da seca, quando vinha a primeira chuva, eu acordava 2:30 da madrugada; meus avós me acordavam para banhar no rio, bem de madrugada. Andávamos caminhando cerca de dois quilômetros para chegar ao rio para o banho. Quando voltava do banho no rio, sentava perto da fogueira para tomar chicha de mandioca com beiju: era o momento que meus avós faziam as orientações sobre a vida de adolescentes, como as orientações para a primeira fase da menina. Falavam sobre a festa tradicional, que para nós é muito importante, com muitas regras tradicionais, que é quando acontece a “separação”, a reclusão da adolescente na *hati*. É um momento difícil de seguir as regras da reclusão, mas é tempo de aprendizagem e de quando colocamos a nossa memória e conhecimentos para manter a tradição cultural.

No dia a dia, quando anoitecia, os mais velhos reuniam as pessoas da aldeia e contavam histórias para nós. De tarde, nós brincávamos de brincadeiras tradicionais e ficávamos ao redor do centro da aldeia para assistir os jogos de cabeça bol¹. Ensinavam sobre como as mulheres deviam realizar e participar da dança *zolane*.

Todos, no meu período de infância, viviam felizes e em harmonia. Todos nós tínhamos os conhecimentos sobre valorização da nossa cultura e também aprendíamos os nomes das plantas medicinais.

Fico feliz com este trabalho que estou realizando, pois, me faz reviver momentos importantes da minha vida e momentos de convivência com meus avós e tios que muito me ensinaram sobre a cultura tradicional do povo Haliti Paresí, fortalecendo a vivência cultural.

¹ Cabeça bol, é um jogo no qual o objetivo é tocar a bola de cola de mangaba somente com a cabeça. Dois times se enfrentam para tocar a bola somente com a cabeça, se jogando ao chão, a maior parte das vezes

Imagem 01 - Eu aprendendo com minha avó



Fonte: João Arrezomãe

Minha fase escolar

Foi na aldeia nova, Zolomo, que terminei de cursar, na época, chamado de quinto ano, com professor Alexandre Azomaré. Naquela época eu já tinha

aprendido a ler com minha mãe, que me ensinou a leitura, depois de muita dificuldade, como relatei acima.

Para continuar meus estudos, meus pais me levaram para a cidade de Tangará da Serra e me matricularam na Escola Estadual Emanuel Pinheiro, querendo que eu me aprofundasse nos estudos. Lá, naquela situação escolar, enfrentei muitas dificuldades em sala de aula por causa de domínio da Língua Portuguesa. Além disso, sou muito tímida. Naquele tempo tive que morar com minha prima, mas, não deu muito certo e voltei para minha aldeia.

Em 2003 comecei a estudar na Escola Municipal Indígena Zozoiterô, que fica na Aldeia Rio Verde. Para estudar lá, eu fui morar com meus avós paternos. Eu estudava com professores Indígenas: Pedro Nazokemae, Ângelo Kezomãe, Alinor Alves Zezonãe e Professora Nilce Zonizokemaero. Também tinha três professores não indígenas, o Beto, a Lucineide e o Rogerio.

Imagem 02 - Eu, aluna do Ensino Fundamental, com a Coordenadora Pedagógica da SEMEC, dona Celestina Bianchini, na Escola Municipal Indígena Zozoiterô



Fonte: desconhecida

Quando terminei todas as séries do ensino fundamental, ainda não tinha oferta de Ensino Médio em aldeias Haliti Paresi, então, novamente, tive que me mudar para a cidade de Tangará da Serra e fui matriculada na Escola Estadual 29 de Novembro, onde estudei o primeiro ano do Ensino Médio.

No ano seguinte, voltei para aldeia porque já estava funcionando a Escola Estadual “Malamalali”, ofertando Ensino Médio na Aldeia Rio Verde, onde estudei até o terceiro ano deste segmento de ensino. Assim que terminei o Ensino Médio, fui indicada como professora substituta para as turmas do Ensino Fundamental, sendo contratada, no ano de 2012 na rede municipal de ensino de Tangará da Serra, atuando na sala de aula, com as disciplinas de Educação Física e Arte. A partir desta experiência, todos os anos eu conseguia sala de aula para ser professora e fui me interessando para me qualificar mais para este trabalho de ser professora.

Imagem 03 - Eu, na Defesa de meu TCC, com professores Wellington Quintino, Monica Cidele da Cruz e Nilce Zonizokemaero



Fonte: Edicléia Paresi, 2016

Com minha história sendo fortalecida como professora, compreendi ser importante cursar graduação na Faculdade Indígena Intercultural, então, fiz vestibular para a Faculdade Indígena da Unemat, no ano de 2010, mesmo sabendo que era muito concorrida, mas passei no vestibular. Escolhi a área de Língua, Artes e Literatura para a Graduação e busquei novos conhecimentos para melhorar a formação indígena das nossas crianças. Quando entrei na faculdade, tive muita dificuldade para interpretar os textos, mas não desisti e conclui o curso com a defesa do meu TCC, em 2016, com tema: “A confecção do artesanato *Xiri*”. Então, sou graduada em Licenciatura Línguas Arte e Literatura.

Fui contratada no Sistema Estadual de Ensino Estadual e já trabalhei com o curso de Magistério Específico e Diferenciado *Kamahiye*, como professora. Ainda continuo a ser professora no município de Tangará da Serra, onde atuo há sete anos em sala de aula multidisciplinar, nas séries iniciais na escola Zozoiterô, na Aldeia Rio Verde. Moro com meus pais.

O estudo não é fácil e conquistar o que se sonha custa muito sofrimento. Mas, sempre acreditamos em nosso *Enore* (Deus). No ano de 2020 concorri a uma vaga do Mestrado Indígena da UNEMAT e, quase não esperava, mas fui aprovada. Agora, ainda no mestrado, penso que é preciso aprofundar a minha pesquisa sobre nossos conhecimentos, com o objetivo de, cada vez mais, fortalecer a cultura que nos foi legada pelos anciões ainda vivos e os que já nos deixaram.

Minha pesquisa é sobre a nossa realidade, mas através do meu curso aprendi muita coisa boa para o meu futuro. Hoje estou muito feliz de fazer parte do grupo de Professores Indígenas e contribuir com a minha comunidade. Há muito trabalho a fazer com as histórias do meu Povo Haliti Paresí.

Assim, penso na importância deste trabalho, trazendo as ideias de meu avô, João Arrezomãe e de Daniel Matenho Cabixi para que a Educação Escolar seja uma ferramenta de fortalecimento da cultura tradicional Haliti Paresi. Quando eram vivos, sempre participavam das chamadas “Semanas Pedagógicas”, oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Tangará da Serra para formação e qualificação dos professores indígenas em terras Haliti Paresi e sempre aconselhavam os professores para valorizar a língua materna e a cultura tradicional. Como memória viva em minha mente, deixo o que meu avô, João Arrezomãe, dizia sempre: *Nawayolo waitare kakoa hoka nokanokoaharenae nakahinyatya maheta!*, o que quer dizer, em língua portuguesa: “Busque novo conhecimento e contribuir com meu Povo!”

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como ideia central a educação escolar indígena como a base de uma formação em busca da autonomia do povo, assim, trabalhar conhecimentos da cultura escolar do mundo ocidental, mas, também valorizar e introduzir os conceitos e valores da cultura tradicional se fazem essenciais para este objetivo de autonomia. Através da educação escolar se tem condições de defender os direitos do povo, através de documentários, registros de fatos importantes acontecidos para o povo, no fortalecimento dos valores preservados e, entre outros, fazer com que o futuro do povo esteja protegido através da preservação da cultura.

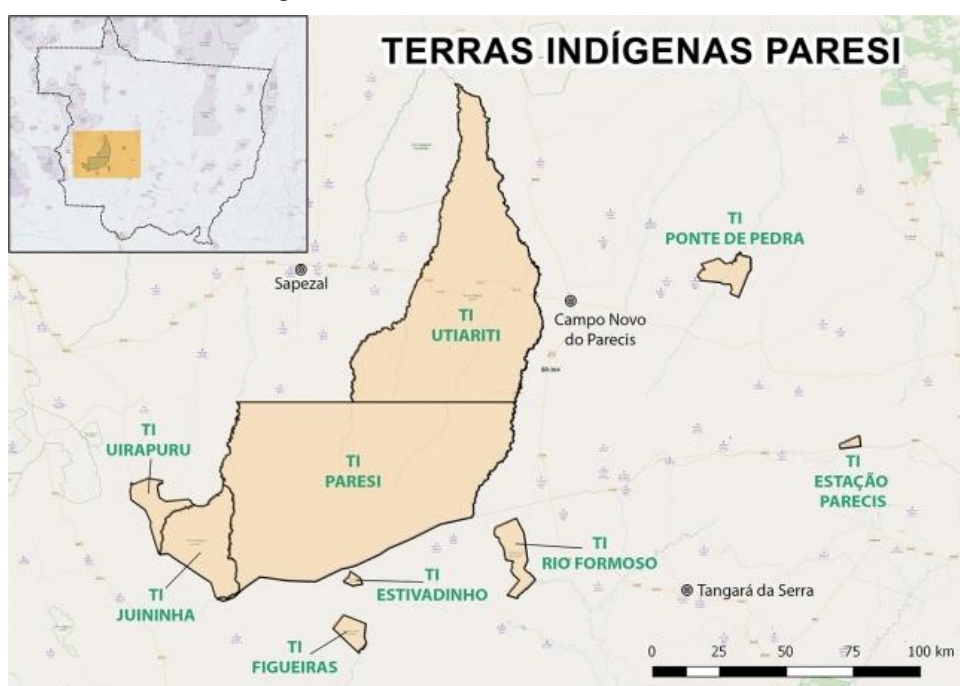
Nesse sentido, é importante resgatar as ideias, pensamento e ensinamentos de dois grandes líderes que viveram para nos aconselhar; considero que são dois grandes LIVROS DE SABEDORIA para o registro da memória tradicional cultural do povo Haliti Paresi, em especial, no seu contato com a sociedade envolvente para que a gente não perca nossa raiz cultural.

Hoje em dia, o povo Haliti Paresi possui várias pessoas formadas em curso Superior de Graduação e outras ainda cursando, porém, continua o esforço para refletirem sobre o que ocorre quando não há esta formação específica e diferenciada, no sentido de valorizar a cultura tradicional. Afirmo isso pois, o cotidiano pedagógico, em sala de aula, está relacionado com o que o professor tem a oferecer para o aluno. Um professor que não busca meios de melhorar sua metodologia de trabalho tem suas aulas monótonas, antiquadas e que não leva o aluno a refletir sobre o ensino além da sala de aula. Ou seja, a postura metodológica do professor vai diferenciar o ensino de sala de aula das escolas da aldeia. A qualidade do ensino está centralizada na qualidade de formação do professor e quanto mais o educador buscar meios de se aperfeiçoar, mais qualidade o ensino terá em relação ao conhecimento que valoriza os dois lados: o não indígena e, principalmente, o lado de indígena, já que hoje em dia a defesa de seus direitos se faz de caneta e papel.

Os Haliti Paresi, habitantes tradicionais da região central de Mato Grosso, é um Povo Indígena falante de sua língua tradicional pertencente a família linguística Aruak. Internamente se subdividem em 05 subgrupos: *Kozarini*, o mais numeroso dos subgrupos, *Enomaniyerê*, *Warere*, *Waimare* e *Kaxiniti*. São nove terras indígenas demarcadas que

compõem o atual território Haliti Paresi: Terra Indígena Paresi, Utiariti, Rio Formoso, Juininha, Estivadinho e Figueiras, as quais já estão legalmente demarcadas e homologadas. As Terras Indígenas Uirapuru, Ponte Pedra e Estação Parecis estão ainda em processo de demarcação. A população atual é de cerca de 2.402 pessoas, que estão distribuídas em 64 aldeias nestas áreas já mencionadas, as quais se localizam nos municípios de Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Conquista do Oeste, Barra do Bugres, Campos de Júlio, Nova Lacerda, Diamantino e Nova Marilândia.

Figura 1 – Áreas de Territórios Haliti Paresi



Fonte: Obind.eco.br

Em se tratando da Educação Escolar entre o grupo Paresi, sua história vem sendo escrita desde a passagem de padres jesuítas pelo Estado de Mato Grosso, uma época que os indígenas não podiam praticar sua própria cultura e nem mesmo falar sua língua materna. Os jesuítas, naquela época, início do século passado, obrigavam as crianças e adultos a ter o jeito de viver igual aos homens “brancos”. Na década de 1980, a FUNAI – Fundação Nacional do Índio, assumiu a educação formal nas aldeias Paresi, também com foco na “ocidentalização” dos indígenas. No final da mesma década, as Secretarias Municipais de Educação passaram a ser responsáveis pela oferta de escolarização em aldeias, sendo que os professores que lá

atuavam era professores ocidentais. Aos poucos, alguns indígenas passaram a ministrar aulas nas escolas da aldeia, mesmo que sem a formação em Magistério. Só na metade da década de 1990 que a educação formal passou a ter uma ênfase na própria cultura Haliti, quando, em 1995, foi implantado o PROJETO TUCUM – Programa de Formação para o Magistério para Professores Indígenas, o qual finalizou no ano de 2000 formando 17 professores Haliti.

Seguindo uma formação específica e diferenciada, a UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, pelo Campus de Barra do Bugres, no ano de 2001, passou a oferecer o curso de Licenciaturas Intercultural específicas para indígenas, no qual 12 professores Haliti Paresi cursaram a Graduação e, posteriormente, fizeram o curso de Especialização na mesma instituição. A UNEMAT continua ofertando o curso de Licenciatura Intercultural Indígena e, atualmente, também oferta o curso de Pedagogia Intercultural e os Haliti Paresi continuam a cursar estas graduações. Há que se reforçar o esforço da UNEMAT no sentido de continuação de ações de formação de professores, pois, passou a ofertar o curso de Mestrado Intercultural Indígena, o primeiro Programa de Pós-Graduação em Mestrado específico para indígenas no Brasil.

A formação e qualificação em projetos específicos para os professores indígenas Haliti tem um papel fundamental para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos Paresi, porque são os professores da própria comunidade que conhecem a realidade e a especificidade do seu povo. No entanto, os projetos de formação específicos para professores indígenas não atendem totalmente à demanda das escolas indígenas da comunidade Haliti Paresi e com isso, muitos professores que tem o ensino médio completo estão se graduando nas faculdades privadas, fazendo sua graduação a distância, sem uma formação que leve em consideração e que valorize as rotinas culturais de seu povo.

Consideramos que a formação continuada específica e diferenciada pode orientar e fortalecer os professores indígenas nas discussões sobre os conhecimentos tradicionais, saberes indígenas, para que os projetos próprios da educação escolar indígena estejam interligados com os conhecimentos do Povo Haliti Paresi. Assim, acredita-se que um projeto bem estruturado nos princípios da tradição cultural venha a fortalecer entre os Haliti Paresi uma reflexão ‘própria’ sobre a prática docente, sobre as políticas educacionais e sobre os processos de ensino e aprendizagem. A proposta é que a inspiração venha a partir da história de vida, ensinamentos, aconselhamentos e história de luta de seus maiores líderes – Seu João Garimpeiro e Seu Daniel Cabixi.

Desta forma, este trabalho é de suma importância pois, para os professores mais jovens, que não conviveram com estes dois grandes líderes, é importante ver o registro de seus pensamentos sobre educação escolar intercultural. Assim penso que é muito importante esse registro e levar os profissionais da educação escolar indígena, que estão chegando e se formando atualmente, a entender sobre o valor da busca pela formação baseada na própria cultura tradicional e não somente “repetir” o que trazem os livros didáticos enviados pelo MEC. Pretendo transmitir a ideia dos grandes líderes: a formação continuada de professores de escolas em áreas indígenas deve ser uma forma de valorizar e melhorar o ensino nas escolas nas aldeias transmitindo os sentidos, significados e valores das vivências e tradição cultural.

Desta forma, como ensinavam Daniel e Seu João, língua materna, religião, práticas tradicionais rituais, mitos da tradição cultural, como parte da rotina da educação formal, são essenciais para manter e fortalecer a identidade Haliti Paresi.

Este trabalho, então, tem o objetivo geral de refletir e propor um material que possa embasar as ações de Formação Continuada dos professores Haliti Paresi, buscando aliar os conhecimentos da cultura ocidental sem deixar de reforçar e valorizar os conhecimentos da cultura de seu povo. Para isso, faz uso dos ensinamentos de duas lideranças: João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi, os quais muito lutaram para juntar esses dois conhecimentos na rotina da escola em aldeias do nosso povo.

Assim, como objetivos específicos, é importante refletir sobre a valorização do papel do professor em sala de aula através da busca pela sua formação; discutir a importância da formação do professor indígena; refletir sobre a preocupação com a formação do professor indígena com vistas a valorizar os dois conhecimentos; levantar as publicações já feitas do pensamento dos dois grandes líderes;

Acredito que este trabalho vá ser muito contributivo com os professores mais jovens que estão chegando para as salas de aula. Sabemos que, atualmente, a tecnologia de celulares, computadores e jogos pela internet estão despertando muito a atenção de jovens, então, este trabalho pretende despertar a atenção para os aconselhamentos dos dois grandes líderes sobre o trabalho de educação em sala de aula.

CAPÍTULO I

BREVE HISTÓRIA DA ORIGEM DO POVO HALITI PARESI

Neste capítulo vou narrar o que conheço e o que aprendi com os anciões nas várias horas que se dedicaram a “contar histórias” do Mito de Origem do Povo Haliti Paresi. Em geral, quando eu era criança, os mais velhos, no final da tarde, chamavam as crianças da aldeia e, depois de sentadas numa roda, eles começavam a narrar os mitos do povo; repetiam por várias vezes os mitos. Conto também com o relato de alguns anciões da minha cultura. Em geral, todas as narrativas de Mito de origem afirmam que o povo Haliti Paresi, antes de viver neste mundo, viviam no interior de uma grande pedra.

Segundo relato do ancião Dito Nizokae (Bukanyo), antes de o povo Haliti sair de dentro de uma rocha, embaixo da terra, eles viviam no mundo mítico muito escuro, um lugar onde todos eram liderados pelo grande líder Wazare e seus irmãos. Junto com aquele povo também vivia muitos animais e vários tipos de aves. Não havia mais ninguém e eles viviam tranquilos e felizes. A terra onde Enohare morava era conhecida por nome de *matse Zolanawekwa* e *matse Koiyatidikyoa*.

A história do Povo Haliti Paresi, iniciou do surgimento de Enore (Deus) que surgiu de dentro de uma pedra branca chamada de *Walihatse* e depois que surgiu Enore Toawakahyore, que, ao saírem da pedra, foram povoar a terra. Este senhor Dito, também narra que havia a história de duas mulheres, chamadas de Makalikalo e Makowiyalo, as quais foram ameaçadas pela Mãe de água, (*Iyakane Maihyakanãe*). Toawakahyore (DEUS) morava sozinho nessa terra; de repente, as duas meninas saíram correndo assustadas e tremendo, pois Enoré gritava para elas não terem medo e que ia se casar com Makalikalo e Makowiyalo, Naquele momento, Enoharetse socorreu elas dizendo: “o que vocês fariam por nós quando Enoré chegar perto de nós? Porque ele mostrou que é muito perigoso atrás de nós”. Toawakahyore mostrou sua habilidade e pegou a sua arma, a borduna, para fazer um raio com força de trovão; repetiu duas vezes este maior raio, muito perigoso. As duas meninas, ao ver habilidade da Enoharetse se esconderam na casa do Enoharetse e ficaram tranquilas, porque ele disse que as protegeria. Assim ele se casou com as duas meninas e teve dois filhos com Makalikoalo e Makowiyalo. O nome dos filhos era Zokozokoidyo e Imyazahare. Depois acolheu a sua família no local onde era celestial e natural. O nome do pátio desse lugar celestial: Zokowikyoa, Mafarekoa,

Halatakoe e Makololi, onde ficaram morando nesse lugar lindo com sua família. A mãe da Zokozokidy e Makalikoalo e Mãe da Imyazahare Makowiyalo.

Enquanto crescia lá, os pais pediam para buscar água no rio Zokozokoidy Imyazahare, então, elas pegavam a cabaça e, um dia, de repente, quando chegaram perto do rio ouviram um barulho estranho e ficaram assustadas. Saíram correndo, deixaram as cabaças e subiram para avisar e contar para seus pais o que aconteceu. Disseram para seu pai, Toawakahyore: “Nós ouvimos barulho feio; vem para nos acompanhar e ouvimos o barulho do canto do nosso rio”. Enoharetse não acreditava no que as filhas estavam dizendo. Respondeu para as filhas: “Aqui não existe nada e ninguém além de nós que possa assustar vocês. Somente só nós estamos com o poder aqui na terra”.

Mas os filhos insistiram contando:

- É verdade, pai! Vamos lá para você mesmo ouvir.

Então ele deixou o que estava fazendo e foi com os filhos. Levou a sua espada cujo nome dessa espada era Txiditxidihyore, uma espada sagrada. Quando chegou ao local, ficou surpreso com o barulho estrondoso que vinha de um canto do rio. Então, pegou sua espada sagrada e acabou com a barulheira. Ele acabou com tudo onde estava fazendo o barulho. Depois de alguns minutos, olhou para todas as pessoas que estavam caídas no chão, quase desfalecidas e desmaiadas. Ficou triste e pensativo, virou para os filhos e disse:

- Acho que fiz mal para essas pessoas de boa índole e de antepassados importantes que nunca fizeram mal de ninguém.

Depois, envergonhado, deixou a sua casa com seus filhos, e, sentado embaixo da árvore (halohalo) ficou pensando e envergonhado pelo que fez. Decidiu ir embora, dizendo que ia deixar as pessoas para ir ao céu para escorar a terra e, então, subiu para o céu com os seus filhos onde vivem até os dias de hoje. Enquanto isso, no local que havia caído o raio, as pessoas começavam a recobrar os sentidos e, após alguns minutos, eles levantaram muito assustados, mas, continuaram dançando e cantando. Porém, nada era como antes, porque quando Enoharetse bateu na pedra com a sua espada, fez uma rachadura na qual o passarinho chamado Mazazalane, que estava deitado em sua rede, pensando na vida e no que havia acontecido, avistou uma luz através da fenda que ficou na pedra. Ele não pensou duas vezes, levantou da sua rede e foi observar aquela luz de perto, porque a curiosidade era grande e,

assim, teve a ideia de sair para conhecer o mundo novo, com lugares diferentes daquele que ele vivia até então.

O passarinho pegou um cesto que sempre carregava e saiu voando para fora da pedra, do mundo sobrenatural. Ao ver o campo verdejante cheio de flores coloridas, inalando seu perfume, ficou maravilhado com tamanha beleza. Primeiro ele sentou na árvore de Holonya kaite e pegou flores, colocando-as no seu cesto (Hoji). Depois, sentou no galho do Wiyalo e depois pousou no galho da árvore Haliyakate. Continuou a sentar em outras árvores, como nos galhos de barbatimão (Tahi) e foi colhendo todas as flores que encontrava e colocando no seu cesto para levar de volta para seu povo. Após passear e admirar tudo, pegando várias flores, colocou no seu cesto e voltou para dentro da pedra. Entrou dentro da pedra, deitou na rede e ficou quieto no seu canto, mas Wazare, com seu irmão Kamahiye aproximaram dele e perguntaram:

- O que aconteceu, meu tio Mazazalane? Por que você está tão triste e pensativo?

O Passarinhos disse:

- Estou muito triste porque acabei de conhecer um mundo maravilhoso chamado de Matse Zolanawekwa e Koiyatidikwa Hahyanekoa; um lugar maravilhoso e bom para morar. E pensando bem que meus sobrinhos podiam pensar para que possamos ir morar e desfrutar daquele lugar.

Mas, os sobrinhos não acreditaram nele. Kamahiyea disse:

- Como você, um simples passarinho, vai conhecer lugares diferentes? Eu que sou um sábio adivinhador, não estou sabendo de nada! Sou maior de adivinhador nunca vi o mundo lá fora.

Em seguida, o passarinho pegou o cesto de flores e mostrou para eles. Os dois irmãos ficaram admirados. Assim que ele mostrou as flores os outros acreditaram nele. Depois, Wazare reuniu o seu povo e decidiu sair daquele lugar para povoar aquela terra, mas para isso acontecer, fizeram vários rituais até que deu certo.

Primeiro mandou os pássaros tolomare fazerem um trabalho para aumentar o buraco na pedra; tentaram com o tronco de algodão vermelho, mas não deu certo e quebrou o bico de pássaro. Em seguida, Wazare mandou o pássaro de *waitataretse* trabalhar para aumentar a rachadura na pedra e o grande líder Wazare e irmão mais velho, foram os primeiros a sair da pedra. Em seguida, o líder de Katxiniti e Waymare sentaram embaixo de Holonya, pegaram as

flores e passaram todos em seus corpos, para perfumar. Wazare levantou-se, sentou embaixo de Motyotsero e também pegou flores para passar em seu corpo. Assim, continuou a saída da fenda, orientando a saída de seus irmãos, chamados de Kamazo, Zakalo, Zalôiya, Zaolore, Kono, Tahoe, Kamaehiye e Koitihyore, o líder dos Imuti (o não índios). Segundo a história, eles também saíram dessa mesma fenda.

Em seguida saiu o primeiro avô de dor dente, que disse assim: “Ai, meu dente! Aí meu dente, tá doendo muito!”. O Wazare disse: “Volte aqui, não quero que saia assim!”. Respondeu, então: “Não meu tio, vou sair sim! Só que as pessoas dormem preguiçosos, por isso que causa dor de dente.”.

Depois saiu a avó do Furúnculo. Ela dizia: “Aí meu furúnculo está doendo muito!”. Wazare, então, disse: “Voltei aqui pra dizer que você não pode sair; você vai atrapalhar as pessoas”. Não, meu tio, disse ela. “Vou sair sim! Só que vou atacar as pessoas que estou com raiva!”.

Depois saiu avô de pulga, mas, Wazare também disse: “Meu tio, você não pode sair, assim, fica aqui!”. Pulga prometeu atacar pessoas preguiçosas, dizendo: “Só vou ficar na pele de cachorro e entrar na unha das pessoas.!.”..

Os avós ciumentos saíram na briga. Aí, Wazare disse: “Vocês não podem sair! Assim, vocês vão atrapalhar os meus queridos”. Mas todos eles prometeram ficar bem e todos saíram daquele mundo.

Waihyalidyo, irmã de Wazare, também havia saído, mas ela esqueceu o fiador de algodão dela e voltou para pegar, só que quando ela tentou sair de novo, não conseguiu mais, porque a bumbum dela era muito grande e, então, ela voltou. Wazare não queria que as mulheres ficassem gordas e com o bumbum grande como a irmã, por isso, decidiu deixar ela. Mesmo assim, Waihyalidyo colocou a cabeça de fora e olhou do lado das Imyutinyero (não índias). E é por isso que algumas Imyutinyero têm o bumbum avantajado, conforme conta os anciões.

A última saída foi de Naliki (Manoki), junto com Zero dançado.

Antes de saírem, Wazare e seu pessoal eram diferentes, tinham rabo e pelos compridos. Depois que todos saíram, Wazare e Koitihyore reuniram para dividir os bens que tinham, mas Wazare não aceitou nada. Disse que se aceitasse, ia causar problema para o seu povo. Assim todos os bens ficaram para Koitihyore e seu povo. Wazare também se preocupou em povoar

toda a região que pertencia a ele, como também com a região onde habitava o seu irmão e seus parentescos de famílias. Por isso, os irmãos dele casaram com as filhas do rei das árvores, um grupo de moças chamadas de Atyahitsoaneronae. É a partir desses casamentos que o povo Haliti/Paresi se proliferou e formaram também os seis subgrupos: os Kozarene, os Katxiniti, os Warere, Enomaniere, Kawali e os Waymare que são filhos de dois irmãos casados com uma mesma mulher. Somente Wazare e Kamaehjye não casaram e também não deixaram filhos.

Após organizar o seu povo, o líder Wazare e seu irmão Kamaehiye voltaram para o mesmo lugar de onde saíram para viver junto da irmã Waihyalidyo, de onde cuidam do povo que aqui vive até hoje.

Desde que saiu da pedra, o povo se espalhou, abriu muitas aldeias e continua a crescer. Com o tempo, fez contato com os não índios, com os quais vivem em certa harmonia, embora tenha perdido muito de suas terras originárias. A educação escolar, com o contato, se tornou necessária, e é sobre isso que vou falar em seguida.

CAPÍTULO II

UM APANHADO SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA ENTRE OS HALITI PARESI

Em muitas situações, cabe ao professor indígena atuar como mediador e interlocutor de sua comunidade com os representantes do mundo de fora da aldeia e com a sistematização e organização de novos saberes e práticas. É dele, também, a tarefa de refletir criticamente e de buscar estratégias para promover a interação dos diversos tipos de conhecimentos que se apresentam e se entrelaçam no processo escolar: de um lado, os conhecimentos ditos universais, a que todo estudante, indígena ou não, deve ter acesso, e, de outro, os conhecimentos étnicos, próprios ao seu grupo étnico, que, se antes eram negados, hoje assumem importância crescente nos contextos escolares indígenas. (GRUPIONI, 2003, p. 14)

Antes de falarmos sobre a importância da formação base e continuada dos professores indígenas, precisamos fazer uma breve recapitulação da educação formal e informal indígena para então entendermos o papel do professor indígena e sua funcionalidade como instrumento de formação do aluno.

A educação indígena é a primeira “escola para a vida” que um indígena possui. Nela o ensino informal e cultural é passado pelos mais velhos e os anciões, construindo e fortalecendo a identidade de uma criança indígena. Através das histórias, cantos, festas tradicionais e outras coisas relacionadas a cultura, o indivíduo tem sua formação de caráter cultural.

Por outro lado, a educação formal já traz conhecimentos ocidentais e, neste mundo globalizado, acaba sendo importante esse processo, mas, não pode ser mais importante do que a educação na e da cultura tradicional. Por isso é bom fazer esse levantamento, proposto neste trabalho, porque o registro imemorial da nossa cultura sempre vai ter valor para nossa identidade e grande valor para nosso povo. Crescemos com a educação escolar indígena e mantemos a nossa identidade cultural.

A educação escolar indígena tem trajeto longo, cheio de conquistas, mas que antes tem um passado sombrio. Quando houve descobrimento do então país chamado Brasil, com a chegada dos não índios, milhões de indígenas passaram por conflitos sangrentos com perdas dos territórios para os portugueses, além de perdas de muitos parentes em função de doenças e a escravidão. Neste mesmo período tiveram o primeiro contato com a escola. Naquela época

jesuítas ensinavam os indígenas a falar a língua portuguesa, ensinavam as rezas e rituais da cultura não indígena e também a se comportar segundo as crenças dos mesmos. Era muito difícil essa adaptação com a cultura dos jesuítas e muitos não aceitavam e então eram mortos ou então se suicidavam.

Olhando para o povo Haliti Paresi, o primeiro contato com a escola também foi em contexto religioso imposto para discriminar a religião e os costumes dos povos indígenas. Esta experiência iniciou em meados do século XIX com a chegada do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) na figura de Marechal Cândido Rondon, que vinha para a construção das linhas telegráficas. Fundou a escola com objetivo de “civilizar” e de preparar para o trabalho nas linhas telegráficas. (PINTO DE ANGELO, 2018)

Naquele internato, eram levadas crianças e jovens de diversas etnias: Haliti Paresi, Manoki, Nambikwara e Kaiabi, depois de algum tempo construída na Ponte de Pedra, foi transferido para o Utiariti. Logo após nos anos de 1945 os militares de Rondon deixaram o Utiariti, que até então tinha uma proposta integracionista e civilizatório para então passar para os Jesuítas e, mais uma vez, haver a catequização em um povo. Os missionários jesuítas retomaram o espaço do Internato Utiariti e ali deram início a seu processo de “catequização” e “civilização” pelos processos de escolarização.

Segundo a experiência de vida naquele internato, Daniel Matenho Cabixi explica em depoimento dado a Azoinayce Paresi (2010):

Na missão, a gente ficou submetido as normas internas da missão. Porque ali havia três departamentos bem específicos: era o internato dos meninos, e esse internato dos meninos aceitava ficar com os meninos de primeira infância até os 6 ou 7 anos; tinha outros departamentos que era dos meninos, cuidado pelos padres ou pelo mestre; como a gente falava bem, o rapazinho era preparado para ser padre, isso aos 8 anos até os 12/13 anos. Então, quando a pessoa criança ou rapaz passava para outro departamento é porque que a gente denominava a casa dos moços. (p. 40)

Com a religião imposta, os que ali se faziam presentes eram obrigados a não falar o seu idioma e assim como também a não praticar atos culturais que ofendesse o “Deus e santos” dos não índios. Foram 25 anos que deixaram marcas até os dias de hoje, principalmente ao subgrupo Waymaré e povos mais próximos ao internato. Após a saída dos missionários jesuítas, como aponta Pinto de Angelo (2018), outras missões religiosas se

responsabilizaram pela educação escolar entre os Haliti Paresi, como missionários do SIL (Summer Institute of Linguistics), que usavam a escolarização para impor a religião não indígena. De forma desrespeitosa, traduziam a sua bíblia para o idioma Haliti Paresi, cuja ação foi duramente criticada por Daniel Matenho Cabixi (1984). Mais que traduzir a bíblia para o idioma Haliti Paresi, aqueles missionários ainda condenavam as práticas sagradas do nosso povo. Usando a educação escolar nas aldeias, “As instituições religiosas, na avidez de salvar as almas dos gentios para o céu, condenaram e extirparam na maioria dos casos, os mais sagrados valores religiosos dos povos indígenas.”. (CABIXI, 1984, p. 12)

Conforme aponta Paes (2002), na década de oitenta a FUNAI passou a ser a responsável pelas escolas em aldeias indígenas. Naquela época, as aulas eram ministradas por professores *Imuti* (não indígenas). Mas, pouco tempo depois, nos anos noventa, a Secretaria Municipal de Educação de Tangará da Serra assumiu a educação escolar nas escolas das aldeias. Inicialmente, ainda mandavam professores não indígenas para aquelas escolas, mas, aos poucos, mesmo sem formação de magistério, alguns indígenas começaram a dar aulas nas séries iniciais.

Com o passar do tempo os povos indígenas foram buscando seu protagonismo. Cansados da “escravidão social e religiosa” imposta principalmente pelo tipo de escolarização civilizatória, a luta se iniciou pela defesa de uma educação escolar indígena com objetivo de centralizar a cultura tradicional como forma de educar não só para viver entre o povo, mas para viver também entre os não indígenas, respeitando a especificidade de cada povo.

Mesmo bem desatualizado, e mencionando ainda a ideia de “integração à sociedade nacional”, o Estatuto do Índio, do ano de 1973, já afirmava da importância da preservação da cultura dos indígenas brasileiros. Um novo Estatuto, atualizado e respeitando a autonomia dos grupos indígenas, está parado há muitos anos no Congresso Nacional para aprovação. Essa situação demonstra a falta de importância e desprezo dos políticos brasileiros para com a questão indígena, pois, depende da vontade deles colocar em pauta o novo Estatuto para se tornar Lei. Mesmo assim, a luta diária continua e com força.

Após muitas lutas, a Constituição Federal de 1988 reconhece os direitos indígenas e, em especial, da educação escolar como espaço de respeito e consideração pelas características das suas culturas tradicionais. Neste sentido, Travessini (2002) afirma que essa Constituição corrige equívoco histórico de negação das alteridades indígenas brasileiras.

Através da sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/96), o ensino nas escolas indígenas poderia, e/ou deveria ser vivido de acordo com a realidade de cada povo, respeitando e valorizando os aspectos da cultura tradicional, como língua, território e cultura. Em seu Artigo 32, § 3º, a LDBEN estabelece como direitos do estudante indígena o uso de sua língua materna bem como de suas manifestações culturais tradicionais na rotina escolar. Essas legislações modificam muito o trabalho e as propostas pedagógicas das escolas indígenas, mas, os professores indígenas não estavam ainda bem preparados para trabalhar diferenciado. Assim, é necessário que os professores indígenas estejam preparados para este trabalho específico e diferenciado na sala de aula.

3.1 Projeto Tucum: um divisor de águas

Foi no contexto nacional da luta por uma nova ordem social que a questão indígena se projetou na conquista de direitos que foram contemplados na Constituição de 1988. (ISAAC e RODRIGUES, 2017, p. 66)

As organizações indígenas tiveram papel fundamental na luta para o redimensionamento da oferta e modos de funcionamento das escolas em aldeias indígenas. “A marca da luta étnica nas décadas de 1980 e 1990 foi a participação ativa de indígenas, ao lado das agências de contato aliadas em favor de uma política global de direitos das sociedades étnicas do Brasil.” (ISAAC e RODRIGUES, 2017, p. 65). Em tal contexto, muitos grupos indígenas passaram a ter maior presença reivindicatória junto aos órgãos oficiais federais, estaduais e municipais, propondo e forjando atenção diferenciada aos povos indígenas no que se refere ao atendimento de políticas públicas nos mais diversos setores. É importante registrar que, conforme estará detalhado no decorrer deste trabalho, as lideranças Haliti Paresi, em especial o Sr. João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi, sempre se fizeram presentes nestas lutas e movimentos indígenas nacionais.

No caso do Estado de Mato Grosso, no campo da educação escolar, o Governo do Estado cria o NEI-Núcleo de Educação Indígena de Mato Grosso, no ano de 1981, buscando uma Política de Educação Indígena a ser proposta para as Diretrizes Nacionais. No ano de 1989 acontecem dois Encontros de Professores Indígenas de Mato Grosso, nos quais, as discussões centravam-se numa proposta de escola que atendesse melhor as características das populações indígenas. (ISSAC e RODRIGUES, 2017)

No ano de 1995, o Governo do Estado cria o CEI/MT-Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso, órgão formado por representantes governamentais, representantes de ONG's e, principalmente, por representantes indígenas., conforme depoimento de Francisca Navantino, para a construção desta pesquisa.

Criado em 1995 como um colegiado de representações dos povos indígenas na modalidade de Educação Escolar Indígena, formado por diversas instituições governamentais e não governamentais, organizações indígenas e indígenas das cinco regiões de Mato Grosso. O colegiado teve um papel fundamental quando elaborou o primeiro Programa de Formação para professores indígenas de Mato Grosso assumido pela Secretaria de Estado de Educação que habilitou indígenas para o Magistério. Assim como outros projetos de Formação como o Projeto do 3º Grau Indígena na UNEMAT. O líder Daniel Matenho Cabixi foi membro conselheiro deste colegiado. (NAVANTINO, 2022)

Foi neste mesmo ano que o Governo do Estado de Mato Grosso implantou o PROJETO TUCUM, Programa de Formação de Professores Indígenas para o Magistério. Conforme informa Peggion (2003), somente no ano de 1996 iniciou efetivamente a execução do Programa. Além do Governo do Estado de Mato Grosso, pela Secretaria de Estado de Educação e Coordenadoria de Assuntos Indígenas do Estado de Mato Grosso-CAIEMT, outras importantes instituições participaram na elaboração, proposta pedagógica e execução do referido programa, como a UNEMAT, a UFMT, FUNAI, ONG's (como o CIMI e a OPAN) e as Secretarias Municipais de Educação. O Projeto Tucum organizou-se em 04 Polos de atendimento a 11 etnias de todo o Estado, ofertando a Habilitação para o Magistério a 200 cursistas.

Acontecia na forma de formação em serviço, ou seja, os cursistas só faziam aulas presenciais no seu tempo de férias escolares, de modo que podiam trabalhar, aplicar seus novos conhecimentos já em sala de aula, com acompanhamento dos Assessores Pedagógicos do Projeto, que atendiam e orientavam, frequentemente, os alunos em serviço nas escolas da Aldeia.

Projeto desenvolveu-se de forma parcelada, contando com: etapas intensivas, nos períodos de férias e recessos escolares; etapas intermediárias, desenvolvidas entre uma etapa intensiva e outra, sob supervisão dos

monitores; e etapas de capacitação, que reuniam docentes e monitores para discutir com assessores o encaminhamento dos trabalhos. (PEGGION, 2003, p. 45)

A proposta pedagógica do Projeto Tucum propunha ofertar uma formação específica e diferenciada para o Magistério de professores indígenas, tendo como um dos eixos fundamentais a abordagem do trabalho a partir de três grandes temáticas: Terra, Língua e Cultura. Ao se tomar a Língua como um dos eixos fundamentais na formação dos professores para o Magistério, é bom lembrar que a proposta, em toda sua construção, valoriza e tem intenção de fortalecimento das línguas maternas nas práticas da educação escolar em aldeias indígenas. Língua materna e bilinguismo, então, ocupam espaço importante, antes dominado e privilegiado pela língua portuguesa na rotina escolar.

Assim, deverá ser incentivada, através da educação escolar indígena, a criação de novas funções para as línguas indígenas, sejam elas materna ou não, à nível oral e escrito, com o estímulo à produção e difusão de textos e literatura diversas nestas línguas compreendidas também as diferentes áreas de conhecimento próprias ao currículo escolar. (PROJETO TUCUM, 1995, p. 31)

Os eixos norteadores indicam, ainda, o valor dos processos coletivos, lembrando dos movimentos indígenas anteriores que manifestaram reivindicações que culminaram, entre outras atitudes, a própria proposta do Projeto Tucum. Mas, também muito importante, a necessidade de integração de atividades escolares com a rotina sócio cultural da comunidade. Deste modo, escola e comunidade devem caminhar sempre juntas e lado a lado, que não é nada do que Sr. João Arrezomãe já não teria dito e proposto, bem como, também, fazia Daniel Cabixi.

Neste sentido, é importante lembrar que o citado documento ainda traz um esclarecimento essencial ao tratar a aprendizagem numa perspectiva de globalização, não o movimento da economia, mas, uma concepção epistemológica.

Nesta perspectiva, esta concepção de globalização parte do princípio de que a aprendizagem não é apenas a acumulação de novos conhecimentos ao esquema de compreensão dos alunos mas sim de uma reestruturação desses esquemas, a partir do estabelecimento de relações entre os conhecimentos que já possuem e os novos, com os quais se defronta. Assim, o que se pretende é que os alunos consigam aprender a aprender e a viver, ou seja,

consigam ir aprendendo a organizar seus próprios conhecimentos para enfrentar novos problemas e atuar no mundo. (PROJETO TUCUM, 1995, p 32)

Com tal concepção de aprendizagem, é compreensível o papel da comunidade e da valorização dos saberes da tradição de cada povo. É compreensível a proposta de valorização e fortalecimento das línguas maternas.

É possível encontrar o documento integral deste Projeto proposto pelo Governo do Estado de Mato Grosso, na página do Instituto Sócio Ambiental-ISA, no qual encontramos objetivos bem esclarecedores sobre este modo específico e diferenciado para o desenvolvimento desta formação de professores para o Magistério. Neste aspecto, destaco o objetivo detalhado na alínea c), que assim se subscrive:

Dar acesso e desenvolver formas de conhecimento, advindas de formações culturais diversas, tomando por base a própria cultura, para que os professores cursistas conheçam e controlem bem a variedade de padrões culturais e de conhecimentos, ampliando a sua compreensão crítica da realidade e sua capacidade de atuação sobre ela. (PROJETO TUCUM, 1995, p 24)

Este objetivo deixa claro que o cursista não estaria trabalhando sua formação e habilitação para o magistério somente a partir dos conhecimentos já padronizados e definidos oficialmente pela cultura ocidental, mas, sim, sua formação estaria concentrada a partir da realidade da sua própria cultura em relação à outras culturas: a do não indígena e cultura dos parentes de outras etnias. No objetivo seguinte, lemos e compreendemos que o processo educativo dos cursistas se assentava nos saberes e pensamento dos próprios indígenas. Assim, configura-se como uma proposta bem elaborada no que se refere à construção de uma educação específica e diferenciada para cada comunidade indígena.

Encontramos, também, um outro objetivo audacioso pretendido para o Projeto Tucum: “(...) a elaboração da proposta curricular diferenciada, bilíngue e intercultural para as escolas indígenas” (PROJETO TUCUM, 1995, p. 24). Neste aspecto, há que se registrar que a proposta, bem como implantação, de um projeto diferenciado de escola teve suas discussões, as não aceitação e aceitação. Como registra Peggion (2003, p. 46):

(...) em determinados momentos, os cursistas reivindicavam um ensino tradicional, definido por eles como “escola de branco”, enquanto os assessores do projeto apresentavam-lhes um modelo de educação escolar, baseado na construção do conhecimento – mais de acordo com as novas propostas das escolas não-indígenas.

A comunidade também teve suas desconfianças, já que o modelo de escola que sempre tiveram estava baseado nos moldes de ensino ofertado em escolas da cidade, aprendendo a língua portuguesa e aprendendo tudo nos livros didáticos, conforme as outras crianças da cidade. A comunidade, inicialmente, se incomodou com a proposta de uma escola na aldeia que trabalhasse a língua materna e também as rotinas da cultura indígena. Paes (2002) tratou deste assunto focando os dilemas da questão do trabalho com língua materna na rotina escolar em aldeia Haliti Paresi. Naquela época, a autora apontou o descrédito da comunidade para com um modelo de escola que não estivesse centrado nos saberes da cultura ocidental, em especial, que não “ensinasse bem a língua portuguesa”, pois, esta seria uma forma de arma para lutar pelos direitos indígenas.

Entretanto, é preciso registrar que, com o tempo, os professores Haliti Paresi continuaram na sua persistência de construir uma escola específica e diferenciada. Aos poucos a comunidade gostou da nova forma de escola e passou a confiar mais. Atualmente, temos uma escola forte na área Haliti Paresi, que valoriza a cultura tradicional, mas também, trabalha com os conteúdos que são propostos pelo sistema nacional de ensino.

A Secretaria Municipal de Educação de Tangará da Serra sempre ofereceu cursos de Formação Continuada aos professores. Inicialmente, as coordenadoras pedagógicas da Secretaria era quem coordenava os trabalhos com fins de formação metodológica e didática. Em tempos atuais, com vários professores Haliti Paresi já graduados e pós-graduados, alguns cursando Mestrado, se tornaram os protagonistas destes momentos de Formação Continuada para a educação escolar em terras Haliti Paresi.

3.2 Legislação da Educação Escolar Indígena: tecendo os caminhos legais do reconhecimento à educação específica e diferenciada

Nesse processo, a Educação Indígena saiu do gueto, seja porque ela se tornou tema que está na ordem do dia do movimento indígena, seja porque há de se construir respostas qualificadas a essa nova demanda por parte

daqueles a quem cabe gerir os processos de educação no âmbito do Estado. (GRUPIONI, 2002, p. 130)

As instituições federais, estaduais e municipais também foram se adequando à nova realidade em função das conquistas resultantes dos movimentos indígenas, de forma que era necessário, também, a reestruturação da legislação, regulamentando esta oferta diferenciada de educação escolar para indígenas.

Não podemos esquecer que o primeiro grande impacto das mobilizações de indígenas por todo país se efetivou em direitos garantidos na Constituição Federal de 1988. No seu Artigo 231, Capítulo VIII, já encontramos que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”. Sem esquecer, ainda, que a Carta Magna, em seu Artigo 5, estabelece a igualdade entre todos os cidadãos brasileiros: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, (...)”.

Na esteira da discussão e implementação de ações que respeitem os direitos indígenas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional–LDBEN/96, traz as seguintes determinações e objetivos no que se refere à educação escolar indígena:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

- I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;
- II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Assim, continuamos a observar que há consonância nos documentos legais publicados e que garantem o direito à livre manifestação da diversidade dos povos.

No ano de 1998, o Ministério de Educação e Cultura publicou importante documento para auxiliar os professores das escolas nas aldeias: o RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Neste material há um rico potencial de auxílio para uso dos professores indígenas, com discussão teórica e sugestões de atividades e abordagens nos diferentes campos do conhecimento. Entretanto, este material não pode ser considerado, somente, como um “manual”, assim, os trabalhos com Formação Continuada para professores das escolas em aldeias são muito importantes, no sentido de “provocar” a discussão e reflexão por parte dos professores indígenas em relação às respectivas realidades comunitárias.

É importante ressaltar que o RCNEI traz, de forma clara, bem definitiva e explicativa, os fundamentos para a existência e funcionamento das escolas indígenas e seus projetos de funcionamento e atendimento das comunidades nas quais ela está inserida. Assim, encontramos bom detalhamento sobre os princípios da Multietnicidade, pluralidade e diversidade; da Educação e do conhecimento indígena; do Princípio da autodeterminação; do princípio da Comunidade Educativa Indígena e, por fim, do Princípio da Educação Intercultural, comunitária, específica e diferenciada. Mais uma vez, notamos sintonia entre as diferentes legislações com o que as vozes indígenas se erguem em defesa de seus direitos.

No ano de 1999, o Conselho Nacional de Educação-CNE (instalado no ano de 1996), publica o Parecer 14/99-CNE, o qual instrui a estruturação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena. Tal Parecer “(...) apresenta a fundamentação da educação indígena, determina a estrutura e funcionamento da escola indígena e propõe ações concretas em prol da educação escolar indígena.”, considerando que:

O ponto de partida dos trabalhos deste Colegiado foi a consideração de que todos os povos indígenas, independentemente da instituição escolar, possuem mecanismos de transmissão de conhecimentos e de socialização de seus membros e que a instituição da escola é fruto histórico do contato desses povos com segmentos da sociedade nacional. Assim, é preciso distinguir claramente dois termos: educação indígena e Educação Escolar Indígena.

Estava ali reconhecida a importância dos movimentos indígenas, que apontaram, durante anos, que saberes tradicionais, ancestrais não poderiam ser desconsiderados na educação formal das populações tradicionais, assim, foi importante as movimentações políticas e legais que o antecederam.

Ou seja, tratar de “educação indígena” seria considerar os modos como o sujeito aprende, se torna uma pessoa na própria cultura; já, “educação escolar”, se refere aos conceitos e lógicas de explicação das coisas de mundo que circulam sistematizadamente na rotina da escola, devidamente organizadas no currículo escolar. Reafirma e reconhece o Parecer que:

Ao longo de sua história, as sociedades indígenas vêm elaborando complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo o homem e o sobrenatural

Assim, reconhece os saberes indígenas para poder circular como saber escolar e, ainda, instruiu legislações específicas para poder considerar tal saber diferenciado como “apto” a fazer parte da rotina escolar formal.

Neste mesmo ano, instado e pressionado pelas novas configurações de pensamento e concepção sobre o tema, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, publica a Resolução 03/99, a qual instrui sobre a estruturação das escolas indígenas.

Art. 1º Estabelecer, no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngüe, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

No ano de 2009, com apoio do Governo Federal se realizou amplo debate nacional em comunidades indígenas que culminou na I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, que aconteceu na cidade de Luziânia-GO. Primeiro as discussões aconteceram nas comunidades escolares em aldeias de todo território nacional e, depois, com as propostas locais, se realizou as Conferências Estaduais para, finalmente, realizar o evento nacional, quando se discutiu e aprovou as políticas de oferta da educação escolar indígena.

Só no ano de 2012 que foi aprovada, promulgada e publicada a RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012, definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Esse é um documento muito importante e bonito, porque detalha todos os direitos da educação diferenciada para as escolas das aldeias. No TÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, temos bem

esclarecidos os objetivos da nossa educação escolar e, assim, sabemos que temos lei que autoriza o trabalho com os saberes da nossa cultura; como que podemos trabalhar os conhecimentos da nossa cultura tradicional e também os conhecimentos dos outros povos.

Art. 3º Constituem objetivos da Educação Escolar Indígena proporcionar aos indígenas, suas comunidades e povos:

I - a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - o acesso às informações, conhecimentos técnicos, científicos e culturais da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas.

Parágrafo único A Educação Escolar Indígena deve se constituir num espaço de construção de relações interétnicas orientadas para a manutenção da pluralidade cultural, pelo reconhecimento de diferentes concepções pedagógicas e pela afirmação dos povos indígenas como sujeitos de direitos.

No Artigo 7, também é possível localizar uma informação muito importante, conforme segue:

§ 2º Os saberes e práticas indígenas devem ancorar o acesso a outros conhecimentos, de modo a valorizar os modos próprios de conhecer, investigar e sistematizar de cada povo indígena, valorizando a oralidade e a história indígena.

Ou seja, a escola poderá iniciar os trabalhos com os saberes da cultura tradicional e, a partir deles, começar e trazer os saberes que estão no plano das secretarias municipais. Assim, valorizamos os nossos conhecimentos da cultura. Isso é possível porque os professores nas aldeias são indígenas do próprio povo. E as Diretrizes também orientam para que nas escolas das aldeias os professores sejam indígenas, e cita que estes professores são os interlocutores entre a comunidade e as demais sociedades. É assim mesmo que acontece nas aldeias: o professor é um líder da comunidade e leva para outras sociedades a preocupação do seu povo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais também mencionam sobre Formação Continuada dos professores Indígenas, no TÍTULO IV, DO PROJETO POLITICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS INDÍGENAS, na Seção III, ao tratar da Formação Continuada de Professores.

§ 6º Os sistemas de ensino e suas instituições formadoras devem assegurar a formação continuada dos professores indígenas, compreendida como

componente essencial da profissionalização docente e estratégia de continuidade do processo formativo, articulada à realidade da escola indígena e à formação inicial dos seus professores.

Em contexto do Estado de Mato Grosso, é importante registrar o que estabelece a Resolução 04/2019-CEE/MT acerca da oferta de educação escolar indígena, sempre em consonância com os documentos nacionais historicamente construídos e oficializados. Logo no Capítulo I, artigo segundo, destacamos o seguinte objetivo:

IV. garantir aos povos e comunidades indígenas uma educação escolar diferenciada com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas de seus saberes e de seus conhecimentos;

Como podemos acompanhar, no sistema educacional do Estado de Mato Grosso, se mantém o respeito ao que os movimentos indígenas vêm debatendo e reivindicando em prol da educação específica para as diversas culturas.

Vale ressaltar que esta Resolução, ainda tratando dos objetivos da educação escolar indígena, já esclarece e “orienta” para que as escolas privilegiem os saberes dos “mestres anciãos” da cultura. Ou seja, mesmo que não tenham o “diploma da escola”, os anciãos, verdadeiros sábios, devem ser aqueles valorizados para trabalhar os saberes indígenas também na rotina escolar, como acompanhamos a seguir.

III - inserir na organização escolar indígena a colaboração e a atuação de especialistas em conhecimentos tradicionais como tocadores de instrumentos musicais, contadores de narrativas míticas, artesãos, pajés ou xamãs, rezadores, raizeiros, parteiros, organizadores de rituais, conselheiros e outras funções próprias e necessárias ao bem viver dos povos indígenas;

Deste modo, é imperativo que os professores indígenas conheçam o que postulam todos estes documentos, de forma que saberão todos os seus direitos garantidos e, também, enriquecerão sua formação profissional.

Não há como encerrar esta seção sem mencionar a Portaria 1.061, de 2013, quando o MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI, institui a ação “saberes Indígenas na Escola”, a qual é voltada para a

Formação Continuada de Professores Indígenas. Seus objetivos estão bem acentuados para tal questão, conforme acompanhamos na sua redação:

Art. 2º São objetivos da Ação Saberes Indígenas na Escola:

I - promover a formação continuada de professores que atuam na educação escolar indígena na educação básica;

II - oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade que fundamentam os projetos educativos nas comunidades indígenas;

III - oferecer subsídios à elaboração de currículos, definição de metodologias e processos de avaliação que atendam às especificidades dos processos de letramento, numeramento e conhecimentos dos povos indígenas;

IV - fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e de acordo com as especificidades da educação escolar indígena.

Podemos notar que o objetivo registrado no item II retoma e, assim, reforça princípios fundamentais já presentes nos demais conjuntos legislativos aqui já citados. Deste modo, orienta as ações de formação continuada de professores indígenas pautadas na diversidade cultural e da organização das comunidades indígenas, valorizando a realidade de cada povo, em especial, no que se refere à língua.

Em regime de colaboração entre diversas instituições, Governo Federal, Governos Estaduais, municípios e instituições públicas de ensino superior, muitos Estados se organizaram e, com projetos bem planejados e considerando as vozes das comunidades, ofertam ações de formação continuada que preparam e qualificam os professores indígenas para o trabalho diferenciado. No caso do Estado de Mato Grosso, a SEDUC-Secretaria de Estado de Educação, conforme informa Francisca Navantino em seu depoimento, “(...), as ações ofertadas de formação continuada para os professores indígena são de nível técnico, ou tecnicista, já que a SEDUC não assumiu a modalidade da Educação Escolar Indígena como um atendimento da educação básica conforme as determinações da legislação vigente tanto a nível federal como estadual”. Esta é uma questão que precisa ser debatida entre professores e lideranças Haliti Paresi, pois se há instrumento legal para o envolvimento da SEDUC, é preciso se organizarem para oferta destas modalidades de formação continuada para professores das aldeias indígenas.

Não é possível de deixar de ser citada a Resolução 04/2019/CEB/CEE-MT, cuja publicação legal fixa normas da Educação Básica na modalidade Educação Escolar Indígena para o Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. Ou seja, por falta de legislação não é que o Estado de Mato Grosso deixa de alcançar as comunidades indígenas para oferta de formação continuada de professores. É preciso vontade e atitude política!

Ainda tratando do caso do Estado de Mato Grosso, no ano de 2016, a Universidade Federal de Mato Grosso é convidada para construir uma proposta na perspectiva da Ação Saberes Indígenas “(...) criando uma rede específica para atender aos povos do estado que atualmente tem reconhecido 42 Povos Indígenas aqui residentes. (GRANDO, 2019, p.2)

A Ação Saberes Indígenas, então, vem para dar corpo ao que as legislações que a precedem vêm registrando como direitos. Ou seja, se considerarmos os direitos declarados desde a CF de 1988, LDBEN de 1996 e demais legislações, somente no ano de 2013 há ações concretas no sentido de subsidiar a construção de projetos de escolas diferenciadas, ou seja, contribuir efetivamente e especificamente com os professores indígenas nas propostas curriculares, nas atividades com alunos que fortaleça e que realmente se constitua uma educação escolar indígena específica e diferenciada. A escolarização em aldeias indígenas, considerando todos os princípios e fundamentos pertinentes a essa modalidade de educação só se concretiza pela ação dos professores indígenas e, para isso, é preciso mesmo a qualificação destes profissionais.

Nestes trabalhos da Ação Saberes Indígenas, a comunidade é ouvida e valorizada; os anciãos são chamados para dar sua contribuição para registro da cultura e, a partir da própria cultura é que nascem as atividades e propostas para trabalho escolar. Como exemplo, é possível citar a publicação “Alfabetizando com as histórias dos ancestrais Haliti”, resultado de Ações Saberes Indígenas desenvolvidas entre nosso povo pelo “Projeto Saberes Indígenas na Escola-Rede UFMT” coordenado pela UFMT.

A Universidade do Estado de Mato Grosso, em rede com o Projeto coordenado pela UFMT, desenvolve ações no campus de Juara, norte do Estado, atendendo etnias Apiaká, Kayaby e Munduruku, propondo “(...) vivências didático-pedagógicas diferenciadas e interculturais, contemplando o letramento e o numeramento em língua portuguesa e língua indígena, considerando sempre a situação sociolinguística dos povos participantes do projeto.”. (FERREIRA e ZOIA, 2020, p. 5)

Assim vai se consolidando uma escola mais próxima da realidade dos alunos e comunidade.

CAPÍTULO III

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES INDÍGENAS HALITI PARESI

Por isso que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente sobre a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. (FREIRE, 1996, p. 39)

Antigamente, o professor nas escolas indígenas, se restringia a usar o livro didático, encaminhado pelo sistema oficial de ensino, para trabalhar os conteúdos já determinados pelo sistema nacional. Antigamente era um ensino de represaria, agora passou a ser ensino de grande significado para os povos indígenas, ou seja, um caminho para a formação da autonomia dos mesmos. Assim, é necessário um processo de formação continuada que prepare o professor para estas novas abordagens de trabalho na sala de aula, motivando-o para a escola específica e diferenciada e construindo, com ele, a confiança para um trabalho de qualidade e que faça sentido para a comunidade onde trabalha e convive.

A escola é um espaço onde o aluno poderá buscar, aperfeiçoar e refletir sobre a importância de seus conhecimentos da cultura tradicional e também os da cultura envolvente, sistematizados em sala de aula; aprendem sobre como vivem e como se comportam na sociedade do não índio, mas, também pode ser um espaço para discutir e refletir acerca das condições da sua própria cultura e de sua própria existência. Já, no RCNEI, encontramos assinalado a necessidade apontada por movimentos indígenas na defesa de uma educação intercultural, específica e diferenciada quando o documento reconhece, para escolas e professores indígenas

(...) a necessidade de contarem com currículos mais próximos de suas realidades e mais condizentes com as novas demandas de seus povos. Esses professores reivindicam a construção de novas propostas curriculares para suas escolas, em substituição àqueles modelos de educação que, ao longo da história, lhes vêm sendo impostos, já que tais modelos nunca corresponderam aos seus interesses políticos e às pedagogias de suas culturas. (RCNEI, 1998, p. 11)

Assim, antes era um ensino pautado nos saberes da cultura ocidental, atualmente, os professores indígenas devem assumir a construção dos trabalhos e currículos escolares.

O pensador brasileiro Paulo Freire é importante teórico para pensar e propor estratégias para o funcionamento das escolas nas aldeias indígenas, principalmente na atualidade, quando os indígenas já estão como protagonistas na construção do projeto de escola que desejam. Paulo Freire, em toda sua trajetória e obras publicadas, deixa claro a necessidade da escola trabalhar com a realidade da comunidade na qual está inserida, e, a partir desta realidade, produzir reflexões sobre sua prática em relação aos anseios da comunidade. Em toda sua obra não se cansa de falar sobre a importância da escola para construção da autonomia das pessoas. Podemos pensar, então, que os líderes João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi sempre estiveram alinhados com o mesmo pensamento de Paulo Freire (mesmo não o conhecendo) pois, sempre defenderam que a escola da aldeia deveria valorizar também os saberes dos indígenas e não somente os saberes da cultura ocidental. Esses dois grandes líderes, defendiam que o espaço escolar deveria convidar as lideranças tradicionais, os mestres anciãos da cultura, para lá também “ensinar” sobre a cultura e, só depois disso que o aluno deveria “escutar” e aprender os conhecimentos da sociedade envolvente.

É de grande valor reconhecer que o professor em sua comunidade é uma figura de muita importância e prestígio, porque as pessoas entendem que ele é uma ponte entre a sabedoria do seu povo e o entendimento do “mundo exterior”, por isso é importantíssimo falar de formação continuada do professor, considerando o pensamento e “ensinamentos” dos dois grandes líderes Haliti Paresi. O professor precisa estar bem preparado para trabalhar com seus alunos e motivar eles para os dois tipos de conhecimento: o da cultura tradicional e o da cultura envolvente. Mais que isso, preparado para refletir, junto com seus alunos e com a própria comunidade a realidade da cultura e o futuro de todos.

Em toda e qualquer profissão, nunca se deve deixar de crescer como profissional e quando se trata de transferir conhecimentos, torna o professor um ser tão sábio que o aprendizado deve ser para ele tão e quanto importante como o oxigênio que ele respira.

Hoje como as mudanças que há entre o povo, a tecnologia que está cada vez tornando os jovens mais dependentes de aparelhos eletrônicos, o professor ainda é o caminho para o equilíbrio juntamente com a família. Assim, o papel do professor é muito importante, pois, não pode esquecer a realidade (que tem a tecnologia) mas, também, deve discutir com seus

alunos a importância da valorização da própria tradição cultural: essa tradição cultural é que torna sua identidade Haliti Paresi cada vez mais fortalecida.

Um professor que tem sua formação em constante continuidade sempre está acrescentando os meios de produzir as aprendizagens para com seus alunos. Um professor que se permite amadurecer nos seus conhecimentos através de cursos, palestras, leituras, fazer protocolo e respeitar a sua cultura, trabalha com seu aluno não só um ensino para sala de aula, mas também para a vida. É importante reforçar que Paulo Freire, no conjunto de sua obra, deixa claro que o professor deve se assumir como um “ser inconcluso”, ou seja, está sempre em construção de si mesmo, como pessoa e como profissional.

A educação escolar indígena é tão especial que se pararmos para analisar sua importância para o povo, lembramos que a autonomia do mesmo é conquistada através dos conhecimentos. Quanto mais conhecimentos, mais entendimento e quanto mais entendimento, mais independência social, emocional, e financeira de um povo.

Nóvoa (1995) afirma que a formação continuada de professores deve ser um momento que estimule o pensamento crítico reflexivo, assim, é o que propomos neste trabalho, que as oportunidades de Formação Continuada sejam momentos de fortalecimento da profissão de professor, mas que, também, seja momentos de reflexão sobre a importância da cultura tradicional na rotina escolar e pela rotina escolar.

Da perspectiva do professor, isso significa que o processo de compreensão e de melhoria de seu próprio ensino deve começar da reflexão sobre sua própria experiência e que o tipo de saber advindo unicamente da experiência de outras pessoas é insuficiente. (ZEICHNER, 2008, p. 539)

Podemos perceber que as afirmações destes dois teóricos estão em sintonia com o que sempre pregou Paulo Freire. No caso da educação escolar indígena, a escola deve, então, promover ações de formação continuada de seus professores baseada e fortalecida nesta perspectiva de reflexão sobre a própria realidade e na própria atuação profissional, como ensinava Paulo Freire. Segundo este importante pensador, é pela reflexão do próprio mundo e da própria atuação no mundo é que é possível se promover a transformação da sociedade.

(...) é como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens

materiais, coisas sensíveis, objetos, mas também instituições, ideias, concepções. (FREIRE, 1987, p.92)

Ou seja, a própria reflexão sobre a realidade e a dialogicidade com a comunidade é que se vai construindo e reconstruindo todo o processo de escolarização nas aldeias; assim, é possível, pelas ações de formação continuada de professores, a proposição de uma proposta curricular adequada à realidade da comunidade, de forma que os saberes escolares possam fazer sentido para os aprendizes. É preciso lembrar que “Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p.111).

As proposições de Paulo Freire estão de algum modo presente nos diversos documentos que orientam as ações de Formação Continuada de Professores, cujos documentos, sempre enfatizam a necessidade do diálogo com a comunidade e a reflexão sobre a própria realidade. A formação continuada dos professores indígenas é uma demanda importante e aparece nos principais documentos sobre a educação escolar indígena no Brasil. Nas escolas de aldeias Haliti Paresi, a formação continuada é coordenada pelas SEMEC² – Secretarias Municipais de Educação (cada município tem sua equipe e Programa de trabalho) e pelo órgão estadual chamado CEFAPRO – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso. Mas, sempre os professores indígenas são convidados a participar como palestrante, professor e oficinairo nestas formações. Isso mostra o quanto os indígenas foram conquistando espaço e, de algum modo, há interação com a comunidade.

Na questão de formação de professores, os Referenciais Curriculares para a Formação de Professores Indígenas lançados pelo MEC (RCNEI/2002), trazem bastante contribuição quanto às diretrizes de formação profissional, pois estabeleceram competências e habilidades das quais o educador indígena necessita para sua formação, atendendo às novas concepções sobre a Diversidade. Estes referenciais apresentaram importantes subsídios para que os sistemas de ensino desenvolvam programas de formação inicial e continuada de professores indígenas em concordância e respeitando as culturas específicas.

O documento em questão traz importantes esclarecimentos acerca dos Fundamentos que devem ser considerados ao se discutir e propor um projeto de educação escolar indígena: Multietnicidade, pluralidade e diversidade; Educação e conhecimentos indígenas;

² Vale registrar que a SEMEC de Tangará da Serra tem o Departamento de Educação Escolar indígena, o qual é coordenado por uma Professora Mestra indígena Haliti Paresi

Autodeterminação; Comunidade educativa indígena; Educação intercultural, comunitária, específica e diferenciada. Tendo como base tais fundamentos, o RCNEI constrói, detalhadamente sugestões e propostas práticas a serem utilizadas pelos professores indígenas, nas diferentes áreas do conhecimento escolar. Não deixa de ser um material relevante que pode fazer parte de ações na formação continuada de professores. É preciso, porém, não tomar tal documento como um “manual”, mas, como importante instrumento de reflexão de possibilidades para a prática em sala de aula, devidamente pensada e discutida para a realidade de cada comunidade escolar.

O Governo do Estado de Mato Grosso, no ano de 1998, publicou a Portaria 02/98 SEDUC/MT, que cria o CEFAPRO, Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso. Neste documento, encontramos o esclarecimento sobre o que é Formação continuada.

§ 1º A Formação Continuada de Professores caracteriza-se pela atividade realizada em serviço, apoiando-se em reflexões, estudos, projetos e pesquisas que irão contribuir para um constante repensar, propiciando a reconstrução da prática docente (MATO GROSSO, 1998)

Como vimos na citação do trecho deste documento estadual, a reflexão e o repensar a prática docente é sempre uma opção na profissão do professor da escola da aldeia. Mais uma vez, notamos a influência do pensamento de Paulo Freire, o qual, propõe que as mudanças se efetivam a partir da reflexão sobre a realidade. Mais uma vez podemos perceber a “presença” dos ensinamentos dos líderes João Arrezomã e Daniel Matenho Cabixi.

Nesta citação acima, também é importante compreendermos a referência às palavras “projetos” e “pesquisas”. Destacamos, neste aspecto, a necessidade do professor em processo de qualificação da sua prática docente, investir no pensar a realidade e se preparar para desenvolver atividades que levem os alunos a construção de uma postura de curiosidade e, por conseguinte, planejar e buscar informações a partir da pesquisa. Esta ação, envolveria e estimularia o aluno que, passaria (ou reforçaria) o sentido dos saberes de sala de aula. Cabe ao professor se preparar para estabelecer a relação entre o conteúdo formal da escola com as informações que seus alunos trazem para sala de aula. Este é um aspecto que destaca a importância do professor sempre em formação, pois, as comunidades se modificam conforme o passar dos tempos.

Nesta imagem abaixo, eu coloco duas meninas, ainda muito jovens que, com atividades na escola já estão vivenciando atividades da cultura tradicional. Assim, vão entendendo que na escola também tem lugar para as coisas do Haliti Paresi. Nesta atividade, o professor da Escola Malamalali estava falando da cultura tradicional, então, convidou o grupo de dança e canto tradicional para fazer apresentação na escola.

Imagem 04 - Meninas Haliti Paresi devidamente compostas com roupas tradicionais para prática cultural



Fonte: Edicleia Paresi, 2022

Notamos que, na perspectiva acima comentada, o aluno, o aprendiz, o estudante tem um papel importante nesta configuração de projeto de escola. Ou seja, o professor, deverá considerar o que de saber o aluno já possui ao adentrar a sala de aula. Desta forma, é bom lembrar que: “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina

aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 1996, P.25). Essa é uma afirmação muito bonita do Paulo Freire e muito importante para nós indígenas, que damos bastante importância para as atividades do coletivo. Claro, quando os mestres sábios falam, todos escutam, mas, em seguida, os mestres também ouvem aqueles para quem estão falando. É sempre uma troca. Reconstruir a prática docente com vistas a sempre melhorar o ensino e a aprendizagem nas escolas das aldeias Haliti Paresi, para isso, é importante valorizar as palavras, ensinamentos e aconselhamentos deixados pelos dois grandes líderes do nosso povo: João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi.

Imagem 05 - Grupo de danças tradicionais Haliti Paresi apresentando-se em evento na Escola Indígena Malamalali



Fonte: Edicléia Paresi, 2022

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA

A pesquisa é importante porque levanta dados e registra coisas que possam dar confiança sobre um determinado assunto. Para isso, uma metodologia de trabalho é importante para ser reconhecida para a academia, mas, para os indígenas a palavra das pessoas já basta para acreditarmos. Na cultura tradicional Haliti Paresi, não precisamos de metodologia científica para acreditarmos no que os sábios anciãos nos contam e relatam sobre os modos que os mitos explicam as coisas de mundo. Mas, para a academia, é importante falar e registrar dados, análises e conclusões baseadas no que o rigor metodológico determina como aceitável para ser reconhecido como conhecimento e saber científico.

Se considerarmos o que Pedro Demo (2005) discute sobre pesquisa perceberemos que é algo que não deve nos dar tranquilidade, mas, ao contrário, deve mexer com nossa capacidade de pensar, e que deve nos colocar sempre na dúvida. Ainda, segundo este autor, “[...] nenhum tipo de pesquisa é autossuficiente, inclusive na prática, mesclamos todos; apenas dando ênfase a um ou outro tipo”. (DEMO, 2005, p. 24). Acompanhamos tal compreensão sobre Pesquisa e é possível compreender que, por mais que estejamos em campo levantando dados, analisando e estabelecendo relações, a pesquisa sempre nos coloca na dúvida para podermos continuar nesse processo de “descoberta”. Assim, o pesquisador é aquele que sempre está em busca de melhores resultados a partir do que ele já obteve.

Mas, é preciso diferenciar, academicamente, o conhecimento empírico do conhecimento científico, que, conforme Lakatos e Marconi (1992), este último, é o conhecimento obtido por meio de procedimentos metodológicos reconhecidos pela Ciência ocidental. Assim, para cumprir as normas da Universidade, a metodologia científica, como já registrei, é necessária para o reconhecimento científico dos dados sobre os ensinamentos dos dois grandes líderes, “mestres/professores” Haliti Paresi.

Este trabalho é uma pesquisa etnográfica, que como afirma Severino (2013, p. 104), “Trata-se de um mergulho no microsocial, olhado com uma lente de aumento”. Este tipo de pesquisa, acompanhando André (1995), dá oportunidade de pesquisar considerando a importância e os significados dos fatos e falas da cultura estudada. A autora afirma que este

tipo de pesquisa é comum da Antropologia, para descrever uma cultura, mas outras áreas do conhecimento também usam esse método de pesquisa.

É válido lembrar que a etnografia é um modelo de pesquisa que traz grandes contribuições para o campo das ciências sociais, em especial, pesquisas que envolvem comunidades tão diferenciadas daquelas que o “padrão ocidental” considerou como correta e aceitável no decorrer dos tempos.

A etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sócio-interacionais, por alguns motivos entre eles estão: Primeiro, preocupa-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas. (MATTOS, 2011 p. 50)

Assim, a etnografia é muito apropriada para os estudos com povos indígenas e eu, como Haliti Paresi, estou inserida no próprio processo da pesquisa, então também é uma pesquisa participante. “A observação é chamada de participante porque parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado”. (ANDRÉ, 1995, p. 24).

Complementando a ideia de pesquisa participante, tem-se que:

É aquela em que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades. O pesquisador coloca-se numa postura de identificação com os pesquisados. (SEVERINO, 2013, p.104)

Toda pesquisa precisa de leitura e levantamento bibliográfico. A leitura possibilita a construção de pensamento reflexivo sobre a prática da pesquisa. Para isso, as leituras que fizemos nas disciplinas do Mestrado já ajudou muito. A pesquisa bibliográfica é aquela que o pesquisador busca referências bibliográficas já publicadas, em artigos, entrevistas de jornais, livros, páginas na internet (com confiança), principalmente de eventos e páginas das Universidades.

Inicialmente, a pesquisa buscou referenciais teóricos que tratam da Formação Continuada para Professores Indígenas, levantando suas características, princípios e fundamentos. Neste aspecto, se destaca a relação deste assunto com as propostas do pensador Paulo Freire, já que o mesmo sempre defendeu uma escolarização baseada na realidade da comunidade onde a escola está inserida, bem como a necessidade da formação continuada de professores. A pesquisa bibliográfica também se concentrou na legislação que ampara e dá legalidade à escolarização para indígenas, de forma específica e diferenciada. A legislação também foi importante para o registro sobre as orientações e fundamentos legais para a formação continuada de professores indígenas.

A busca bibliográfica também foi feita para localizar artigos e entrevistas já publicadas que trazem as propostas e preocupações de Daniel Matenho Cabixi sobre a educação escolar indígena. Para isso a internet foi muito importante, bem como os parentes de Daniel, que gentilmente cederam o que tinham de registro de suas publicações, em especial, seus filhos Rony e Genilson.

Além de dados que estão publicados, também foram coletadas informações com anciãos e outras pessoas que conviveram com os dois líderes Haliti Paresi. Com estes dados buscou-se a escrita da história de Daniel Matenho Cabixi e João Arrezomãe e o registro de suas ideias e propostas para a educação escolar em aldeias indígenas. Então, o levantamento dos dados para compor a pesquisa foi a pesquisa bibliográfica e também realizei entrevistas com anciãos, filhos de Daniel e de João Arrezomãe, professores Haliti Paresi.

A entrevista é uma técnica de coleta de dados muito usada em pesquisas do campo social, em especial pesquisas com comunidades tradicionais.

É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação. A entrevista pode ter caráter exploratório ou ser uma coleta de informações. A de caráter exploratório é relativamente estruturada; já a de coleta de informações é altamente estruturada. (GERHARDT et al, p. 72)

As entrevistas com os Haliti Paresi foram todas feitas em língua materna. Foram gravadas e, depois, foi feita a transcrição, no computador, para a língua portuguesa. Cheguei para o entrevistado e perguntei: “O que você lembra de seu João falando de importância da Cultura Haliti Paresi?”; “O que você lembra que seu João falava da importância da escola e

do professor para valorização da cultura Haliti Paresi?”. As mesmas perguntas fiz perguntando sobre o que dizia Daniel Matenho Cabixi.

Também foram coletadas imagens de Daniel Matenho e seu João Arrezomãe para compor o trabalho, ilustrando suas participações na vida da comunidade bem como suas participações em eventos e reuniões importantes sobre a causa indígena.

A partir dos dados levantados com as entrevistas, com as imagens e com a pesquisa bibliográfica, foi estruturada a história de vida dos dois grandes líderes Haliti Paresi e também foi construída a escrita sobre seus pensamentos sobre educação escolar em terras Haliti Paresi, o que podemos caracterizar como uma “Pedagogia Haliti Paresi”.

Todo material coletado é que dá base para a composição e organização de um e-book sobre essas duas importantes lideranças. Esse material tem o objetivo de contribuir para a Formação Continuada de Professores Haliti Paresi.

Este material tem a organização em os textos em três capítulos: o primeiro capítulo apresenta as principais legislações que versam sobre Educação Escolar e sobre Formação Continuada de Professores Indígenas; o segundo capítulo traz a história dos dois líderes e sua luta pela preservação e valorização da cultura Haliti Paresi e seus pensamentos sobre a educação escolar em aldeias indígenas, assim como os artigos e entrevistas já publicados, de autoria dos dois grandes líderes; o terceiro capítulo vai apresentar o depoimento de filhos destas lideranças, anciãos e professores das escolas Haliti Paresi e suas memórias sobre o que aconselhavam para a valorização da cultura tradicional e sua relação com o processo de escolarização.

Em cada capítulo, são propostos de questionamentos sobre o conteúdo apresentado com objetivo de levar os Professores da Formação Continuada a refletirem sobre sua prática e seu compromisso na valorização da cultura tradicional do Povo Haliti Presi. Também é solicitado que os professores em capacitação proponham atividades, a partir das leituras e discussões, para serem trabalhadas em sala de aula com seus alunos.

CAPÍTULO V

RESULTADOS

Neste capítulo vou apresentar a transcrição das entrevistas que fiz durante a realização deste trabalho de pesquisa e também o que coletei de materiais em livros, jornais, revistas, etc. Meu interesse era construir a história de Daniel Matenho Cabixi e seu João Arrezomãe e ainda ouvir sobre seus conselhos sobre a valorização da cultura tradicional e, mais especificamente, o que diziam a respeito da educação escolar como forma de fortalecer a cultura Haliti Paresi.

Essas histórias de vida, as lutas e argumentos destes líderes devem ficar na história da nossa vida em comunidade; tais histórias e ensinamentos não devem servir apenas como registro, mas, para este trabalho de pesquisa, devem servir para contribuir com os professores, principalmente os mais jovens, para refletirem sobre sua ação na educação das crianças e jovens Haliti Paresi para valorizarem cada vez mais a cultura tradicional do nosso povo. Hoje em dia, a tecnologia está colocando os jovens cada vez mais em contato com o mundo exterior. Os mais jovens, com uso do telefone celular e assistindo a televisão, estão sempre valorizando muito as coisas da sociedade ocidental, como as roupas que usam, as palavras, os comportamentos e jeito de falar aprendidos na internet. É preciso que a Educação Escolar contribua com a valorização da cultura.

Em tempos de agora, não podemos mais viver sem a Educação Escolar, pois estamos muito perto da rotina da sociedade envolvente, então, a escola deve se preparar para valorizar a cultura. A escola não deve servir apenas para falar dos conhecimentos dos ocidentais, mas, deve servir como ferramenta e instrumento para fortalecer a cultura Haliti Paresi. Isso era o que falavam nossos dois grandes líderes, João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi, então, não devemos nos separar dos seus ensinamentos. Por isso esse trabalho é importante.

Vou começar falando da história de João Arrezomãe. Muito conhecido como “João Garimpeiro”, mais pelos Imuti, mas vou sempre chamar de João Arrezomãe, seu nome original da cultura. Ele era meu avô, pai do meu pai e morava na minha aldeia. Convivi muito com ele e ouvi ele contar muitas histórias, principalmente quando eu já era professora na aldeia Rio Verde.

Ele falava bastante da escola e ficava com medo da escola transformar o índio em “branco”. Ele não queria isso. Era isso que ele tinha mais medo, ou seja, que o Haliti Paresi

aprendesse as coisas de não indígena na escola e fosse esquecendo a sua cultura tradicional. Ele lutava muito para que a escola fosse também um lugar de trabalhar a cultura do povo.

No ano de 2015, eu já estava cursando a Graduação na Unemat de Barra do Bugres, na Faculdade Indígena Intercultural, eu queria fazer trabalho de TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, com as ideias dele sobre educação escolar, mas, acabei não realizando este trabalho naquela época. Como eu tinha este objetivo, eu gravei entrevista com ele, depois ele morreu e a entrevista ficou gravada. Agora, decidi usar suas informações e aconselhamentos para servir como orientação aos professores Haliti Paresi.

Imagem 06 - João Arrezomãe falando com seu povo



Fonte: Facebook/Aldeia Rio Verde

5.1 João Arrezomãe: construindo uma história de liderança

Ele lutou muito pelo nosso povo e falava muito da formação dos professores indígenas da nossa cultura. Ele pensava que os professores, na escola, tinham que valorizar cultura tradicional e não falar só as coisas da cultura ocidental. Ele me contou sua história bem emocionante. O que está aqui, neste registro, é resultado das minhas memórias das histórias que ele contava, reunindo as crianças no início da noite. João Arrezomãe é meu avô, então, convivi bastante com ele e ouvi ele contar muitas histórias. Também, esse registro, é a transcrição da entrevista que fiz no ano de 2015.

Seu João, meu avô, era muito atencioso e carinhoso com as crianças e tinha muito orgulho delas, assim, quando chegava visitas na aldeia, fazia questão de chamar todas as crianças para encontrar com as visitas.

Imagem 07 - Visita a aldeia Kotitiko e seu João apresenta seus netos e bisnetos



Fonte: Francisca Navantino, 2007

João Arrezomãe nasceu no dia 25 de dezembro do ano de 1931, sendo seu pai o senhor Simplício Zonaizokae e a mãe a senhora Zomoyozakalo. A entrevista que fiz, foi gravada em vídeo e áudio, na língua materna, mas, registro aqui a versão em língua portuguesa. Esta entrevista muito contribui para a cultura tradicional Haliti Paresi, pois deixa registrado o que nosso grande líder pensava do nosso povo.

Meu avô tinha uma irmã de dois anos de idade, mas logo depois, quando tinha quatro aninhos de idade, a mãe deles faleceu e aí foram criados pela sua tia, Zomaezokaero.

A tia era muito brava. Um dia, a tia mandou buscar água no rio e ele foi junto com sua irmã e levaram a cabaçinha; de repente, a irmã dele derrubou a cabacinha e quebrou. Quando subiram para a aldeia, a tia brigou com eles e colocou-os de castigo para dormir fora da barraca. Com o frio, a irmãzinha chorava, pois ela tinha apenas 3 anos de idade. Eles sofriam muito porque a tia que criava eles não era boa pessoa e judiava muito deles.

Passados pouco tempo, a irmã dele faleceu. Moravam, naquele tempo, na aldeia Tsereretse. Quando anoitecia João Arrezomãe chorava por falta da irmã, mas, o pai dele só judiava porque depois de viúvo casou com outra mulher, e a madrasta dele também não gostava dele. Conforme foi crescendo, foi passando pelas mesmas dificuldades, se sentindo abandonado pelo pai e judiado pela madrasta. Seguiu a própria vida e mesmo com as maldades da tia e da madrasta, era agradecido por tê-las.

Quando tinha 10 anos de idade casou com a sua esposa Anita Zomaiwairo e por ela ser ainda mais nova que ele, cuidava dela. Assim, no ano 1949, completado os 18 anos de idade, deixou sua esposa e foi para cidade (como uma vila), naquela época, chamada de Chapadão dos Parecis. Quando chegou na cidade pequena, procurou emprego e logo um “branco” ofereceu para trabalhar numa lanchonete. Começou a trabalhar, mas não falava o português: não entendia nada. Quando o gerente falava com ele, repetia as mesmas palavras, assim, sucessivamente, foi entendendo e falando o português.

Trabalhou cinco meses na lanchonete em troca de comida e lugar para dormir. Então, apareceu um outro “branco” e fez amizade com ele. Era uma boa pessoa e perguntou se ele não queria trabalhar pra ele, oferecendo o trabalho no garimpo. O homem disse a João: “Você vai ficar rico, Bugre”, que era assim que o homem chamava meu avô.

Então, João Arrezomãe foi para outra cidade para trabalhar no garimpo, onde combinou o serviço com o chefe do garimpo, o senhor Belino, que se tornou seu amigo

também. Belino, sempre ajudava no que ele precisava e dedicava muito do seu tempo todo cuidando dele por causa do preconceito e defendendo ele por tudo. O Belino dizia sempre para ele: “Nós vamos caminha junto e trabalhar junto, se não nós vamos morrer de qualquer jeito. Precisamos se defender um com outro”.

João Arrezomãe não dormia bem a noite, porque tinha que dormir armado; não pode andar desarmado porque não podia ficar sem arma. Ele conta que, no café da manhã, quando todos os garimpeiros estavam juntos alguns que não gostavam dele ameaçavam ele. Os Garimpeiros começavam a xingar e diziam: “Ô bugre, você não é nada! É como animal; tá usando arma, mas não sabe atirar, Bugre nojento!”. Riam na cara dele, mas, seu amigo Belino, batia forte na mesa pra chamar a atenção dos garimpeiros e defendia dizendo: “Olha aqui, cara sem vergonha! O nome dele é João, você não é ser humano?”.

Então resolveram testar João Arrezomãe para ver se ele atirava bem, então, colocaram um lata de 20 centímetro para atirar; primeiro o garimpeiro atirou e errou o alvo, depois, João puxou sua arma, se ajeitou e atirou bem no meio da lata e todo mundo ficou assustado. E todos falaram: “Pôoo!! Inacreditável, João, você é rápido né!”. Outros contaram esse fato para os colegas e todos ficaram com medo dele e diziam: “O Bugre é perigoso; ele é rápido para atirar e acertou a lata!”. Assim ele começou a trabalhar em paz no garimpo, onde ficou sete anos trabalhando com amigos.

Quando senhor Belino deixou o garimpo, despediu ele, que pode voltar para sua aldeia. Antes de ir embora, Belino disse: “João, se eu vou embora, eles vão matar você”. João, então, queria voltar para sua aldeia, mas, já namorava uma moça que trabalhava na lanchonete. Ela era a filha do chefe da lanchonete e namoravam há três anos.

João contou sobre a sua namorada, falando que ela era linda, com cabelo comprido e tinha 18 anos de idade. Ele disse: “Ela era maravilhosa, bem branquinha; eu nunca vi assim uma menina branca”. Ele estava comprometido com ela; eram noivos. Pensou bastante para voltar para casa, pois ele estava com ouro que tinha pegado no garimpo; pensou bem e desistiu do casamento com a branca. Ele pensou: “Se eu casar com a branca, ninguém vai cuidar do meu povo; vou voltar”. Deu graças por não ter tido com ela.

O Sogro continuou insistindo para ele se casar com a filha dele e disse que daria a loja para João. “Vou dar minha loja, vou dar mercadoria, o que eu tenho vou dá tudo para vocês; vão administrar a nossa empresa, aceita João!”, disse o sogro. João respondeu: “Não! Só que vou deixa 20 pila de ouro para sua filha”. Depois decidiu e voltou na sua aldeia, já com 24

anos de idade, e restou só 40 pila de Ouro; com isso comprou um cavalo, roupas, espora, calçados, armas e outras e voltou na aldeia.

5.1.1 Voltando para sua casa, lutando pelo seu povo

Quando chegou na Aldeia reconheceu a madrasta e seu pai ainda estava vivo, então, ficou um ano morando com o pai. Depois, voltou a trabalhar no garimpo, agora, com o pai, a madrasta e suas irmãs, Clarice Maria Batista e Emília e um menino, chamado Narciso Kazoizaese. Trabalharam no garimpo na cidade de Nova Maringá. Enquanto trabalhavam, a madrasta e as irmãs ficavam com os brancos (Imuti). As mulheres eram abusadas pelos não indígenas. Só um mês ficou trabalhando com seu pai, pois ele faleceu logo que chegaram para trabalhar no garimpo. Lá mesmo, longe da aldeia, fizeram o enterro do seu pai.

Continuou a trabalhar no garimpo, mas a situação da madrasta e das irmãs continuava a mesma, sendo abusadas pelos garimpeiros imuti. João então pensou: “De repente fico triste, preocupado com elas; se continuar assim logo vamos morrer; melhor mandar elas voltar na aldeia.”. Assim fez e ficou três meses no Garimpo, sozinho, então decidiu também voltar para a aldeia. Voltou a morar na aldeia, agora com 25 anos de idade e era o ano de 1956. Ele foi o primeiro garimpeiro indígena do Povo Haliti Paresi, por isso que o nome dele ficou conhecido como “João Garimpeiro Arrezomãe”.

Chegou na aldeia Zanakua, onde tinha poucas pessoas morando, só uma família. A maioria das pessoas tinham sido levadas para Utiariti; as crianças, as mulheres, até a esposa de João e a irmã Clarice foram levadas para Utiariti. Os padres jesuítas levavam os indígenas para estudar na Escola Utiariti, um Internato da missão dos jesuítas. Quando chegou na aldeia, meu avô, João Garimpeiro Arrezomãe, perguntou ao chefe da aldeia: “Cadê seus filhos?”. A resposta foi: “Nossos filhos, os padres levaram tudo para estudar, porque é a ordem dos Padres; nós estamos muito tristes.”. O chefe da aldeia contou ainda, para João, que seu tio herdeiro, o Marciano Zozokewani, não deixava levar as mulheres e crianças; ele chutava os padres para fora, mas ele apanhou muito e acabou falecendo. João disse: “Não preocupa, meu povo, vou resolver agora mesmo!”. João ficou zangado, porque não esperava isso. No dia seguinte, de madrugada, fez sua matula, montou no seu cavalo, e saiu da aldeia Zanakua para Utiariti para buscar as meninas.

Quando chegou em Utiariti, perto de meio dia, viu a escola construída com um portão para não entrar qualquer pessoa; lá viu um guarda fardado, segurando uma burduna na mão, o nome dele era Dyabado, João Arrezomãe chegou e disse: “Eu quero ver minha irmã, quero tirar ela daqui porque ela não pode misturar com outras etnias. Os padres disseram: “Não Pode entrar! Aqui não é permitido visita; pode voltar, se não voltar você vai morrer!”. João Respondeu, então: “Você não é padre; você vem de outra terra; são, é, criminosos; se você me ameaça, então todos os Paresi, vão dar tiro no você agora mesmo!”. Então, de repente, os padres ficaram assustados e ficaram com medo; não falavam nada. Entraram para dentro do internato, chamaram o João e disseram que ele podia levar todas as crianças de lá, já no dia seguinte. Então, João disse que no dia seguinte vira com carro para buscar as crianças.

Quando reunia as crianças, no início da noite, contava histórias. E sobre Utiariti, dizia: “Os padres matavam a alma Haliti; não podiam ser índios no Utiariti”, repetindo esta história várias vezes João Arrezomãe, ao redor da fogueira, mesmo com a voz já enfraquecida pelos muitos anos de luta e guerra pelos direitos indígenas. Mas, não era uma boa lembrança, pois, lembro que ele era triste quando contava as histórias sobre Utiariti e os padres que maltratavam os indígenas.

Imagem 08 – João Arrezomãe narrando histórias para crianças ao redor da fogueira



Fonte: Edicléia Paresi, 2022

Foi assim que ele decidiu se movimentar e lutar pelo seu povo. Era capaz de fazer sua luta e defender seu povo com a voz firme e alta. Essa é a história que meu avô me contou no ano de 2015.

5.1.2 João Garimpeiro Arrezomãe: a liderança Haliti Paresi

Conhecido como “João Garimpeiro”, João Arrezomãe teve sua história marcada pelo trabalho braçal e mal remunerado entre os “brancos” e seu apelido, como narrado acima, por ele mesmo, se deve ao fato de ter trabalhado em garimpos fora de terras indígenas.

Quando voltou para a aldeia Paresi, “Seu João” passou a dialogar com os parentes sobre a importância da defesa de seus direitos: direito à terra e direito da prática de sua cultura tradicional. Foi um incansável defensor da Escola formal como um espaço de trabalho e fortalecimento da cultura. Para ele, a escola não podia servir para transformar índios em cidadãos “civilizados”, mas, ao contrário, a escola na aldeia devia trabalhar para fortalecer a cultura tradicional, sem perder de vistas a necessidade de instrumentos para dialogar e negociar com a sociedade ocidental.

João Arrezomãe, sempre que podia participava dos cursos de formação de professores e sempre fez questão de proferir suas crenças na valorização da cultura e insistir para que a escola trabalhasse a língua materna e as práticas tradicionais. Seu João, sentava na sala e acompanhava os trabalhos para melhoria dos trabalhos na escola. Nunca deixou de, em algum momento, se levantar e, na língua materna, orientar e aconselhar os professores Haliti Paresi para nunca deixarem de falar a sua língua e nunca deixar de falar para as crianças da importância dos mitos e práticas tradicionais que formam a pessoa Paresi.

Não cansava de participar de reuniões com políticos para pedir melhores condições de vida para seus parentes. Viajava muito em função de sua luta pelos nossos direitos. Se dirigia a muitas autoridades e fazia documentos, ou melhor, ditava o conteúdo das reivindicações para alguém colocar as letras no papel, pedindo para políticos não deixar de lado as comunidades indígenas, porque, como ele dizia, a terra originária é dos indígenas; ele dizia que foi “o branco” que invadiu a terra dos índios.

Imagem 08 - João Arrezomãe participando da abertura de Etapa Presencial do Projeto Tucum, ao lado de Deputados Estaduais e outras lideranças



Fonte: Facebook/aldeia rio verde, 2022

Vestido com uma espécie de capa, feita de couro de onça, com seu lindo cocar, segurando seu arco e flecha e usando seus enfeites tradicionais Haliti Paresi, João Arrezomãe falava forte com todos os chefes da FUNAI, Prefeitos, Secretários, até com governadores.

Foi a Brasília várias vezes para buscar recursos e formas de melhorar a vida dos Haliti Paresi. Brigou bastante por causa das grandes plantações de soja em volta da área indígena, pois os venenos, como ele dizia, fazia muito mal para a saúde das pessoas. Falava duro com os parentes que queriam também plantar soja na terra indígena e não aceitava essas ideias.

Ele não só defendia os Haliti Paresi, mas era uma liderança que defendia os direitos de todos os povos indígenas. Por isso que ele era convidado para participar de muitos eventos no Brasil inteiro, porque, além de falar na defesa de seu próprio povo, João falava por todos os povos do Brasil, porque ele entendia que todos estavam sofrendo, apertados pela sociedade envolvente. A sociedade brasileira queria fazer os índios falarem só língua portuguesa e se comportar igual homem “branco”, mas, João Arrezomãe entendia que os índios tinham que ser respeitados, porque, sempre os não indígenas chegavam e tomavam as terras tradicionais e queriam eliminar os índios do Brasil. João Arrezomãe lutava era por todos.

Imagem 09 - João Arrezomãe acompanhado de outro ancião Haliti Paresi participando de evento oficial



Fonte: facebook/aldeia rio verde, 2013

Para os Haliti Paresi, João Arrezomãe foi um grande estadista, pois, com sua

capacidade de falar duro, sua inteligência, coragem e habilidade para diálogo, conseguiu avançar muitos acordos com políticos, chefes, governantes de Mato Grosso e da União que deu importantes conquistas para o povo Haliti Paresi. Como afirma Rony Azoinayce Paresi (2022), (...) ele foi uma pessoa fundamental para garantir a questão de demarcação das terras indígenas juntamente com outras lideranças, e nessa trajetória acabou surgindo outras lideranças mais jovens e intelectuais”.

Imagem 10 - João Arrezomãe à frente de uma *Hati*, falando para seu povo



Fonte: Plano de Gestão Haliti Paresi, 2019

Não podemos esquecer de esclarecer que ele ficou muito triste com a aproximação das grandes fazendas. Era um tempo ruim, em que os não índios acabavam seduzindo os rapazes Haliti Paresi dando bebidas e fazendo eles ser viciados no álcool. As fazendas contratavam os indígenas para trabalhar, mas eles eram explorados como peões; as moças eram levadas para trabalhar em serviços de limpeza nas fazendas, mas, também eram usadas para sexo com não índios das fazendas. Isso entristecia muito o grande líder.

No ano de 1999 foi oficializado como servidor da FUNAI, trabalhando como agente da saúde, cargo que favoreceu sua aposentadoria como servidor público. Um direito e uma forma de agradecimento por tudo que fez pelos povos indígenas.

Por volta do ano de 2018, João Arrezomãe começou a ficar doente, no mês de março e foi para o hospital. Tinha muito líquido no pulmão, porque ele fuma muito, e, assim, começou seu grande problema de saúde. Teve derrame pleural, e teve que fazer uma pequena furadinha para tirar o líquido do pulmão e colocar um dreno na cavidade pleural para sair todo o líquido que tinha no pulmão. Ficou 15 dias internado no hospital. Seu filho mais velho já tinha se envolvido com a religião evangélica e, na sua aldeia, fazia toda semana orações para a cura do pai; ele, evangélico, prometeu fazer uma igreja na aldeia. João Arrezomãe, muito doente, já falava pro filho: “Não pode mais envolver com evangélico, porque você vai deixar o nosso lado, tão importante. Evangélico não é de nós, é só pra acabar com Paresi; você quer voltar lá de atrás; por favor filho, deixa os evangélicos!”. Foi assim que deixou sua fala para seu filho Juvenal.

Depois, no dia seguinte no hospital, ele contou isso para mim: Sonhei muita coisa; parece que nós tava voado dentro da peneira e passando por todas aldeias do celestial. Aí vimos uma aldeia Wazare, a grande aldeia do celestial. Nós voltamos, então, acordei e pensei que era verdade, mas era meu sonho. Voltei do sonho, mas pediu pra fazer pequena oferenda, o mais rápido possível.”. Foi nesse dia que ele melhorou e saiu do hospital.

Quando chegamos na casa (Hati) nova tradicional, reunimos toda a família e decidimos que todos íamos cuidar de nosso avô. Ele disse que não foi fácil e que nasceu de novo e pediu a todos uma pequena oferenda, para fazer a festa dele no mês de junho. Depois de passado algum tempo, já mês de julho, esquecemos e desobedecemos o que ele pediu, então, ele voltou a adoecer. Ele estava muito fraco e os pajés estavam cuidando dele porque seu espírito estava fraco. A festa dele foi preparada e todos chegaram para a festa dele. Ainda não muito bem, a pressão as vezes alta e as vezes baixa, quando seu irmão Narciso chegou ele

disse: “Oi irmão; não pode esquece a nossa cultura; tem que fazer a fogueira dentro da sua casa porque a fogueira é pra nos fazer alimento. Nunca deixa nossa flauta sagrada.”.

Imagem 11 - João Arrezomãe já envelhecido



Fonte: Facebook/Opan, 2022

Essa fala para seu irmão demonstra o quanto João Arrezomãe se preocupava com o fortalecimento e valorização da cultura tradicional Haliti Paresi. Mesmo se aproximando de sua despedida da vida, ele se preocupava em aconselhar as pessoas sobre a importância de deixar a cultura tradicional sempre viva.

Todos os familiares convidados chegaram para a festa dele, e todos ficavam ao lado dele e se preocupavam e ficavam triste se ele não comia.

Imagem 12 - João Arrezomãe na frente de sua Hati



Fonte: facebook/aldeia rio verde

Mas, João Arrezomãe, muito fraco, continuava a dar seus conselhos aos parentes e dizia: “Quando eu for, não quero que proibiam a brincadeira das suas vizinhas; nunca deviam proibir alguém de fazer a festa tradicional. Deixo bem claro para nós todos, para que parem de brigar entre vocês. Tem que ajudar o próximo, os seus parentes; não pode invejar de outro, porque tudo que ele tem, é dele. Única coisa que sou contra é a lavoura. Porque é muito perigoso! Outro dia vai acontecer de Paresi matar Paresi por causa do dinheiro, por isso sempre sou contra lavoura; não quero levar risco para vocês.”. Foram palavras e conselhos inesquecíveis.

No dia seguintes, a noite, voltou a passar mal e já tinham chegado os festeiros da aldeia Kamãe, que até já tinha começado a cantar com a flauta sagrado. De repente, chamou minha mãe e disse: “Quando eu for, não pode chorar, como desmaiado 1 hora por aí, só que não pode chora”. No dia seguinte, saiu no pátio para o cerimonial usando uma cadeira de rodas e chamou novo nome dele. Depois que terminou a festa, os festeiros foram embora de manhã, e João Arrezomãe pediu para seus netos: “Vem meus netos, pode me colocar no rio para banhar na minha última despedida.”. Quando subiram do rio, colocaram ele na rede e logo em seguida respirou pela última vez. Assim finalizou a história dele

O grande cacique faleceu no dia 16 julho do ano de 2018, mas suas palavras e pensamentos ecoam ainda muito forte entre os Paresi, principalmente seus pensamentos sobre a educação escolar indígena e da nossa cultura. Nós, Haliti Paresi, acreditamos que a terra, a água e o ar que formavam o corpo e alma do cacique João Arrezomãe voltou às suas origens na Aytio (Ponte de Pedra), onde se juntou ao clã de Wazáre, o primeiro Guerreiro

Que *Enoré e seus filhos Zokozokero e Emazahare*, e os primeiros chefes Haliti do mundo exterior, Wazáre, Kamazo, Zakálo, Zalóya, Zaolore, Kóno, Tahóe, Kamaihiy dancem e bebam com ele em uma eterna *Olóniti Kalóre*.

Imagem 13 - João Arrezomãe



Fonte: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2018>

5.1.3 João Arrezomãe: o eterno e sábio mestre

Toda fala de João Arrezomãe era uma fala de ensinamento. Até quando narrava os mitos e histórias tradicionais Haliti Paresi, ele ensinava sobre o bem e o mal e como um verdadeiro Haliti deve se formar como pessoa. João era muito experiente, viveu dias difíceis,

lutou muito e dialogou muito com políticos, com lideranças de outras etnias e tantas pessoas na sua vida, então, sempre teve muito o que ensinar. Em certa ocasião, quando perguntado sobre as maiores ameaças que já havia enfrentado na vida, João Arrezomãe assim respondeu:

O maior inimigo de nós, indígenas, não são nem os fazendeiros, seringueiros e nem os garimpeiros, que a gente sabe que são inimigos que querem acabar com a gente mesmo se puderem. Os maiores inimigos dos indígenas são aqueles que se aproximam de nós como amigos, como faz os políticos e os brancos religiosos. Esses, sim, matam a gente por inteiro, eles matam a nossa alma. (JOÃO ARREZOMÃE, s/d)

Junto com outras lideranças e, principalmente, com Daniel Matenho Cabixi, João Arrezomae fez muitas “guerras” com governantes na defesa dos povos. Lutou para reagrupar seu povo que foi sendo espalhado por causa das ações das missões religiosas e também das ações governamentais e do avanço das lavouras e pastagens ao redor da área. Área indígena que foi sendo espremida e “roubada”. Lutou muito para demarcação da área indígena Haliti Paresi assim como para preservar cultura tradicional.

Conforme relato de Francisca Navantino, a Chikinha Paresi, seu João era muito ativo na luta pelos direitos dos indígenas, não só para Haliti Paresi, mas se sensibilizava com a luta de outros povos também. Segundo ela, João Arrezomãe não se intimidava diante de qualquer autoridade e sempre era recebido por políticos importantes. Ela relata de situações, reuniões, debates e lutas que compartilhou com seu João desde final da década de 1970: “Na capital federal encontramos com lideranças de vários povos, e a maioria já conhecia seu João Arrezomãe e sua luta pelo território. Era recebido por autoridades do governo para falar dos problemas do seu povo, e da situação de conflitos”.

João Arrezomãe foi bem atuante nas lutas para garantia legal dos direitos indígenas no Brasil, como continua relatando Chikinha Paresi. Participou ativamente dos movimentos e lutas para inserir direitos indígenas na Constituição Federal de 1988. “E passados os anos, com o movimento pró-constituente, ele também nos acompanhou para a manifestação em Brasília, na mobilização indígena por uma constituinte que contemplasse os direitos dos povos.”. (PINTO DE ANGELO, 2022)

Continuando com suas memórias da convivência e lutas ao lado de João Arrezomãe, Chikinha Paresi narra a seguinte passagem:

Outro momento importante dele que pude acompanhar foi na luta por educação, após a Constituinte de 1988, e da LDB se inicia no país uma nova perspectiva de direitos, a educação escolar indígena. Ele nos acompanhou para reivindicar mudanças na educação juntamente com o líder Daniel. Lembro-me de um momento em que o movimento indígena reunido em Brasília, reivindicava que a educação fosse atender a realidade das aldeias, ele falava no idioma com muita firmeza que o chefe do setor de educação do MEC recebeu a comitiva. E assim foi em vários momentos de luta para a reivindicação dos direitos e de ações para a melhoria da qualidade de vida do povo Haliti-Paresi (PINTO DE ANGELO, 2022)

Além de sua eterna luta pela Terra originária dos Haliti Paresi (e de outros povos também), João Arrezomãe sempre defendeu o fortalecimento da cultura tradicional de seu povo. Sempre falou forte para crianças e jovens da necessidade de manutenção da língua materna e dos rituais sagrados Haliti Paresi.

Quando ele era vivo, aprendi muita coisa boa com ele; deixou boas lembranças para todos nós; aprendi com ele toda parte de valorização da nossa cultura ao lado da do não indígena; também ensinou, nós professores indígenas, que precisa trabalhar na língua materna. Ele sempre participava dos cursos de formação e contribuía com seu pensamento para com a educação escolar Indígena. Quando estávamos no Projeto Tucum ele dizia: “tem que aprender língua portuguesa, mas, não é pra esquecer a nossa cultura; estuda, mas não fica igual ‘branco’; aprende para ajuda seu povo e não ficar sofrendo; importante pra vocês que vão um dia lutar com os brancos, defender nossos diretos. (PEDRO NAZOKEMAI, 2022)

A cultura e a língua também eram uma preocupação, pois temia que com a aproximação da sociedade envolvente, ou seja, dos *imoti*, nas cidades e nas aldeias, isso poderia influenciar os jovens. Por isso, gostava de receber os visitantes com as crianças vestidas conforme os trajes, os costumes Haliti-Paresi. (PINTO DE ANGELO, 2022)

O Cacique Estevão Kenazokae, genro dele, também lembra que João Arrezomãe sempre fez questão de falar aos Haliti Paresi sobre a preservação da cultura tradicional e também falava que lutou muito para demarcação do território. Segundo Cacique Estevão, João dizia:

Não deixa a nossa cultura morrer; se vocês fica assanhado, vocês próprios fica sofrendo na mão do não indígena, mas graças a eu, vocês tem boa vida para hoje. Se não, tinham jogado todos os Paresi na Amazônia por causa da

terra, mas agora vocês tem que valorizar a nossa cultura. Ele fala com a voz alto para defender o que ele tinha.

O Cacique Juvenal Azomaré, ao dar entrevista para este trabalho, lembra que João Arrezomãe falava sempre da valorização da cultura Haliti Paresi. Segundo Juvenal, ele “sempre estava cobrando, pois não queria que os jovens esquecessem a cultura. Fazia questão, mesmo já de idade participava de todos os rituais. Sua vida era incentivar o seu povo a praticar a cultura e ensinar os mais novos sobre a história do seu povo.”. Nesta mesma perspectiva, o professor Alexandre

Seu filho, Carlito Okenazokie, também faz questão de reafirmar o que João Arrezomãe dizia:

Nos seus últimos momentos, ele me deixou para mim ficar no lugar dele pra continuar com ensinamento ‘não esquecer a minha cultura; educação é importante pra nós os nossos filhos e netos tem que educar o que nós aprendemos da nossa cultura; não deixa, principalmente a nossa língua, cada vez a minha preocupação é com nossas crianças porque nós vamos saber lidar com tecnologia e vamos perder o que nos tem. Educação diferenciada é muito importante pra nos.

Professora Nilce Zonizokemaerô atualmente é Coordenadora Pedagógica, pela SEMEC de Tangará da Serra, de todas as escolas em área Haliti Paresi de Tangará da Serra. Na entrevista, esta professora falou bastante dos aconselhamentos de seu João. Lembrou das vezes que dizia que os indígenas devem ir para a escola para aprender a ler e escrever, pois, segundo ele, como ela conta, “Através da escrita, você aprende escrever e fazer documento. E busca seu direito na sociedade de não indígena e busca aprender alguma coisa e aprender escrever e ler para buscar o direito do seu Povo.”. Mas, sempre falava, até nos encontros de formação de professores que a cultura Haliti Paresi é importante também na escola para os indígenas.

Ele é uma grande sabedoria; fala com precisão sobre a questão de escola indígena; ele disse também que a gente nunca deve esquecer a nossa cultura ao trabalhar os dois conhecimentos: trabalhar o conhecimento do tradicional povo Haliti Paresi e conhecimento do não indígena., porque ao conhecimento indígena é uma ferramenta da defesa do povo Indígena. (NILCE ZONIZOKEMAERÔ)

Imagem 14 - João Arrezomãe na Formatura da primeira Turma do Terceiro Grau Indígena, acompanhado de Francisca Navantino (Chikinha Paresi) que explicava a cerimônia



Fonte: imagem cedida por Francisca Navantino, 2022

A educação escolar sempre foi uma preocupação de João Arrezomãe e, nos cursos de capacitação, promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, ele fazia questão de falar aos professores.

O pensamento do seu João e ele falava para nós: “quando você estuda na aldeia, aprende e própria sua aldeia e no trabalho de professor, não deixe sua comunidade. Estuda, mas não vira igual branco; compreende o modo global, mas, nunca esquece a nossa cultura. Tem que compreender os dois lados, não pode aprender só um lado; vocês têm que aprender os dois lados e defender seu direito com mais firmeza. Dê educação, mas nunca deixe a nossa cultura; precisa sempre valorizar a nossa cultura e preservação da natureza.”. Assim ele falava para nós, professores. (IVÂNIO ZEKEZOKEMAE, 2022)

Quando tinha curso de formação, em 2003, eu me lembro que ele dizia para trabalhar na língua materna dentro da sala de aula, até nós professores trabalhando com a disciplina de Ensino Religioso, tinha que trabalhar na língua materna. Através da ideia do cacique geral dos Haliti-Paresi, é que fomos cada vez mais fortalecendo nossa língua materna e a nossa cultura, porque as crianças têm que ter os dois conhecimentos, mas para não esquecer a nossa cultura; sempre vai ter valorizado a cultura, mas também vai saber defender os nossos direitos. (ANGELO KEZOMAE, 2022)

Se observarmos, com olhar ocidental, podemos até concluir que seu João Arrezomãe era repetitivo nas suas falas e ensinamentos, insistindo sempre na preservação da cultura tradicional e no fortalecimento da língua materna. Mas, precisamos lembrar que na tradição indígena a repetição é um meio de ensino e aprendizagem, o que para as propostas didáticas da sociedade ocidental não seriam muito aceitáveis. Peggion (2003), quando trata de algumas dificuldades de aceitação da proposta pedagógica do Projeto Tucum, esclarece que: “Questões aparentemente sem importância, não fossem as sociedades indígenas pautarem seus processos de aprendizagem em sistemas de observação e repetição, que, em nossa sociedade, são considerados ‘ultrapassados’.”.

Esse seu jeito de professor, um mestre, é reconhecido por Genilson Kezomãe, como relata em seu depoimento dado para coleta de dados desta pesquisa.

João Garimpeiro, teve que fazer sua missão e defender as comunidades indígenas e nossa tradição, no lado tradicional; ele foi sempre um professor no sentido de ele conhecer todos os traços culturais tradicionais, costume, mitologia e toda a parte do Sagrado do Haliti Paresi; ele transferia para os filhos, sobrinhos e para povo de forma geral tudo que sabia, então, ele é um professor! Professor porque não só tinha prática, mas ele não só ensinava como também transferia a responsabilidade para as pessoas vindo na sequência das novas gerações. (2022)

Enfim, podemos dizer que seu João Arrezomãe praticava uma PEDAGOGIA TRADICIONAL INDÍGENA.

5.2 Daniel Matenho Cabixi: um pouco de sua história

Daniel Matenho Cabixi, marcou a história do movimento indígena brasileiro e mato-grossense, quando levantou a bandeira dos direitos pelo território, pela melhoria da saúde e da educação escolar. Assim como numa luta por autonomia e determinação. Foi um verdadeiro estadista do seu povo. (PINTO DE ANGELO, 2022)



Fonte:

<https://osbrasisesuasmemorias.com.br/daniel-cabixi-paresi/>

Nesta seção dedicada ao líder Daniel Matenho Cabixi, pretendo escrever um pouco de sua história de vida e um pouco da história de sua luta na defesa da população Haliti Paresi. Vou relatar os fatos que estão escritos na Monografia de Especialização de Rony Azonayce Paresi (filho de Daniel), apresentada e aprovada no Curso de Especialização da UNEMAT, no ano de 2010, em cujo documento há uma boa explanação do pensamento do grande líder. Rony foi fazendo perguntas e Daniel foi respondendo com suas palavras, sobre sua vida pessoal, sobre seu povo e, principalmente, o que pensava sobre educação escolar em terras Haliti Paresi. Este trabalho de Rony Azonayce Paresi não está publicado em lugar nenhum, só tive acesso porque ele mesmo me enviou. É documento muito importante, porque Rony Azonayce Paresi pesquisou muito e reuniu documentos oficiais e registros da participação de Daniel em diversos eventos nacionais e internacionais. Então, esta é minha referência principal.

Daniel foi um grande pensador da causa indígena e, assim, tem várias publicações de sua autoria, entrevistas em jornais, sites, as quais fontes também vou usar para escrever aqui os seus pensamentos;

Conforme o próprio Daniel Matenho Cabixi relata em Azonayce Paresi (2010), ele é pertencente ao subgrupo Kozarini, nascido no dia 14 de março do ano de 1953, na aldeia Zanakua, à margem esquerda do Rio Verde, no território originário do povo Haliti Paresi,

Tangará da Serra-MT. Continua relatando que até dois anos de idade, conviveu com sua mãe, mas, em função de muitas dificuldades de sua sobrevivência, foi entregue à Missão Jesuíta, para ser criado no Internato de Utiariti, pois seu João Arrezomãe considerou que ele seria melhor cuidado pelas irmãs da Missão. Sua mãe era viúva e vivia andando de aldeia em aldeia. Daniel, bebezinho, era barrigudinho e desnutrido, malcuidado, então, na Missão ele teria melhores condições para manter sua vida. Ele pensa que não sabe se foi bom ou ruim para ele, porque, como afirmou para Azonayce Paresi (2010, p. 39), “eu não tinha discernimentos de absolutamente nada, e inclusive não falava o idioma do povo, apenas começava dizer as primeiras palavras e hoje não posso avaliar com alto grau de clareza se isso foi ruim pra mim”.

Segundo ele narrava, da vida no Utiariti, os indígenas eram obrigados a seguir os rituais e sistemas da missão religiosa, assim, aprendeu obedecer as normas e valores da religião católica, ou seja, seguiu os rituais de batismo cristão, da crisma, da primeira comunhão, etc. As festas religiosas da Páscoa, Natal, Corpus Christi e do padroeiro dos jesuítas, Inácio de Loyola passaram a ter significado importante para ele.

A missão jesuítica coordenou o trabalho de escolarização no processo pedagógico de civilização e evangelização, e quando as crianças chegavam ao internato, inicialmente as irmãs da Congregação se dedicavam as meninas, e os padres aos meninos. (PINTO DE ANGELO, 2018, p. 260)

Foi na Missão Jesuíta de Utiariti que Daniel iniciou sua vida escolar, aprendendo a alfabetização em língua portuguesa, já que nem mais sabia uma letra de sua língua originária. É bom lembrar que, naquele internato haviam crianças de diferentes etnias, assim, a língua materna era dificultada e sequer podiam manifestar os conhecimentos de suas raízes culturais.

No ano de 1961, como relatou a Azonayce Paresi (2010), Daniel sofreu um grave acidente, caindo de um trator e ficou com risco de morte, foi quando os padres enviaram ele para a Prelazia de Diamantino. Lá ele foi tratado e acabou continuando seus estudos naquela cidade e, no ano de 1962, deu continuidade a seus estudos no Lar do menor, um tipo de internato para crianças que moravam distante da cidade, onde não tinha escola para estudar depois que terminava os anos iniciais de estudos.

É importante registrar um emocionante relato de Daniel Matenho, feito a Azonayce Paresi (2010), ao falar do que sentia quando viajava entre Utiariti e Diamantino.

Quando a gente fazia viagem do Internato Utiariti com destino a Diamantino passávamos em algumas aldeias Paresi. Sabia que a minha mãe, primos, tios, minhas tias e primas moravam na aldeia, então quando eu passava acabava tendo contato com eles, eu ficava sem jeito por estar habituado a viver e ver um outro sistema de mundo no internato, diferente da vivência da aldeia. (p. 40)

Daniel, aos 14 anos, novamente sofre acidente gravíssimo que o levou para a capital, Cuiabá, pois acabou perdendo seu olho direito. Mesmo assim, continuou seus estudos no internato, só que, aos 16 ou 17 anos, já passava férias com sua mãe e seus parentes na aldeia Rio Verde. Estranhava muito, porque no internato tinha regra e hora para tudo e os valores dos padres e professores eram muito diferentes dos que via na rotina da aldeia.

No ano de 1971, em férias na aldeia Rio Verde, o Irmão Vicente Canãs (padre que vivia entre os indígenas e defendia estes) o chamou e alertou para a difícil situação vivida pelos indígenas. Conforme seu relato a Azoinayce Paresi (2010), o religioso falou das doenças, falta de adequada alimentação, terras sem demarcação e que, alguns historiadores e antropólogos previam o desaparecimento da nação Paresi. Daniel Matenho ficou preocupado e continuou ali na aldeia e continuou suas conversas e diálogo com o missionário Canãs, conforme esclarece:

Como já disse anteriormente o missionário Vicente foi o principal estimulador para que eu entrasse esta batalha infinita que denominamos “lutar pela questão indígena”. Passando a ser a minha principal referência de segurança, parece que eu estava renascendo novamente, porque eu estava acostumado a ter uma série de proteção e de repente sair deste mundo e ir para o outro mundo que eu não tinha nenhuma referência sólida, era tudo instável, inseguro e assim acabei me apegando nesses missionários, foi como uma salvação e esperança. (p. 44)

Daniel passou a discutir sobre as dificuldades vividas pelos indígenas e, junto com outras lideranças, em especial com João Arrezomãe, começaram a procurar autoridades, como na FUNAI, em busca de melhorias para os indígenas. Daniel tinha o dom da palavra e conseguia conversar direito com autoridades. Participava de várias reuniões e em vários organismos brasileiros, falando de suas ideias a respeito de direitos indígenas. Foi convidado a dar palestras em universidades brasileiras e até fora do Brasil e deu várias entrevistas falando do assunto das dificuldades vividas pelos indígenas.

Defendia bravamente que o Brasil é um país onde se vive povos diferenciados, com suas especificidades e características próprias, com línguas, crenças, culturas, saberes e tradições milenares, que clama pelo direito de ser diferente habitando seus territórios tradicionais. (MOREIRA, 2017, p.1)

No ano de 1979 o governo brasileiro não expediu o passaporte a Daniel Matenho Cabixi para que ele pudesse viajar até Puebla, no México, para participar da III Conferência dos Bispos Latino-Americanos, a convite do próprio Papa João Paulo II. O governo brasileiro, que vivia a época da ditadura militar, afirmou não ter competência para expedir passaporte para índio. Neste mesmo ano, o Boletim Nimuendajú publicou interessante reportagem com os pensamentos de Daniel Matenho Cabixi. Segundo a redação deste boletim, seriam as ideias que Daniel falaria para os bispos na Conferência.

Podemos entender que esta reportagem, do Boletim Nimuendajú, fez crítica ao governo brasileiro por impedir Daniel viajar para o exterior, porque ele iria falar de direitos dos povos indígenas e que o Brasil estava prejudicando os povos tradicionais brasileiros. Daniel ficou triste, eu acho, mas não se abateu e não desistiu. Ele tinha bastante fama entre os outros povos no Brasil e também entre muitas pessoas que se preocupavam com os indígenas aqui no Brasil, então, continuou suas andanças pelos eventos, congressos, fazendo palestras e divulgando suas ideias de direitos dos indígenas.

Com seu jeito bom de falar dos direitos indígenas, foi convidado a representar os indígenas brasileiros na ONU, no ano de 1985, na cidade de Genebra, na Suíça. Foi o primeiro indígena do Brasil a representar os Povos Indígenas do Brasil na Conferência “em Defesa dos Povos da Floresta” ITÁLIA, 1990 e posteriormente na MALÁSIA – 1992. Foi representante do Comitê Intertribal, na III Reunião preparatória para a UNCED/92 Genebra (Suíça), pela ONU no ano 1991. (AZOINAYCE PARESI, 2010)

Em todos os eventos que passou, falou com coragem sobre as dificuldades dos povos indígenas no Brasil. Ele não tinha medo, era muito corajoso e ficou de frente para muitas lideranças do mundo todo, falando e olhando nos olhos de todos. Daniel Matenho Cabixi, pelo mundo todo, representou os indígenas do Brasil, mas, sempre se preocupou, de forma especial, com seu povo, os Haliti Paresi.

Imagem 16 - Daniel Matenho Cabixi, junto aos demais membros Comitê Intertribal numa conversa com o Ministro do Meio Ambiente em 1992



Fonte: Imagem cedida por Francisca Navantino, 2022

Com o dom da palavra, também escreveu livro e muitos artigos. Só para citar alguns que tivemos acesso, em 1981, pela Editora Brasiliense, publicou um artigo, intitulado “Educação do grupo Paresi”, compondo a obra “A questão da Educação Indígena”, com apoio da Comissão Pó Rondon-SP. No ano de 1984 publicou o livro “A questão indígena”, pelo Centro de Documentação Terra e Índio. Publicou o artigo “Educação escolar entre os Pareci, Nambikwara e Irantxe no contexto socioeconômico da Chapada dos Parecis – MT”, compondo o livro intitulado “Questões de Educação Escolar Indígena: da formação do professor ao projeto de escola”, no ano de 2001.

Dizia ele que, a educação escolar tem que ser no contexto sociocultural, tem que fortalecer a língua e a identidade. Por isso, a sua participação na constituinte e também em diferentes conferências, fóruns e seminários internacionais e nacionais sobre a educação foram determinantes para o processo que temos hoje na educação escolar. Suas críticas ao modelo educacional implantado desde as missões, o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) para os povos indígenas contribuíram para as mudanças pós constituinte na educação escolar.

(PINTO DE ANGELO, 2022)

78

Imagem 17 - Daniel Matenho Cabixi participando de evento na aldeia e sendo entrevistado pela imprensa



Fonte desconhecida

Com seu potencial de fala e de argumentações, com sua inteligência e liderança que construiu ao longo dos tempos, exerceu vários cargos oficiais. No ano de 1986 foi nomeado pela FUNAI para exercer o cargo de Chefe de Posto Indígena (PIN) em terras Paresi. Entre 1989 e 1990 foi nomeado Coordenador da CAIEMT (Coordenadoria de Assuntos Indígenas do governo do Estado de Mato Grosso), pelo então Governador Carlos Bezerra. Assumiu a Chefia do PIN na Terra Indígena Cabeceira do Sacre, no ano de 1991, conforme aponta Azoinayce Paresi (2010). Nos anos 90, participou como membro do Comitê de Educação Escolar Indígena do MEC (Ministério da Educação e Cultura). No ano de 1999, foi nomeado pelo Presidente da FUNAI, Márcio Lacerda, para assumir o cargo de Administrador Regional da FUNAI em Tangará da Serra.

Enfim, Daniel Matenho Cabixi, teve uma brilhante carreira, não sem luta, não sem conflitos, não sem ganhos. Bom destacar seu depoimento a Azoinayce Paresi (2010) sobre o que considera muito importante na sua trajetória.

No entanto, a minha participação na fundação do CEEI (Conselho de Educação Escolar Indígena Estadual), foi a concretização de um dos meus sonhos que tanto almejava, pois, sempre entendi, que através da educação escolar indígena, seria possível materializar instrumentos que poderiam contribuir no processo e na busca da autonomia e da autodeterminação dos Povos. Os resultados palpáveis só poderão ser sentidos e avaliados, dentro de alguns anos mais; no sentido de que esses projetos políticos educacionais tragam resultados concretos aos indígenas. (p. 69)

Imagem 18 - Daniel Cabixi discursa na inauguração da Maloca Museu, na Aldeia Formoso, na presença do Presidente da FUNAI



Fonte: Francisca Navantino, 2001

Como podemos observar, seu empenho em relação a educação escolar em terras indígenas para que a escola se tornasse uma ferramenta de conquista de autonomia indígena e de respeito à tradição cultural foi uma de suas bandeiras de luta.

Sua luz espiritual se apagou no dia 16 de novembro do ano de 2017, depois de muito lutar com seus problemas de saúde, mas seus ensinamentos e suas proposições permanecerão para sempre, principalmente entre os Haliti Paresi.

5.3 Daniel Matenho Cabixi: o Educador com “E” maiúsculo

Como ficou comprovado cientificamente, as sociedades indígenas são dotadas de sistemas próprios de educação. Dentro do contexto dos valores

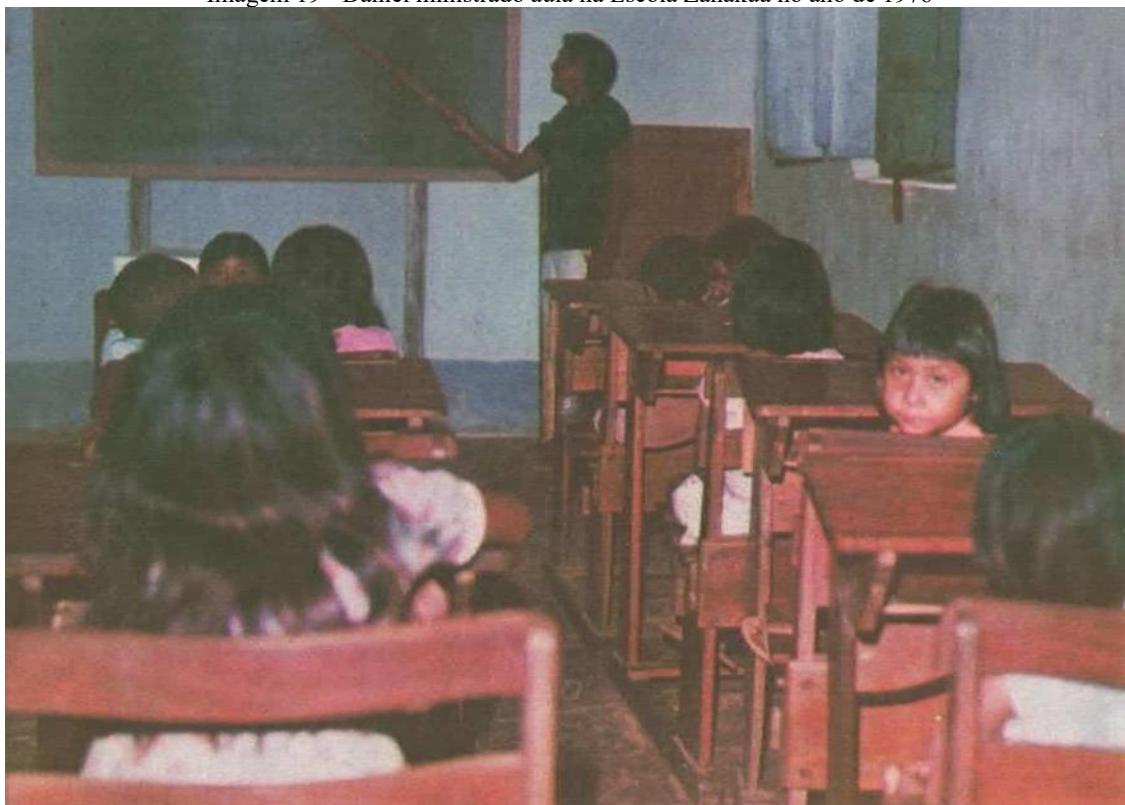
indígenas, jamais a filosofia de comportamento de um determinado valor é independente de outro. (CABIXI, 1984, p. 21)

Como trazemos nesta epígrafe, o grande líder tinha consciência de que o termo educação não se refere apenas ao contexto escolar. Na sua luta pelos direitos dos indígenas, Daniel Matenho Cabixi acabou se dedicando mais para as questões da Educação.

Dizia ele que, o modelo de escola nas aldeias não servia para o nosso povo, pois impunha valores e negação de identidades. Como era um autodidata lia vários autores e um deles passei também a ler, que foi Paulo Freire. Passei a prestar mais atenção nos seus discursos e nas suas reflexões sobre a educação escolar. (PINTO DE ANGELO, 2022)

No ano de 1985, a FUNAI nomeia Daniel Matenho Cabixi para exercer a função de Monitor Bilingue, para atuar em escolas Haliti Paresi.

Imagem 19 - Daniel ministrando aula na Escola Zanakuá no ano de 1976



Fonte: imagem cedida por Francisca Navantino, 2022

Mas, Daniel já tinha tido uma experiência de sala de aula, no ano de 1975, como relata em sua publicação de 1984, esclarecendo que colocou em prática, mesmo com dificuldades, uma metodologia de alfabetização que levasse em conta a realidade dos indígenas.

Na época tentei, dentro da minha possibilidade de entendimento no assunto, forjar uma pedagogia de ensino que fosse, de fato, um instrumento de aprendizagem. Isto levando em conta a característica cultural do grupo, a realidade do contato e sua influência. Esse método seria um meio para que os aprendizes tivessem melhor conhecimento de sua vida e da realidade que os envolve. (CABIXI, 1984, p. 24)

Com sua experiência, suas leituras e reflexões, nesta mesma publicação, Daniel deixa cinco conselhos e propostas para que a educação escolar indígena seja mais próxima do indígena e da cultura. Para Daniel Cabixi (1984), um trabalho de educação escolar que esteja condizente com a realidade do índio necessita:

- 1- Utilização da língua do grupo para alfabetização (aprendizado mútuo);
- 2- Trabalhar com elementos do universo cultural do grupo;
- 3- Conscientização sobre a realidade do grupo;
- 4- Conscientização sobre a sociedade envolvente e demais grupos;
- 5- Elaboração de material didático e de leitura na língua indígena e português;

Como podemos perceber, Daniel já naquela época tinha clareza de uma educação escolar indígena específica e diferenciada. Podemos até dizer, que Daniel estava ali propondo uma “Pedagogia Indígena” muito antes dos teóricos ocidentais assim o fazer. Mais tarde, ao dar seu depoimento para Rony Azoinayce Paresi (2010, p. 53), o grande líder volta a falar do ensino bilíngue, mas chama atenção para o fato de que não basta somente trabalhar o ensino bilíngue, mas é preciso conscientização.

Por outro lado, vejo que muitos indigenista, antropólogos, linguistas e outros, sempre colocaram a questão do ensino bilíngue em evidência. Às vezes eu fico pensando sobre a ênfase que se dá nesse aspecto. Minha experiência particular me diz que aplicar simplesmente esta metodologia não é suficiente, porque vejo que por trás do ensino sempre tentamos levar uma ideologia. Pergunto-me: Até que ponto as ideologias vão de encontro ou se aproximam do ponto de vista dos indígenas.

Daniel reforça esta questão quando, ao falar para Azoinayce Paresi (2010, p. 58), destaca a questão da escolarização como instrumento de conscientização, afirmando que este foi um de seus esforços quando trabalhou como Coordenador da CAIEMT, nos anos de 1989 a 1990.

Sempre tive como enfoque principal a questão da Escolarização Indígena, mas uma educação voltada para ênfase nos aspectos Específicos, Diferenciados, Interculturais e Bilíngües. Acreditando que seria uma das ferramentas para conscientização e politização das novas gerações indígenas, que estavam emergindo como indivíduos que futuramente seria atuante e seus respectivos povos e na sociedade envolvente.

Esta luta em favor da educação escolar indígena é bem reconhecida pelos Haliti Paresi. No caso da professora Nilce, ela é bem clara ao dizer:

Ele foi primeira pessoa que começou a lutar sobre questão de educação específica e diferenciada nas comunidades indígenas, não só comunidade de Halíti Paresi, mas também para todos do estado de Mato Grosso e no nível do Brasil. Ele não tinha muita escolarização, só tinha ensino fundamental completo, mas ele tinha grande conhecimento e viajou muito, na época, pelo Brasil; até nos países estrangeiro ele foi lutar pelos direitos dos povos indígenas; esses direitos sobre a educação escolar indígena. Ele foi uma pessoa muito importante e fundamental na questão escolar indígena. (NILCE ZONIZOKEMAERÔ)

Imagem 20 - Daniel Cabixi, com demais professores, a caminho para participação na Cponferência Ameríndia, em Cuiabá-MT



Fonte: Franciscisca Navantino, 1997

Genilson André Kezomãe, foi entrevistado para este trabalho, pois é filho de Daniel e sempre acompanhou e participou de muitas discussões com seu pai. Ele reforça que, no seu convívio com Daniel Matenho Cabixi, sempre ouvia ele falar da importância da escola trabalhar não só ensinamentos de ocidental. Genilson afirma:

Ele entendia que os índios devem ter mais educação tradicional junto com a educação contemporânea que é ensinada para as crianças e jovens brasileiros, porque a preocupação dele e outras lideranças era de que, se a gente trabalha só no conceito da educação ocidental, o índio, com tempo, vai esquecer a língua, tradições e a sua cultura. (GENILSON KEZOMÃE, 2022)

Este posicionamento é o mesmo de Rony Azoinayce Paresi (2022), quando, em depoimento para este trabalho, fala da importância da escolarização em aldeias indígenas valorizar a cultura tradicional: “(...) se perde raiz, se perde a sua identidade, isso que defendemos hoje; todas as lideranças defendem essas ideias hoje e foi graças aos ensinamentos de grandes lideranças, como João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi.”.

Daniel Matenho Cabixi tinha muito boa relação com várias pessoas importantes, tendo viajado pelo mundo, fazendo palestras e difundindo suas ideias sobre a valorização da cultura tradicional. Ele sempre foi muito respeitado e considerado um autodidata.

Imagem 21 - Daniel Matenho e Chikinha Paresi com empresário Sr. André Maggi em Sapezal-MT



Fonte: Francisca Navantino, 2002

Com esta exposição pequena sobre Daniel e João Arrezomãe, vamos apresentar para a escola indígena Haliti Paresi a proposta de um e-book para ser usado nos cursos de Formação Continuada para professores. A ideia é juntar os textos e entrevistas de Daniel Matenho Cabixi, os ensinamentos de João Arrezomãe e partes dos depoimentos coletados e formar um livro de textos para reflexão dos professores para sua prática nas escolas.

Importante reforçar que Daniel Cabixi sempre defendeu a ideia de que o Brasil é formado por grande número de povos diferentes, de culturas e língua diferentes, as quais deveriam ser consideradas e valorizadas pelas autoridades brasileiras. Foi um grande defensor para se criar políticas públicas de valorização da tradição cultural indígena, em especial, valorizando a educação formal nas aldeias como forma de fortalecimento das culturas tradicionais. Autodidata, escreveu vários artigos, proferiu muitas palestras e conferências, sempre falando da importância da Educação Escolar entre indígenas como forma de resistência e luta pelos direitos dos povos tradicionais. Defendia uma Educação Diferenciada e de qualidade.

Cabe ao professorado e as lideranças jovens garantir e assegurar o futuro das novas crianças Haliti que estão vindo, porque é importante continuar tendo orgulho de nossa identidade; Assim, Daniel Matenho Cabixi se foi, João

Arrezomãe se foi, Valdomiro se foi, Maisa se foi, Walter se foi, João Titi se foi, e, por essa razão, a nossa luta continua sempre para sobrevivência de nossa cultura e do nosso Povo; por essa razão todo nós vamos agradecer essas grandes lideranças que nos ensinaram e foram grandes Mestres, como Wazare foi e Kamahiye foi. O João Arrezomãe é como Wazare e o Daniel Matenho Cabixi é como Kamahiye. Eles, grandes mestres sábios na cultura Haliti-Paresi. (AZOINAYCE PARESI, 2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.
(FREIRE, 1996)

As palavras de Paulo Freire, acima registradas como Epígrafe retratam muito bem a vida de Daniel Matenho Cabixi e de João Arrezomãe, pois os mesmos tinham sua sabedoria natural e, ainda, sua sabedoria quando ouviam os apelos dos parentes e também ao ouvir as opiniões dos outros. Então, estes dois líderes Haliti Paresi, ensinavam e aprendiam com suas orientações e falas para seus parentes e para as autoridades.

Tratar de lideranças do povo Haliti Paresi e tratar de educação e ensinamentos é falar de cultura e sua importância para as futuras gerações. Abordar assunto sobre educação escolar, relacionando com estes dois temas, é pensar e abordar a importância da cultura tradicional no fortalecimento da identidade Haliti Paresi. Nesse sentido, o professor é figura importantíssima, pois ele é responsável pela condução da rotina escolar e, assim, deve considerar a cultura tradicional como parte essencial na rotina da sala de aula. Além de estimular os alunos para a aprendizagem, também, valoriza e fortalece sua cultura tradicional.

A Formação continuada de Professores passou a ser algo muito necessário para a educação escolar indígena, pois, com as novas formas de configuração de escola, é preciso estar sempre em movimento de aprendizagens para poder criar outras estratégias de trabalho com alunos, considerando o desejo dos indígenas que vem de tanto tempo: escola específica e diferenciada.

Sabemos que a legislação nacional só autoriza e orienta para a prática da educação escolar específica e diferenciada nas escolas das aldeias indígenas há pouco tempo, já que, a partir da Constituição Federal de 1988 reconhecendo o direito à diferença; a partir da LDB de 1996 começa a se estabelecer as normas que regulam e organizam a educação escolar indígena, também reconhecendo o direito a projetos de escola adequados à realidade das comunidades mais diversas.

É preciso lembrar que, embora podemos considerar que atualmente a educação escolar já está muito melhor, há muito ainda que se conquistar, em termos de autonomia, principalmente. São as LEIS que determinam e autorizam nossa prática de educação escolar nas aldeias, então, a participação indígena nos CONSELHOS ESTADUAIS, FEDERAIS E MUNICIPAIS são muito importantes, porque são os indígenas que sabem como dar encaminhamento na educação escolar nas aldeias. Mas, de tempos em tempos, somos surpreendidos com leis que acabam restringindo a participação e autonomia dos povos indígenas para decidirem do jeito que querem levar a educação escolar nas aldeias. É muito importante que as autoridades considerem e valorizem a participação das lideranças indígenas nas decisões sobre a educação formal nas aldeias.

Em geral, os cursos de formação inicial de professores não abordam, em seus currículos, tal reconhecimento da diversidade para o sistema escolar formal. Muito menos, destacam as representações indígenas que se mobilizaram e participaram ativamente das discussões que culminaram na aprovação das legislações que reconhecem a diversidade indígena que compõem o Estado brasileiro. Esse é um dos problemas para a formação continuada de professor que atuam nas escolas das aldeias. É preciso que as Secretarias de Educação respeitem os “conteúdos” importantes para uma formação bem diferenciada dos professores que dão aula nas aldeias.

É preciso reforçar que, para figurar nos artigos e incisos das legislações, a concepção de reconhecimento da diversidade circulou nos diversos movimentos indígenas pelo país ao longo dos tempos. Assim, ainda precisamos ser mais fortes para tornar público os saberes,

propostas, reflexões e pensamentos dos indígenas que lutaram para que a “escrita” garantisse o direito a propostas diferenciadas para o funcionamento da escolarização formal nas aldeias indígenas. Nesse sentido, os cursos de Formação Continuada para Professores Indígenas são ótimas oportunidades para circular tais informações. Os livros acadêmicos, os livros didáticos, de forma geral, ao abordarem a criação da Constituição Federal e as demais legislações citadas neste trabalho, não fazem menção à figuras como Daniel Matenho Cabixi e João Arrezomãe, que tanto trabalharam e lutaram para este reconhecimento legal.

Sabemos que a juventude atual está muito envolvida e seduzida com a tecnologia do celular e da internet. Sabemos que estas tecnologias cada vez mais ocupam os espaços na rotina das aldeias indígenas e, nem sempre, os jovens dedicam seu tempo para ouvir histórias e conhecer a vida de anciãos que lideraram e propuseram mudanças para que a condição atual das comunidades indígenas estivesse em melhores condições (não as ideais) de reconhecimento nacional. A escola nas aldeias, então, tem papel fundamental para manter “viva” a memória das lideranças que já estão ao lado de Wazare. Se formos pensar, os conteúdos escolares, ditados pelo sistema nacional, não privilegiam textos, narrativas, histórias sagradas, a geografia de locais sagrados, as plantas medicinais, etc., das comunidades indígenas. Sequer, os livros de História, mencionam figuras indígenas que se destacaram no cenário nacional e internacional na luta por direitos e que, de um modo ou de outro, fizeram a diferença para o que temos de realidade atual.

Cabe a escola e aos professores a tomada de decisão de trabalhar os saberes da própria cultura e destacar a história dos seus líderes para que sua participação nesta vida de luta não se perca entre milhares de informações que circulam rapidamente pela internet.

Não podemos deixar de elevar a sabedoria de nossas lideranças maiores: João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi, os quais, muito antes da legislação registrar o direito à diversidade, já bradavam nas reuniões e eventos sobre a necessidade de uma escola específica e diferenciada para as escolas indígenas. A participação deles, de um modo ou de outro, está contida nas mais diversas leis que tratam dos direitos indígenas, até o momento assegurados.

A história e experiência de vida destas duas grandes lideranças Haliti Paresi, se configura em uma “Pedagogia” da qual temos que nos apropriar. Suas práticas, seus posicionamentos em reuniões diversas, seus modos de imposição de suas propostas diante de políticos, suas relações e ensinamentos na rotina das aldeias, são pedagogias que devem nos inspirar. O respeito às crianças, o respeito ao sagrado, o respeito à tradição cultural, o respeito

aos mitos e rituais devem nos inspirar. São posturas que devemos passar para frente, para as novas gerações.

João Arrezomãe nos ensinava a partir de sua experiência de vida e seu grande e respeitoso apego à tradição da cultura; Daniel Matenho Cabixi, no ensina que as experiências de sofrimento devem nos levar a “repensar” e propor novas alternativas para a realidade vivida. Daniel nos ensinava que é preciso nos preparar com leituras e reflexões para poder argumentar e propor. Assim, experiência de vida e reflexões teóricas podem contribuir enormemente com novas propostas de educação.

Muito antes da lei autorizar a escola a trabalhar com as questões de cultura, Daniel Matenho já inaugurava essa “Pedagogia Escolar Haliti Paresi” quando, autonomamente, decidiu inserir os saberes da cultura tradicional nos trabalhos com seus alunos, ainda na década de 1970. Inspirado em Paulo Freire, se constituiu como “pensador da educação” que primava por propor ações escolares que fizessem mais sentido para os alunos nas escolas das aldeias. Não se restringiu ao seu local, ampliou e divulgou suas ideias, persistiu na leitura de outros pensadores e se tornou um autodidata. Daniel nos ensina que é preciso estar em constante “formação”, e, como dizia Paulo Freire, é preciso compreender que o professor é um profissional inacabado, significando que há necessidade de continuar “se formando”, todos os dias; buscando leituras, refletindo sua realidade, dialogando com a comunidade, ouvindo e respeitando os saberes já consolidados pelos alunos e sempre “propor um NOVO” para a rotina escolar.

Se considerarmos os três grandes eixos do Projeto Tucum, TERRA, LÍNGUA, CULTURA, eles, de alguma forma, estão presentes em toda escrita de Lei que normatiza, regula, organiza e autoriza a educação escolar indígena nas aldeias. Se tomarmos esses três grandes eixos, podemos compreender que é tudo que seu João Arrezomãe nos ensinava, quando repetia incansavelmente: “não esquece sua língua, não esquece sua cultura, não esquece seu povo, não esquece seu território”. Se para alguns, seu João era repetitivo, para nós, Haliti Paresi, seu João Arrezomãe praticava a “Pedagogia cultural Haliti Paresi”, porque, a todo momento ele estava ensinando sobre a cultura.

Então, acreditamos que, com este trabalho, estamos apresentando, duas formas de Pedagogias Haliti Paresi: a de seu João Arrezomãe e a de Daniel Matenho Cabixi, as duas culminam em possibilidades de uma educação escolar diferenciada, específica para cada comunidade. Não negam, essas lideranças, os saberes da cultura ocidental, mas, mais que isso,

propõem a valorização da cultura tradicional e, a partir dela, estabelecer a relação com os saberes e funcionamento da sociedade envolvente. Cabe a cada professor buscar os conhecimentos da cultura tradicional e propor ações diferenciadas em sala de aula. Cabe ao professor buscar conhecimentos legais e teóricos para construir sua ação escolar. Cabe ao professor reconhecer como conhecimento útil e fundamental, a história de vida e pensamentos dos anciãos e, em especial, das lideranças que muito lutaram pelo nosso povo. Assim, acreditamos que os pensamentos de Paulo Freire se tornam fundantes para a construção de uma postura de professor dialógico, reflexivo, propositivo e que fará a diferença na sua comunidade escolar.

Anexo a esta Dissertação de Mestrado, estamos apresentando um E-BOOK que tem a pretensão de servir como material de apoio para os cursos de Formação Continuada para professores indígenas Haliti Paresi. Como falamos, é material de apoio e não um “manual”. Pretendemos que este material sirva como ponto de partida para a reflexão da própria prática de professor. Assim, este material se compõe de: Legislação específica que interessa à educação escolar indígena; do Mito de Origem do Haliti Paresi; do pensamento e propostas de João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi; depoimentos de pessoas que conviveram com estas duas lideranças; publicações de Daniel Matenho e sugestões de links de filmes bem como sugestão de referencial bibliográfico que possa contribuir para reflexão do profissional da educação escolar em aldeias indígenas Haliti Paresi.

Achamos pertinente, para finalizar, repetir aqui o depoimento emocionante de Rony Azoinayce Paresi (2022):

Cabe ao professorado e as lideranças jovens garantir e assegurar o futuro das novas crianças Haliti que estão vindo, porque é importante continuar tendo orgulho de nossa identidade; Assim, Daniel Matenho Cabixi se foi, João Arrezomãe se foi, Valdomiro se foi, Maisa se foi, Walter se foi, João Titi se foi, e, por essa razão, a nossa luta continua sempre para sobrevivência de nossa cultura e do nosso Povo; por essa razão todo nós vamos agradecer essas grandes lideranças que nos ensinaram e foram grandes Mestres, como Wazare foi e Kamahiye foi. O João Arrezomãe é como Wazare e o Daniel Matenho Cabixi é como Kamahiye. Eles, grandes mestres sábios na cultura Haliti-Paresi. (AZOINAYCE PARESI, 2022)

CONSULTORES NATIVOS

RONY AZOINAYCE PARESI
FRANCISCA NAVANTINO PINTO DE ANGELO
PEDRO NAZOKEMAI
ESTEVÃO KENAZOKAE
JUVENAL AZOMARÉ
CARLITO OKENAZOKIE
NILCE ZONIZOKEMAERÔ
IVÂNIO ZEKEZOKEMAE
ANGELO KEZOMAE
DITO NIZOKAE (BUKANYO)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazzo de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- ANGELO, Francisca Navantino Pinto de. **Educação escolar entre os povos indígenas de Mato Grosso: Cinco casos, cinco estudos**, 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional. Disponível em <http://objdig.ufrj.br/72/teses/879677.pdf>. Acesso em maio de 2021.
- AZOINAYCE PARESI, Rony Walter. **Trajetória de vivência do líder indígena Haliti-Paresi: Daniel Matenho Cabixi**, 2010. Monografia (Especialização) – Universidade do Estado de Mato Grosso, FAINDI, Barra do Bugres. Texto em PDF cedido pessoalmente pelo autor no ano de 2022.
- BRASIL. **LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF 1996.
- BRASIL. **Referenciais Curriculares Nacionais para professores Indígenas**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 2002.
- CABIXI, Daniel Matenho. Educação do grupo Paresi. In: SILVA, Aracy Lopes. **Comissão Pró Índio. A questão da Educação Indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981
- CABIXI, Daniel Matenho. **A questão indígena**. Cuiabá: Centro de Documentação Terra e Índio, 1984.
- DEMO, Pedro. **Metodologia da Investigação em Educação**. Curitiba: IBPEX. 2005
- FERREIRA, Waldineia Antunes de Alcântara, ZOIA, Alceu e GRANDO, Beleni Salete. Aprendizagens dos Saberes Indígenas na Escola: Desafios para a Formação de Professores/as Indígenas. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas. Dossiê Especial. Educação e povos indígena** Vol. 28, No. 165. P.1-16. Novembro de 2020. Disponível em <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4790/253>
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GERHARDT, Tatiana Engel et all. Estrutura do Projeto de Pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GRANDO, Beleni Saléte. **Projeto Saberes Indígenas na escola Rede UFMT; Formação de professores indígenas em Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT.
- GRUPIONI, Luís Doniseti Benzi. Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil. Brasília: Em Aberto, V. 20 n. 76. P. 13-18. 2003.
- GRUPIONI, Luís Doniseti. **Legislação Escolar Indígena. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores**. Brasília: MEC, SEF, 2002.
- HALITI-PARESI WAIKYOHERA. Plano de Gestão Territorial. Território Haliti Paresi. Mato Grosso, Brasil, 2019.

ISAAC, Paulo Augusto Mário e RODRIGUES, Silvia de Fátima Pilegi. Educação escolar indígena: impactos e novas formas de colonização. **Revista COCAR**, Belém. V.11. N.22, p. 60 a 86 – Jul./Dez. 2017

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MATO GROSSO. **Portaria 02/98 SEDUC/MT - CEFAPRO**, 1998

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., e CASTRO, PA., (Orgs). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MOREIRA, Sebastião Carlos. **Daniel Matenho Cabaxi: Seus sonhos se tornam os nossos sonhos**. <https://cimi.org.br/2017/11/daniel-matenho-cabaxi-seus-sonhos-se-tornam-os-nossos-sonhos/print/>

NÓVOA, António. **Os professores e sua formação**. Dom Quixote: Lisboa, 1995.

PAES, Maria Helena Rodrigues. **Na Fronteira: Os atuais dilemas da escola indígena em aldeias Paresí de Tangará da Serra-MT, num olhar dos Estudos Culturais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS). Programa de Pós-Graduação em Educação, 2002.

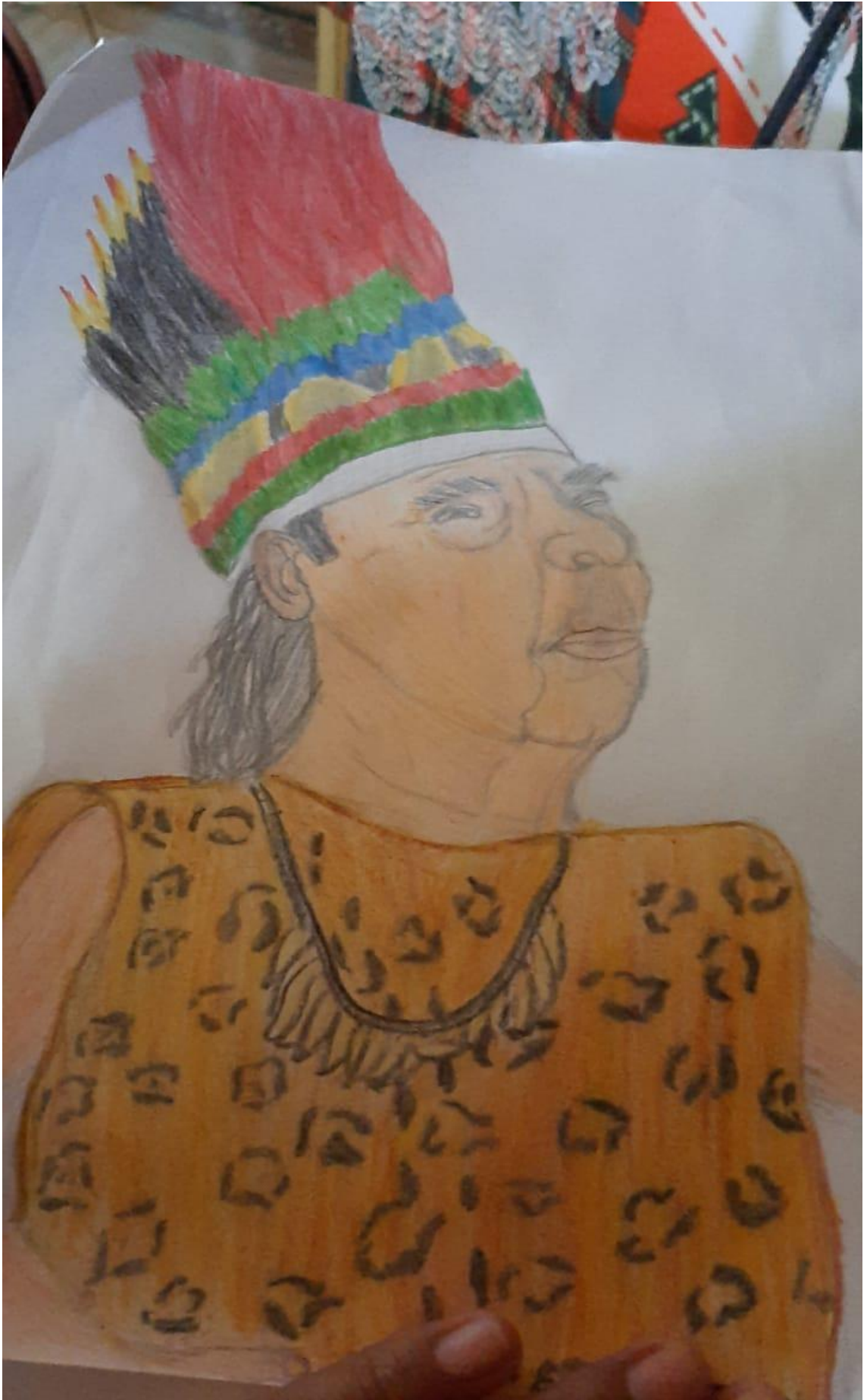
PEGGION, Edmundo Antonio. Educação e Diferença: a formação de professores indígenas em Mato Grosso. Brasília: **Em Aberto**, V. 20 n. 76. p.44-53. 2003

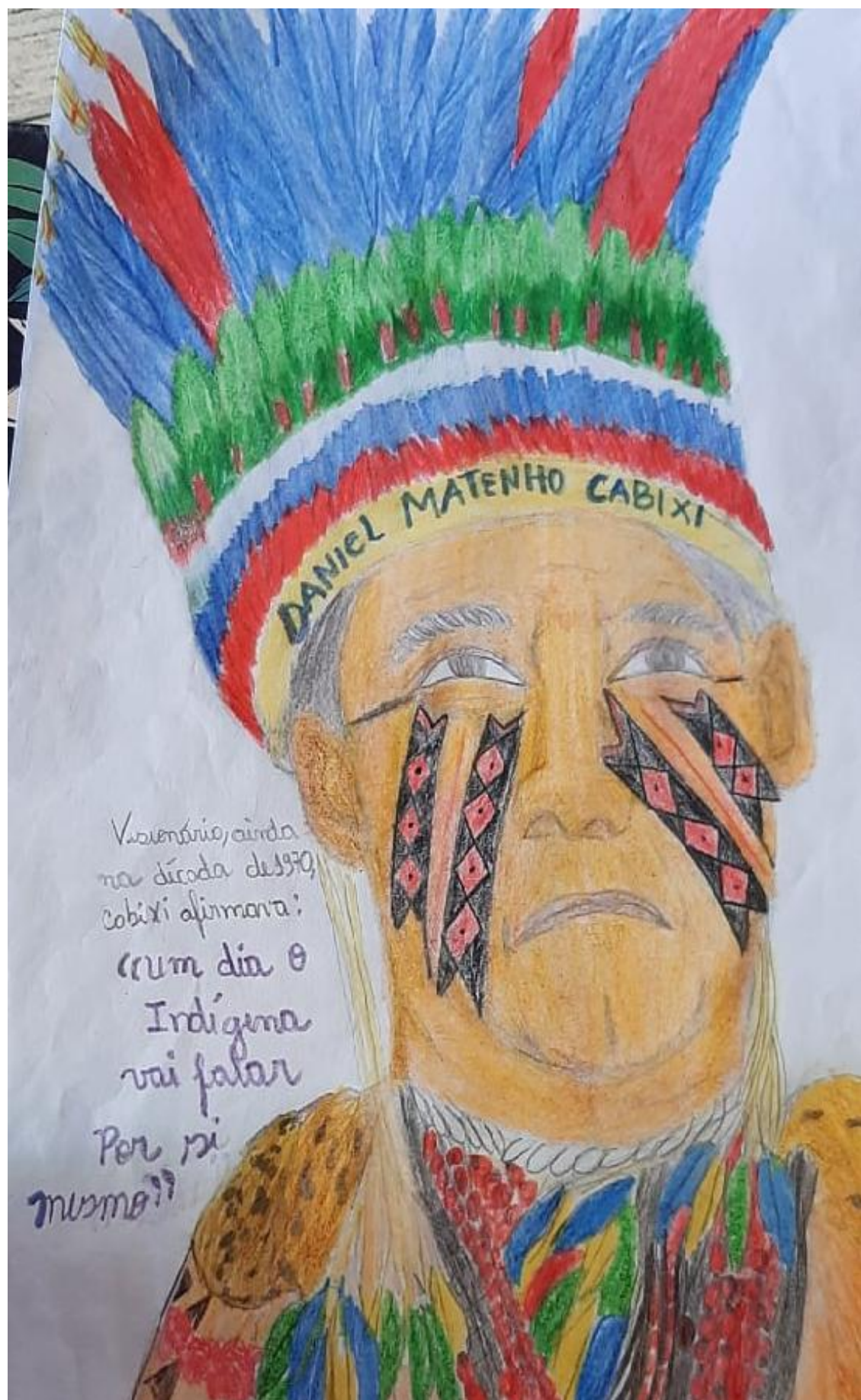
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico**. São Paulo: Cortêz, 2013.

TRAVERSINI, Neodir Paulo. (2002). **A questão da educação no contexto da modernidade e da civilização indígena**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS). Programa de Pós-Graduação em Educação, 2002.

ZEICHNER, Kenneth M. Uma análise crítica sobre a “reflexão” como conceito estruturante na formação docente. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 103, p. 535-554, Campinas, maio/ago 2008.

ANEXOS





EDICLEIA PARESI

**A LIDERANÇA DE DANIEL MATENHO CABIXI E JOÃO ARREZOMÃE:
contribuições para a formação continuada de professores Haliti Paresi**

**UNEMAT – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
BARRA DO BUGRES
2022**

APRESENTAÇÃO

Eu, Edicleia Paresi, tenho 34 anos de idade, sou do município de Tangará da Serra, no Estado de Mato Grosso e resido na Aldeia Katyalarekoa. Atualmente, sou professora da Aldeia Kamãe, mestranda, graduada pela UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, na FAIND-Faculdade Indígena Intercultural, pelo curso de Graduação em Língua, Artes e Literatura, trabalho turmas multisseriadas de séries iniciais e me graduei no curso de Licenciatura Intercultural Indígena na área de Língua, Arte e tenho experiência na minha rotina profissional para afirmar que precisamos ter uma ação mais construtiva e propositiva para realmente efetuar uma Educação Indígena Intercultural, Específica e Diferenciada nas escolas das aldeias, e estou falando de experiência em escola indígena em aldeias Paresi. Imagino que em outras comunidades indígenas também deve ocorrer as mesmas situações.

Em geral, recebemos orientações das Secretarias Municipais de Educação acerca dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula nas diversas séries que ofertamos nas nossas escolas. Tais conteúdos, normalmente, seguem o Sistema Nacional de Ensino, ou seja, orienta para que trabalhemos os conteúdos que são abordados de modo padronizados pelo Brasil todo. Não estou me posicionando contrária a tais conteúdos, até porque, os indígenas poderão, após seus cursos efetivados em aldeias indígenas (ou em qualquer momento que decidirem melhor), seguir qualquer estudo em qualquer escola da rede nacional de ensino.

Proponho, aqui, um material para contribuir na Formação Continuada de Professores Indígenas. Só isso: Contribuição. A reflexão e a tomada de posicionamento é de cada professor. Mas, meu intuito, é de levar a oportunidade de refletirem sobre a legislação para educação escolar indígena, para as quais, muitos dos nossos grandes líderes participaram ativamente para construir. Entre eles, destaco a contribuição de João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi. A partir deste conjunto de legislação, apresento a história destes dois grandes líderes, sábios, que muito tiveram de experiência na luta pela defesa dos povos indígenas brasileiros, em especial, para o Povo Haliti Paresi.

O que temos, atualmente, de configuração de ESCOLA ESPECÍFICA E DIFERENCIADA, nasceu das propostas, discussões e argumentações de João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi, em intermináveis reuniões nos mais diversos espaços políticos nacionais e internacionais.

Sempre é bom lembrar as sábias palavras do grande pensador brasileiro que inspirou teoricamente Daniel Matenho Cabixi e, depois de levantar todas informações para este trabalho, entendo que seu João Arrezomãe também partilhava das concepções de Paulo Freire sobre como conduzir uma educação específica e diferenciada.

Então, convido você, leitor, a buscar as obras de Paulo Freire e discutir com seus amigos, colegas de trabalho, em especial os professores, sobre o que pensava Paulo Freire e as relações de seu pensamento com o que propunha e o que esperavam João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi da Escola em Aleias Indígenas.

Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.
(FREIRE, 1996)

Nesta citação acima, já deixo claro o pensamento de Paulo Freire que, a meu ver, resume o que podemos pensar, esperar e objetivar de conduta de um professor para sua Formação Continuada. Então, penso que Paulo Freire, Daniel Matenho Cabixi e João Arrezomãe falavam na mesma linha de pensamento; esperavam e propunham as mesmas ações da escola. Assim, é preciso resgatar o pensamento das nossas grandes lideranças Haliti Paresi que, sem dúvidas, são atuais (ainda) e contribuem para nossa reflexão na ação de encaminhar ações escolarizáveis dentro do que se possa valorizar a cultura tradicional sem perder a relação e discussão com a cultura envolvente.

Tratar de lideranças do povo Haliti Paresi e tratar de educação e ensinamentos é falar de cultura e sua importância para as futuras gerações. Abordar assunto sobre educação escolar, relacionando com estes dois temas, é pensar e abordar a importância da cultura tradicional no fortalecimento da identidade Haliti Paresi. Nesse sentido, o professor é figura importantíssima, pois ele é responsável pela condução da rotina escolar e, assim, deve considerar a cultura tradicional como parte essencial na rotina da sala de aula. Além de estimular os alunos para a aprendizagem, também, valoriza e fortalece sua cultura tradicional.

A Formação continuada de Professores passou a ser algo muito necessário para a educação escolar indígena, pois, com as novas formas de configuração de escola, é preciso estar sempre em movimento de aprendizagens para poder criar outras estratégias de trabalho com alunos, considerando o desejo dos indígenas que vem de tanto tempo: escola específica e diferenciada.

Sabemos que a legislação nacional só autoriza e orienta para a prática da educação escolar específica e diferenciada nas escolas das aldeias indígenas há pouco tempo, já que, à partir da Constituição Federal de 1988 reconhecendo o direito à diferença; à partir da LDB de 1996 começa a se estabelecer as normas que regulam e organizam a educação escolar indígena, também reconhecendo o direito a projetos de escola adequados à realidade das comunidades mais diversas.

Em geral, os cursos de formação inicial de professores, se não for por projetos específicos para indígenas, não abordam, em seus currículos, tal reconhecimento da diversidade para o sistema escolar formal. Muito menos, destacam as representações indígenas que se mobilizaram e participaram ativamente das discussões que culminaram na aprovação das legislações que reconhecem a diversidade indígena que compõem o Estado brasileiro.

É preciso reforçar que, para figurar nos artigos e incisos das legislações, a concepção de reconhecimento da diversidade circulou nos diversos movimentos indígenas pelo país. Assim, precisamos tornar público os saberes, propostas, reflexões e pensamentos dos indígenas que lutaram para que a “escrita” garantisse o direito à propostas diferenciadas para o funcionamento da escolarização formal nas aldeias indígenas. Nesse sentido, os cursos de Formação Continuada para Professores Indígenas são ótimas oportunidades para circular tais informações. Os livros acadêmicos, os livros didáticos, de forma geral, ao abordarem a criação da Constituição Federal e as demais legislações citadas neste trabalho, não fazem menção à figuras como Daniel Matenho Cabixi e João Arrezomãe, que tanto trabalharam e lutaram para este reconhecimento legal.

Sabemos que a juventude atual está muito envolvida e seduzida com a tecnologia do celular e da internet. Sabemos que estas tecnologias cada vez mais ocupam os espaços na rotina das aldeias indígenas e, nem sempre, os jovens dedicam seu tempo para ouvir histórias e conhecer a vida de anciãos que lideraram e propuseram mudanças para que a condição atual das comunidades indígenas estivesse em melhores condições (não as ideais) de reconhecimento nacional. A escola nas aldeias, então, tem papel fundamental para manter “viva” a memória das lideranças que já estão ao lado de Wazare. Se formos pensar, os conteúdos escolares, ditados pelo sistema nacional, não privilegiam textos, narrativas, histórias sagradas, a geografia de locais sagrados, as plantas medicinais, etc., das comunidades indígenas. Sequer, os livros de História, mencionam figuras indígenas que se

destacaram no cenário nacional e internacional na luta por direitos e que, de um modo ou de outro, fizeram a diferença para o que temos de realidade atual.

Cabe a escola e aos professores a tomada de decisão de trabalhar os saberes da própria cultura e destacar a história dos seus líderes para que sua participação nesta vida de luta não se perca entre milhares de informações que circulam rapidamente pela internet.

Não podemos deixar de elevar a sabedoria de nossas lideranças maiores: João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi, os quais, muito antes da legislação registrar o direito à diversidade, já bradavam nas reuniões e eventos sobre a necessidade de uma escola específica e diferenciada para as escolas indígenas. A participação deles, de um modo ou de outro, está contida nas mais diversas leis que tratam dos direitos indígenas, até o momento assegurados.

A história e experiência de vida destas duas grandes lideranças Haliti Paresi, se configura em uma “Pedagogia” da qual temos que nos apropriar. Suas práticas, seus posicionamentos em reuniões diversas, seus modos de imposição de suas propostas diante de políticos, suas relações e ensinamentos na rotina das aldeias, são pedagogias que devem nos inspirar. O respeito às crianças, o respeito ao sagrado, o respeito à tradição cultural, o respeito aos mitos e rituais devem nos inspirar. São posturas que devemos passar para frente, para as novas gerações.

João Arrezomãe nos ensinava a partir de sua experiência de vida e seu grande e respeitoso apego à tradição da cultura; Daniel Matenho Cabixi, no ensina que as experiências de sofrimento devem nos levar a “repensar” e propor novas alternativas para a realidade vivida. Daniel nos ensinava que é preciso nos preparar com leituras e reflexões para poder argumentar e propor. Assim, experiência de vida e reflexões teóricas podem contribuir enormemente com novas propostas de educação.

Muito antes da lei autorizar a escola a trabalhar com as questões de cultura, Daniel Matenho já inaugurava essa “Pedagogia Escolar Haliti Paresi” quando, autonomamente, decidiu inserir os saberes da cultura tradicional nos trabalhos com seus alunos, ainda na década de 1970. Inspirado em Paulo Freire, se constituiu como “pensador da educação” que primava por propor ações escolares que fizessem mais sentido para os alunos nas escolas das aldeias. Não se restringiu ao seu local, ampliou e divulgou suas ideias, persistiu na leitura de outros pensadores e se tornou um autodidata. Daniel nos ensina que é preciso estar em constante “formação”, e, como dizia Paulo Freire, é preciso compreender que o professor é um profissional inacabado, significando que há necessidade de continuar “se formando”,

todos os dias; buscando leituras, refletindo sua realidade, dialogando com a comunidade, ouvindo e respeitando os saberes já consolidados pelos alunos e sempre “propor um NOVO” para a rotina escolar.

Se considerarmos os três grandes eixos do Projeto Tucum, TERRA, LÍNGUA, CULTURA, eles, de alguma forma, estão presentes em toda escrita de Lei que normatiza, regula, organiza e autoriza a educação escolar indígena nas aldeias. Se tomarmos esses três grandes eixos, podemos compreender que é tudo que seu João Arrezomãe nos ensinava, quando repetia incansavelmente: “não esquece sua língua, não esquece sua cultura, não esquece seu povo, não esquece seu território”. Se para alguns, seu João era repetitivo, para nós, Haliti Paresi, seu João Arrezomãe praticava a “Pedagogia cultural Haliti Paresi”, porque, a todo momento ele estava ensinando sobre a cultura.

Então, acreditamos que, com este trabalho, estamos apresentando, duas formas de Pedagogias Haliti Paresi: a de seu João Arrezomãe e a de Daniel Matenho Cabixi, as duas culminam em possibilidades de uma educação escolar diferenciada, específica para cada comunidade. Não negam, essas lideranças, os saberes da cultura ocidental, mas, mais que isso, propõem a valorização da cultura tradicional e, a partir dela, estabelecer a relação com os saberes e funcionamento da sociedade envolvente. Cabe a cada professor buscar os conhecimentos da cultura tradicional e propor ações diferenciadas em sala de aula. Cabe ao professor buscar conhecimentos legais e teóricos para construir sua ação escolar. Cabe ao professor reconhecer como conhecimento útil e fundamental, a história de vida e pensamentos dos anciãos e, em especial, das lideranças que muito lutaram pelo nosso povo. Assim, acreditamos que os pensamentos de Paulo Freire se tornam fundantes para a construção de uma postura de professor dialógico, reflexivo, propositivo e que fará a diferença na sua comunidade escolar.

Anexo a esta Dissertação de Mestrado, estamos apresentando um E-BOOK que tem a pretensão de servir como material de apoio para os cursos de Formação Continuada para professores indígenas Haliti Paresi. Como falamos, é material de apoio e não um “manual”. Pretendemos que este material sirva como ponto de partida para a reflexão da própria prática de professor. Assim, este material se compõe de: Legislação específica que interessa à educação escolar indígena; do Mito de Origem do Haliti Paresi; do pensamento e propostas de João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi; depoimentos de pessoas que conviveram com estas duas lideranças; publicações de Daniel Matenho e sugestões de links de filmes bem

como sugestão de referencial bibliográfico que possa contribuir para reflexão do profissional da educação escolar em aldeias indígenas Haliti Paresi.

Achamos pertinente, para finalizar esta APRESENTAÇÃO, o depoimento emocionante de Rony Azoinayce (2022):

Cabe ao professorado e as lideranças jovens garantir e assegurar o futuro das novas crianças Haliti que estão vindo, porque é importante continuar tendo orgulho de nossa identidade; Assim, Daniel Matenho Cabixi se foi, João Arrezomã se foi, Valdomiro se foi, Maisa se foi, Walter se foi, João Titi se foi, e, por essa razão, a nossa luta continua sempre para sobrevivência de nossa cultura e do nosso Povo; por essa razão todo nós vamos agradecer essas grandes lideranças que nos ensinaram e foram grandes Mestres, como Wazare foi e Kamahiye foi. O João Arrezomã é como Wazare e o Daniel Matenho Cabixi é como Kamahiye. Eles, grandes mestres sábios na cultura Haliti-Paresi. (AZOINAYCE, 2022)

Rony Azoinayce compara esses dois grandes líderes aos dois grandes espíritos fundamntes e originários do Povo Haliti Paresi. Assim, convidamos a cada um de vocês a pensar e a viajar nos pensamentos, propostas e ideia de João Arrezomã e Daniel Mtenho Cabini como dois espíritos hereditários dos nossos ancestrais. João Arrezomã e Daniel Matenho Cabixi nos deixou LIÇÕES, então, vamos nos propor a pensar, refletir e aprender para a vida na condução da escolarização nas aldeias Haliti Paresi.

Apresentamos, então, este E-BOOK para contribuir na Formação de Professores Haliti Paresi. Primeiro eu conto um pouco da minha história, em especial minha história de escolarização, pois, acho, tem muita relação como tema que escolhi para fazer meu trabalho e produzir este material. A seguir, disponibilizo as principais legislações concernentes à Educação Escolar Indígena, começando a apresentação pela Constituição Federal de 1988, a partir da qual se substancia todas as demais legislações: como LDBEN-96, Diretrizes, CFAPRO

A seguir, apresentamos o MITO DE ORIGEM do Povo Haliti Paresi, narrado por um ancião da etnia, considerando importante momento de refletir sobre as origens do povo e do próprio professor que está em qualificação profissional.

A partir do Mito de Origem , trazemos a história de vida de João Arrezomã e Daniel Matenho Cabixi, foco principal deste material que serve para reflexão de professores atuantes nas escolas indígenas Haliti Paresi.

Tendo conhecido a história de vida destes dois grandes líderes o capítulo seguinte serve para apresentar os PENSAMENTOS E PROPOSTAS destas lideranças sobre a oferta de educação escolar em aldeias indígenas. A seguir, faremos uma apresentação dos principais pensamentos e

“ensinamentos” que ficaram na memória de professores e pessoas que conviveram com os dois líderes e que refletem na ação de cada um na atualidade.

A partir do que é apresentado em cada capítulo de livro, faremos uma ou mais sugestões de atividades que podem ser trabalhadas nos cursos e oportunidades de Formação Continuada para Professores Indígenas em aldeias Paresi. Entretanto, sabemos da dinâmica da sociedade, da construção do pensamento e da experiência de cada um dos formadores. Então, este E-BOOK não se pretende um MANUAL DE FORMAÇÃO, mas, um material para permitir e oportunizar reflexão par posterior produção de atividades com alunos em sala de aula, considerando SEMPRE, a realidade da comunidade e os saberes que alunos já trazem para sala de aula.

ALGUMAS LEMBRANÇAS DE MINHA HISTÓRIA DE VIDA

Nesta seção, vou contar vários fatos da minha vida. Alguns fatos são lembranças que trago comigo da minha vivência e outras, são relatos das pessoas que conviveram e convivem comigo no meu dia a dia, contando as lembranças da minha história. Faço questão de escrever sobre minhas memórias, porque sofri muito com a questão da escolarização. Sou falante da língua materna no meu dia a dia com família e todos na minha aldeia.

Eu nasci no dia 10 de julho do ano de 1988, em parto normal, na aldeia Kotitiko, localizada no município de Tangará da Serra, no Estado de Mato Grosso. Minha mãe teve todos os cuidados tradicionais que se tem com a criança segundo a cultura tradicional do povo Haliti Paresi. Com a idade de um ano e três meses, comecei a dar os primeiros passos sozinha.

Aprendi a falar, em língua materna, com minha mãe e, quando eu tinha dois anos, ela e meu avô começaram os preparativos da festa tradicional para meu batizado. No ritual de batizado recebi do pajé o nome de Haloti, quando muitas pessoas de várias aldeias participaram da festa e depois fui apresentada no pátio da minha aldeia.

Quando eu tinha cinco anos, acompanhava minha avó na roça que ficava do outro lado do rio. Chegando lá, não queria atravessar o rio, pois ficava com medo e minha avó dizia: “vou ensinar você pra não ficar com medo de atravessar o rio”, então, quando consegui atravessar o rio fiquei feliz, aí, queria todos os dias ir lá na roça.

No ano de 1994 comecei a frequentar a escola. Eu tinha sete anos e estudava com professor Pedro Nazokemãe. Nesta época, meus pais, de repente, resolveram abrir uma nova aldeia e se mudaram para lá, me deixando morar com meus avôs e minhas tias, e sentia muita falta dos meus pais. Mas, logo depois meus avós também mudaram para a aldeia onde estavam meus pais. Foram momentos difíceis para mim, pois tive que ficar morando com minhas tias para poder continuar a estudar.

Naquele tempo, meu professor era Pedro Nazokemãe, muito bom, mas eu não sabia ler direito, só escrevia, porque ninguém me ajudava com a leitura em casa. Depois que voltei morar com meus pais eles sempre me incentivaram para o estudo e eles não queriam que eu faltasse nem um dia de aula.

No dia a dia, quando anoitecia, os mais velhos reuniam as pessoas da aldeia e contavam histórias para nós. De tarde, nós brincávamos de brincadeiras tradicionais e ficávamos ao redor do centro da aldeia para assistir os jogos de cabeça bol³. Ensinavam sobre como as mulheres deviam realizar e participar da dança *zolane*.

Todos, no meu período de infância, viviam felizes e em harmonia. Todos nós tínhamos os conhecimentos sobre valorização da nossa cultura e também aprendíamos os nomes das plantas medicinais.

Fico feliz com este trabalho que estou realizando, pois, me faz reviver momentos importantes da minha vida e momentos de convivência com meus avós e tios que muito me ensinaram sobre a cultura tradicional do povo Haliti Paresi, fortalecendo a vivência cultural.

Imagem 01 - Eu aprendendo com minha avó



Fonte: João Arrezomae

Minha fase escolar

³ Cabeça bol, é um jogo no qual o objetivo é tocar a bola de cola de mangaba somente com a cabeça. Dois times se enfrentam para tocar a bola somente com a cabeça, se jogando ao chão, a maior parte das vezes

Foi na aldeia nova, Zolomo, que terminei de cursar, na época, chamado de quinto ano, com professor Alexandre Azomaré. Naquela época eu já tinha aprendido a ler com minha mãe, que me ensinou a leitura, depois de muita dificuldade, como relatei acima.

Para continuar meus estudos, meus pais me levaram para a cidade de Tangará da Serra e me matricularam na Escola Estadual Emanuel Pinheiro, querendo que eu me aprofundasse nos estudos. Lá, naquela situação escolar, enfrentei muitas dificuldades em sala de aula por causa de domínio da Língua Portuguesa. Além disso, sou muito tímida. Naquele tempo tive que morar com minha prima, mas, não deu muito certo e voltei para minha aldeia.

Em 2003 comecei a estudar na Escola Municipal Indígena Zozoiterô, que fica na Aldeia Rio Verde. Para estudar lá, eu fui morar com meus avós paternos. Eu estudava com professores Indígenas: Pedro Nazokemae, Ângelo Kezomãe, Alinor Alves Zezonãe e Professora Nilce Zonizokemaero. Também tinha três professores não indígenas, o Beto, a Lucineide e o Rogerio.

Imagem 02 - Eu, aluna do Ensino Fundamental, com a Coordenadora Pedagógica da SEMEC, dona Celestina Bianchini, na Escola Municipal Indígena Zozoiterô



Fonte: desconhecida

Quando terminei todas as séries do ensino fundamental, ainda não tinha oferta de Ensino Médio em aldeias Haliti Paresi, então, novamente, tive que me mudar para a cidade de

Tangará da Serra e fui matriculada na Escola Estadual 29 de Novembro, onde estudei o primeiro ano do Ensino Médio.

No ano seguinte, voltei para aldeia porque já estava funcionando a Escola Estadual “Malamalali”, ofertando Ensino Médio na Aldeia Rio Verde, onde estudei até o terceiro ano deste segmento de ensino. Assim que terminei o Ensino Médio, fui indicada como professora substituta para as turmas do Ensino Fundamental, sendo contratada, no ano de 2012 na rede municipal de ensino de Tangará da Serra, atuando na sala de aula, com as disciplinas de Educação Física e Arte. A partir desta experiência, todos os anos eu conseguia sala de aula para ser professora e fui me interessando para me qualificar mais para este trabalho de ser professora.

Com minha história sendo fortalecida como professora, compreendi ser importante cursar graduação na Faculdade Indígena Intercultural, então, fiz vestibular para a Faculdade Indígena da Unemat, no ano de 2010, mesmo sabendo que era muito concorrida, mas passei no vestibular. Escolhi a área de Língua, Artes e Literatura para a Graduação e busquei novos conhecimentos para melhorar a formação indígena das nossas crianças. Quando entrei na faculdade, tive muita dificuldade para interpretar os textos, mas não desisti e conclui o curso com a defesa do meu TCC, em 2016, com tema: “A confecção do artesanato *Xiri*”. Então, sou graduada em Licenciatura Línguas Arte e Literatura.

Fui contratada no Sistema Estadual de Ensino Estadual e já trabalhei com o curso de Magistério Específico e Diferenciado *Kamahiye*, como professora. Ainda continuo a ser professora no município de Tangará da Serra, onde atuo há sete anos em sala de aula multidisciplinar, nas séries iniciais na escola Zozoiterô, na Aldeia Rio Verde. Moro com meus pais.

O estudo não é fácil e conquistar o que se sonha custa muito sofrimento. Mas, sempre acreditamos em nosso *Enore* (Deus). No ano de 2020 concorri a uma vaga do Mestrado Indígena da UNEMAT e, quase não esperava, mas fui aprovada. Agora, ainda no mestrado, penso que é preciso aprofundar a minha pesquisa sobre nossos conhecimentos, com o objetivo de, cada vez mais, fortalecer a cultura que nos foi legada pelos anciões ainda vivos e os que já nos deixaram.

Hoje estou muito feliz de fazer parte do grupo de Professores Indígenas e contribuir com a minha comunidade. Há muito trabalho a fazer com as histórias do meu Povo Haliti Paresí.

Assim, penso na importância deste trabalho, trazendo as ideais de meu avô, João Arrezomãe e de Daniel Matenho Cabixi para que a Educação Escolar seja uma ferramenta de fortalecimento da cultura tradicional Haliti Paresi. Quando eram vivos, sempre participavam das chamadas “Semanas Pedagógicas”, oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Tangará da Serra para formação e qualificação dos professores indígenas em terras Haliti Paresi e sempre aconselhavam os professores para valorizar a língua materna e a cultura tradicional. Como memória viva em minha mente, deixo o que meu avô, João Arrezomãe, dizia sempre: *Nawayolo waitare kakoa hoka nokanokoaharenae nakahinyatya maheta!*, o que quer dizer, em língua portuguesa: “Busque novo conhecimento e contribuir com meu Povo!”

Bom, agora que você me conhece e que sabe um pouco da minha história, vamos trabalhar com nossas MEMÓRIAS????

Fique bem relaxado e comece a escrever as suas memórias, em especial, suas memórias de escola.

Quais experiências boas e ruins você teve? Algum fato marcou sua história quando era estudante? Na sua história de escolarização, você teve acesso e espaço para discutir a HISTÓRIA de seu povo? Falar e discutir sobre a importância da cultura de seu povo?

Narre suas experiências e, posteriormente, vamos conversar com o grupo todo para conhecermos NOSSAS HISTÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO; a partir delas, poderemos meditar, refletir sobre NOSSO COMPROMISSO COMO PROFESSORES.

CAPÍTULO I

BREVE HISTÓRIA DA ORIGEM DO POVO HALITI PARESI

Neste capítulo vou narrar o que conheço e o que aprendi com os anciões nas várias horas que se dedicaram a “contar histórias” do Mito de Origem do Povo Haliti Paresi. Em geral, quando eu era criança, os mais velhos, no final da tarde, chamavam as crianças da aldeia e, depois de sentadas numa roda, eles começavam a narrar os mitos do povo; repetiam por várias vezes os mitos. Conto também com o relato de alguns anciões da minha cultura. Em geral, todas as narrativas de Mito de origem afirmam que o povo Haliti Paresi, antes de viver neste mundo, viviam no interior de uma grande pedra.

Segundo relato do ancião Dito Nizokae (Bukanyo), antes de o povo Haliti sair de dentro de uma rocha, embaixo da terra, eles viviam no mundo mítico muito escuro, um lugar onde todos eram liderados pelo grande líder Wazare e seus irmãos. Junto com aquele povo também vivia muitos animais e vários tipos de aves. Não havia mais ninguém e eles viviam tranquilos e felizes. A terra onde Enohare morava era conhecida por nome de *matse Zolanawekwa* e *matse Koiyatidikyoa*.

A história do Povo Haliti Paresi, iniciou do surgimento de Enore (Deus) que surgiu de dentro de uma pedra branca chamada de *Walihatse* e depois que surgiu Enore Toawakahyore, que, ao saírem da pedra, foram povoar a terra. Este senhor Dito, também narra que havia a história de duas mulheres, chamadas de Makalikalo e Makowiyalo, as quais foram ameaçadas pela Mãe de água, (*Iyakane Maihyakanãe*).

Toawakahyore (DEUS) morava sozinho nessa terra; de repente, as duas meninas saíram correndo assustadas e tremendo, pois Enoré gritava para elas não terem medo e que ia se casar com Makalikalo e Makowiyalo, Naquele momento, Enoharetse socorreu elas dizendo: “o que vocês fariam por nós quando Enoré chegar perto de nós? Porque ele mostrou que é muito perigoso atrás de nós”.

Toawakahyore mostrou sua habilidade e pegou a sua arma, a borduna, para fazer um raio com força de trovão; repetiu duas vezes este maior raio, muito perigoso. As duas meninas, ao ver habilidade da Enoharetse se esconderam na casa do Enoharetse e ficaram tranquilas, porque ele disse que as protegeria. Assim ele se casou com as duas meninas e teve dois filhos com Makalikoalo e Makowiyalo. O nome dos filhos era Zokozokoidyo e Imyazahare. Depois acolheu a sua família no local onde era celestial e natural. O nome do pátio desse lugar

celestial: Zokowikyoa, Mafarekoa, Halatakoa e Makololi, onde ficaram morando nesse lugar lindo com sua família. A mãe da Zokozokidyo e Makalikoalo e Mãe da Imyazahare Makowiyalo.

Toawakahyore fazendo raio com sua borduna



Fonte: Edicléia Paresi, 2022

Enquanto crescia lá, os pais pediam para buscar água no rio Zokozokoidyo Imyazahare, então, elas pegavam a cabaça e, um dia, de repente, quando chegaram perto do rio ouviram um barulho estranho e ficaram assustadas. Saíram correndo, deixaram as cabaças e subiram para avisar e contar para seus pais o que aconteceu.

Disseram para seu pai, Toawakahyore: “Nós ouvimos barulho feio; vem para nos acompanhar e ouvimos o barulho do canto do nosso rio”. Enoharetse não acreditava no que as filhas estavam dizendo. Respondeu para as filhas: “Aqui não existe nada e ninguém além de nós que possa assustar vocês. Somente só nós estamos com o poder aqui na terra”.

Mas os filhos insistiram contando:

- É verdade, pai! Vamos lá para você mesmo ouvir.

Então ele deixou o que estava fazendo e foi com os filhos. Levou a sua espada cujo nome dessa espada era Txiditxidihyore, uma espada sagrada. Quando chegou ao local, ficou surpreso com o barulho estrondoso que vinha de um canto do rio. Então, pegou sua espada sagrada e acabou com a barulheira. Ele acabou com tudo onde estava fazendo o barulho. Depois de alguns minutos, olhou para todas as pessoas que estavam caídas no chão, quase desfalecidas e desmaiadas. Ficou triste e pensativo, virou para os filhos e disse:

- Acho que fiz mal para essas pessoas de boa índole e de antepassados importantes que nunca fizeram mal de ninguém.

Depois, envergonhado, deixou a sua casa com seus filhos, e, sentado embaixo da árvore (halohalo) ficou pensando e envergonhado pelo que fez.

Decidiu ir embora, dizendo que ia deixar as pessoas para ir ao céu para escorar a terra e, então, subiu para o céu com os seus filhos onde vivem até os dias de hoje. Enquanto isso, no local que havia caído o raio, as pessoas começavam a recobrar os sentidos e, após alguns minutos, eles levantaram muito assustados, mas, continuaram dançando e cantando.

Porém, nada era como antes, porque quando Enoharetse bateu na pedra com a sua espada, fez uma rachadura na qual o passarinho chamado Mazazalane, que estava deitado em sua rede, pensando na vida e no que havia acontecido, avistou uma luz através da fenda que ficou na pedra. Ele não pensou duas vezes, levantou da sua rede e foi observar aquela luz de perto, porque a curiosidade era grande e, assim, teve a ideia de sair para conhecer o mundo novo, com lugares diferentes daquele que ele vivia até então.

Passarinho Mazazalane aumentando o buraco na pedra para sair para outro mundo além da pedra



Fonte: Edicléia Paresi, 2022

O passarinho pegou um cesto que sempre carregava e saiu voando para fora da pedra, do mundo sobrenatural. Ao ver o campo verdejante cheio de flores coloridas, inalando seu perfume, ficou maravilhado com tamanha beleza. Primeiro ele sentou na árvore de Holonya kaite e pegou flores, colocando-as no seu cesto (Hoji). Depois, sentou no galho do Wiyalo e depois pousou no galho da árvore Haliyakate. Continuou a sentar em outras árvores, como nos galhos de barbatimão (Tahi) e foi colhendo todas as flores que encontrava e colocando no seu cesto para levar de volta para seu povo. Após passear e admirar tudo, pegando várias flores, colocou no seu cesto e voltou para dentro da pedra. Entrou dentro da pedra, deitou na rede e ficou quieto no seu canto, mas Wazare, com seu irmão Kamahiye aproximaram dele e perguntaram:

- O que aconteceu, meu tio Mazazalane? Por que você está tão triste e pensativo?

O Passarinhos disse:

- Estou muito triste porque acabei de conhecer um mundo maravilhoso chamado de Matse Zolanawekwa e Koiyatidikwa Hahyanekoa; um lugar maravilhoso e bom para morar. E pensando bem que meus sobrinhos podiam pensar para que possamos ir morar e desfrutar daquele lugar.

Mas, os sobrinhos não acreditaram nele. Kamahiyea disse:

- Como você, um simples passarinho, vai conhecer lugares diferentes? Eu que sou um sábio adivinhador, não estou sabendo de nada! Sou maior de adivinhador nunca vi o mundo lá fora.

Em seguida, o passarinho pegou o cesto de flores e mostrou para eles. Os dois irmãos ficaram admirados. Assim que ele mostrou as flores os outros acreditaram nele. Depois, Wazare reuniu o seu povo e decidiu sair daquele lugar para povoar aquela terra, mas para isso acontecer, fizeram vários rituais até que deu certo.

Primeiro mandou os pássaros tolmare fazerem um trabalho para aumentar o buraco na pedra; tentaram com o tronco de algodão vermelho, mas não deu certo e quebrou o bico de pássaro. Em seguida, Wazare mandou o pássaro de *waitataretse* trabalhar para aumentar a rachadura na pedra e o grande líder Wazare e irmão mais velho, foram os primeiros a sair da pedra. Em seguida, o líder de Katxiniti e Waymare sentaram embaixo de Holonya, pegaram as flores e passaram todos em seus corpos, para perfumar. Wazare levantou-se, sentou embaixo de Motyotsero e também pegou flores para passar em seu corpo. Assim, continuou a saída da fenda, orientando a saída de seus irmãos, chamados de Kamazo, Zakalo, Zalôiya, Zaolore, Kono, Tahoe, Kamaehiye e Koitihyore, o líder dos Imuti (o não índios). Segundo a história, eles também saíram dessa mesma fenda.

Em seguida saiu o primeiro avô de dor dente, que disse assim: “Ai, meu dente! Aí meu dente, tá doendo muito!”. O Wazare disse: “Volte aqui, não quero que saia assim!”. Respondeu, então: “Não meu tio, vou sair sim! Só que as pessoas dormem preguiçosos, por isso que causa dor de dente.”.

Depois saiu a avó do Furúnculo. Ela dizia: “Aí meu furúnculo está doendo muito!”. Wazare, então, disse: “Voltei aqui pra dizer que você não pode sair; você vai atrapalhar as pessoas”. Não, meu tio, disse ela. “Vou sair sim! Só que vou atacar as pessoas que estou com raiva!”.

Depois saiu avô de pulga, mas, Wazare também disse: “Meu tio, você não pode sair, assim, fica aqui!”. Pulga prometeu atacar pessoas preguiçosas, dizendo: “Só vou ficar na pele de cachorro e entrar na unha das pessoas.!.!”.

Os avós ciumentos saíram na briga. Aí, Wazare disse: “Vocês não podem sair! Assim, vocês vão atrapalhar os meus queridos”. Mas todos eles prometeram ficar bem e todos saíram daquele mundo.

Waihyalidyo, irmã de Wazare, também havia saído, mas ela esqueceu o fiador de algodão dela e voltou para pegar, só que quando ela tentou sair de novo, não conseguiu mais, porque a bumbum dela era muito grande e, então, ela voltou. Wazare não queria que as mulheres ficassem gordas e com o bumbum grande como a irmã, por isso, decidiu deixar ela. Mesmo assim, Waihyalidyo colocou a cabeça de fora e olhou do lado das Imyutinyero (não índias). E é por isso que algumas Imyutinyero têm o bumbum avantajado, conforme conta os anciões.

A última saída foi de Naliki (Manoki), junto com Zero dançado.

Antes de saírem, Wazare e seu pessoal eram diferentes, tinham rabo e pelos compridos. Depois que todos saíram, Wazare e Koitihyore reuniram para dividir os bens que tinham, mas Wazare não aceitou nada. Disse que se aceitasse, ia causar problema para o seu povo. Assim todos os bens ficaram para Koitihyore e seu povo. Wazare também se preocupou em povoar toda a região que pertencia a ele, como também com a região onde habitava o seu irmão e seus parentescos de famílias. Por isso, os irmãos dele casaram com as filhas do rei das árvores, um grupo de moças chamadas de Atyahitsoaneronae. É a partir desses casamentos que o povo Haliti/Paresi se proliferou e formaram também os seis subgrupos: os Kozarene, os Katxiniti, os Warere, Enomaniere, Kawali e os Waymare que são filhos de dois irmãos casados com uma mesma mulher. Somente Wazare e Kamaehjye não casaram e também não deixaram filhos.

Após organizar o seu povo, o líder Wazare e seu irmão Kamaehiye voltaram para o mesmo lugar de onde saíram para viver junto da irmã Waihyalidyo, de onde cuidam do povo que aqui vive até hoje. Desde que saiu da pedra, o povo se espalhou, abriu muitas aldeias e continua a crescer. Com o tempo, fez contato com os não índios, com os quais vivem em certa harmonia, embora tenha perdido muito de suas terras originárias. A educação escolar, com o contato, se tornou necessária, e é sobre isso que vou falar em seguida.

Bem, esta é a narrativa contada pelo Sr. Dito Nizokae (Bukanyo). É a mesma versão que você conhece?

- **Procure com seus colegas e discutam se há diferenças de narrativas do MITO DE ORIGEM HALITI PARESI conforme os sub-grupos;**
- **Reúnam-se em grupos e pensem em PROPOSTAS DE ATIVIDADES para trabalharem com seus alunos a partir da narrativa do Mito de Origem;**

- Procurem fazer propostas para as diferentes fases de escolarização;
- Procurem, a partir da narrativa do Mito de Origem, propor atividades para as diferentes áreas do conhecimento (Língua Portuguesa; matemática, Ciências da Natureza, etc....)

CAPÍTULO I

LEGISLAÇÃO QUE AMPARA EDUCAÇÃO ESCOLAR ESPECÍFICA E DIFERENCIADA

A constituição Federal de 1988 foi promulgada em 05 de outubro de 1988. São quase 500 páginas, assim, ficaria inviável reproduzir todo o texto constitucional neste espaço de escrita e de publicação. Deste modo, é interessante que cada participante deste curso acesse o site do Governo Federal para ter informações íntegras dos artigos e incisos desta importante legislação.

Entretanto, compreendemos que é importante destacar alguns artigos que são diferenciais e de interesse para a comunidade indígena no que se refere, especificamente, à escolarização em comunidades indígenas.

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.**

Art. 4º. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;**
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não-intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;**
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (EC nº 45/2004)

CAPÍTULO III

Da Educação, da Cultura e do Desporto

SEÇÃO I

Da Educação

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

SEÇÃO II

Da Cultura

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC nº 48/2005)

CAPÍTULO VIII

Dos Índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas

atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Da Ordem Social 133

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

TÍTULO I Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

SEÇÃO III

Do Ensino Fundamental

Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

TÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

- I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;
- II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

- I – fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;
- II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
- III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I – cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II – autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

ASSUNTO: DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Relatores: Kuno Paulo Rhoden, S.J. (Pe.)

Processo: 23001-000197/98-03 e 23001-00263/98-28

Parecer Nº 14/99 | Aprovado EM: 14.09.99

Parecer 14/99

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012 (*)**

*Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a
Educação Escolar Indígena na Educação Básica.*

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024/61, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95, na Lei nº 9.394/96, especialmente nos arts. 78 e 79, 26-A, § 4º do art. 26, § 3º do art. 32, bem como no Decreto nº 6.861/2009, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 13/2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro da Educação, publicado no DOU de 15 de junho de 2012,

Bem, acabamos de lhe apresentar um conjunto de legislações de interesse para a Educação Escolar Indígena;

Também apresentamos alguns artigos ESPECÍFICOS das legislações que tratam da questão indígena;

- Se você tivesse o PODER de mudança nas legislações, QUAL MUDANÇA VOCÊ PROPORIA para estas legislações?

- FORMEM GRUPOS e, diante do que já está autorizado pelas leis, pensem em NOVOS ARTIGOS PARA SEREM INSERIDOS nas diversas legislações que, na sua opinião, MELHORARIAM A VIDA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E, EM ESPECIAL, MELHORARIA AS CONDIÇÕES DE OFERTA DE ESCOLARIZAÇÃO EM ALDEIAS INDÍGENAS

- O que você, professor e professora, podem fazer em sala de aula para despertar a atenção dos alunos para se interessarem em conhecer e discutir a legislação brasileira e os DIREITOS DE INDÍGENAS?

CAPÍTULO II

UM APANHADO SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA ENTRE OS HALITI PARESI

Em muitas situações, cabe ao professor indígena atuar como mediador e interlocutor de sua comunidade com os representantes do mundo de fora da aldeia e com a sistematização e organização de novos saberes e práticas. É dele, também, a tarefa de refletir criticamente e de buscar estratégias para promover a interação dos diversos tipos de conhecimentos que se apresentam e se entrelaçam no processo escolar: de um lado, os conhecimentos ditos universais, a que todo estudante, indígena ou não, deve ter acesso, e, de outro, os conhecimentos étnicos, próprios ao seu grupo étnico, que, se antes eram negados, hoje assumem importância crescente nos contextos escolares indígenas. (GRUPIONI, 2003, p. 14)

A educação indígena é a primeira “escola para a vida” que um indígena possui. Nela o ensino informal e cultural é passado pelos mais velhos e os anciões, construindo e fortalecendo a identidade de uma criança indígena. Através das histórias, cantos, festas tradicionais e outras coisas relacionadas a cultura, o indivíduo tem sua formação de caráter cultural.

Por outro lado, a educação formal já traz conhecimentos ocidentais e, neste mundo globalizado, acaba sendo importante esse processo, mas, não pode ser mais importante do que a educação na e da cultura tradicional. Por isso é bom fazer esse levantamento, proposto neste trabalho, porque o registro imemorial da nossa cultura sempre vai ter valor para nossa identidade e grande valor para nosso povo. Crescemos com a educação escolar indígena e mantemos a nossa identidade cultural.

A educação escolar indígena tem trajeto longo, cheio de conquistas, mas que antes tem um passado sombrio. Quando houve descobrimento do então país chamado Brasil, com a chegada dos não índios, milhões de indígenas passaram por conflitos sangrentos com perdas dos territórios para os portugueses, além de perdas de muitos parentes em função de doenças e a escravidão. Neste mesmo período tiveram o primeiro contato com a escola. Naquela época jesuítas ensinavam os indígenas a falar a língua portuguesa, ensinavam as rezas e rituais da cultura não indígena e também a se comportar segundo as crenças dos mesmos. Era muito

difícil essa adaptação com a cultura dos jesuítas e muitos não aceitavam e então eram mortos ou então se suicidavam.

Olhando para o povo Haliti Paresi, o primeiro contato com a escola também foi em contexto religioso imposto para discriminar a religião e os costumes dos povos indígenas. Esta experiência iniciou em meados do século XIX com a chegada do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) na figura de Marechal Cândido Rondon, que vinha para a construção das linhas telegráficas. Fundou a escola com objetivo de “civilizar” e de preparar para o trabalho nas linhas telegráficas. (ANGELO, 2018)

Naquele internato, eram levadas crianças e jovens de diversas etnias: Haliti Paresi, Manoki, Nambikwara e Kaiabi, depois de algum tempo construída na Ponte de Pedra, foi transferido para o Utiariti. Logo após nos anos de 1945 os militares de Rondon deixaram o Utiariti, que até então tinha uma proposta integracionista e civilizatório para então passar para os Jesuítas e, mais uma vez, haver a catequização em um povo. Os missionários jesuítas retomaram o espaço do Internato Utiariti e ali deram início a seu processo de “catequização” e “civilização” pelos processos de escolarização.

Segundo a experiência de vida naquele internato, Daniel Matenho Cabixi explica em depoimento dado a Azoinayce Paresi (2010):

Na missão, a gente ficou submetido as normas internas da missão. Porque ali havia três departamentos bem específicos: era o internato dos meninos, e esse internato dos meninos aceitava ficar com os meninos de primeira infância até os 6 ou 7 anos; tinha outros departamentos que era dos meninos, cuidado pelos padres ou pelo mestre; como a gente falava bem, o rapazinho era preparado para ser padre, isso aos 8 anos até os 12/13 anos. Então, quando a pessoa criança ou rapaz passava para outro departamento é porque que a gente denominava a casa dos moços. (p. 40)

Com a religião imposta, os que ali se faziam presentes eram obrigados a não falar o seu idioma e assim como também a não praticar atos culturais que ofendesse o “Deus e santos” dos não índios. Foram 25 anos que deixaram marcas até os dias de hoje, principalmente ao subgrupo Waymaré e povos mais próximos ao internato. Após a saída dos missionários jesuítas, como aponta Pinto de Angelo (2018), outras missões religiosas se responsabilizaram pela educação escolar entre os Haliti Paresi, como missionários do SIL (Summer Institute of Linguistics), que usavam a escolarização para impor a religião não

indígena. De forma desrespeitosa, traduziam a sua bíblia para o idioma Haliti Paresi, cuja ação foi duramente criticada por Daniel Matenho Cabixi (1984). Mais que traduzir a bíblia para o idioma Haliti Paresi, aqueles missionários ainda condenavam as práticas sagradas do nosso povo. Usando a educação escolar nas aldeias, “As instituições religiosas, na avidez de salvar as almas dos gentios para o céu, condenaram e extirparam na maioria dos casos, os mais sagrados valores religiosos dos povos indígenas.”. (CABIXI, 1984, p. 12)

Conforme aponta Paes (2002), na década de oitenta a FUNAI passou a ser a responsável pelas escolas em aldeias indígenas. Naquela época, as aulas eram ministradas por professores *Imuti* (não indígenas). Mas, pouco tempo depois, nos anos noventa, a Secretaria Municipal de Educação de Tangará da Serra assumiu a educação escolar nas escolas das aldeias. Inicialmente, ainda mandavam professores não indígenas para aquelas escolas, mas, aos poucos, mesmo sem formação de magistério, alguns indígenas começaram a dar aulas nas séries iniciais.

Com o passar do tempo os povos indígenas foram buscando seu protagonismo. Cansados da “escravidão social e religiosa” imposta principalmente pelo tipo de escolarização civilizatória, a luta se iniciou pela defesa de uma educação escolar indígena com objetivo de centralizar a cultura tradicional como forma de educar não só para viver entre o povo, mas para viver também entre os não indígenas, respeitando a especificidade de cada povo.

Mesmo bem desatualizado, e mencionando ainda a ideia de “integração à sociedade nacional”, o Estatuto do Índio, do ano de 1973, já afirmava da importância da preservação da cultura dos indígenas brasileiros. Um novo Estatuto, atualizado e respeitando a autonomia dos grupos indígenas, está parado há muitos anos no Congresso Nacional para aprovação. Essa situação demonstra a falta de importância e desprezo dos políticos brasileiros para com a questão indígena, pois, depende da vontade deles colocar em pauta o novo Estatuto para se tornar Lei. Mesmo assim, a luta diária continua e com força.

Após muitas lutas, a Constituição Federal de 1988 reconhece os direitos indígenas e, em especial, da educação escolar como espaço de respeito e consideração pelas características das suas culturas tradicionais. Neste sentido, Travessini (2002) afirma que essa Constituição corrige equívoco histórico de negação das alteridades indígenas brasileiras.

Através da sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/96), o ensino nas escolas indígenas poderia, e/ou deveria ser vivido de acordo com a realidade de cada povo, respeitando e valorizando os aspectos da cultura tradicional, como

língua, território e cultura. Em seu Artigo 32, § 3º, a LDBEN estabelece como direitos do estudante indígena o uso de sua língua materna bem como de suas manifestações culturais tradicionais na rotina escolar. Essas legislações modificam muito o trabalho e as propostas pedagógicas das escolas indígenas, mas, os professores indígenas não estavam ainda bem preparados para trabalhar diferenciado. Assim, é necessário que os professores indígenas estejam preparados para este trabalho específico e diferenciado na sala de aula.

3.1 Projeto Tucum: um divisor de águas

Foi no contexto nacional da luta por uma nova ordem social que a questão indígena se projetou na conquista de direitos que foram contemplados na Constituição de 1988. (ISAAC e RODRIGUES, 2017, p. 66)

As organizações indígenas tiveram papel fundamental na luta para o redimensionamento da oferta e modos de funcionamento das escolas em aldeias indígenas. “A marca da luta étnica nas décadas de 1980 e 1990 foi a participação ativa de indígenas, ao lado das agências de contato aliadas em favor de uma política global de direitos das sociedades étnicas do Brasil.” (ISAAC e RODRIGUES, 2017, p. 65). Em tal contexto, muitos grupos indígenas passaram a ter maior presença reivindicatória junto aos órgãos oficiais federais, estaduais e municipais, propondo e forjando atenção diferenciada aos povos indígenas no que se refere ao atendimento de políticas públicas nos mais diversos setores. É importante registrar que, conforme estará detalhado no decorrer deste trabalho, as lideranças Haliti Paresi, em especial o Sr. João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi, sempre se fizeram presentes nestas lutas e movimentos indígenas nacionais.

No caso do Estado de Mato Grosso, no campo da educação escolar, o Governo do Estado cria o NEI-Núcleo de Educação Indígena de Mato Grosso, no ano de 1981, buscando uma Política de Educação Indígena a ser proposta para as Diretrizes Nacionais. No ano de 1989 acontecem dois Encontros de Professores Indígenas de Mato Grosso, nos quais, as discussões centravam-se numa proposta de escola que atendesse melhor as características das populações indígenas. (ISSAC e RODRIGUES, 2017)

No ano de 1995, o Governo do Estado cria o CEI/MT-Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso, órgão formado por representantes governamentais, representantes de ONG's e, principalmente, por representantes indígenas. Foi neste mesmo

ano que o Governo do Estado de Mato Grosso implantou o PROJETO TUCUM, Programa de Formação de Professores Indígenas para o Magistério. Conforme informa Peggion (2003), somente no ano de 1996 iniciou efetivamente a execução do Programa. Além do Governo do Estado de Mato Grosso, pela Secretaria de Estado de Educação e Coordenadoria de Assuntos Indígenas do Estado de Mato Grosso-CAIEMT, outras importantes instituições participaram na elaboração, proposta pedagógica e execução do referido programa, como a UNEMAT, a UFMT, FUNAI, ONG's (como o CIMI e a OPAN) e as Secretarias Municipais de Educação. O Projeto Tucum organizou-se em 04 Polos de atendimento a 11 etnias de todo o Estado, ofertando a Habilitação para o Magistério a 200 cursistas.

Acontecia na forma de formação em serviço, ou seja, os cursistas só faziam aulas presenciais no seu tempo de férias escolares, de modo que podiam trabalhar, aplicar seus novos conhecimentos já em sala de aula, com acompanhamento dos Assessores Pedagógicos do Projeto, que atendiam e orientavam, frequentemente, os alunos em serviço nas escolas da Aldeia.

Projeto desenvolveu-se de forma parcelada, contando com: etapas intensivas, nos períodos de férias e recessos escolares; etapas intermediárias, desenvolvidas entre uma etapa intensiva e outra, sob supervisão dos monitores; e etapas de capacitação, que reuniam docentes e monitores para discutir com assessores o encaminhamento dos trabalhos. (PEGGION, 2003, p. 45)

A proposta pedagógica do Projeto Tucum propunha ofertar uma formação específica e diferenciada para o Magistério de professores indígenas, tendo como um dos eixos fundamentais a abordagem do trabalho a partir de três grandes temáticas: Terra, Língua e Cultura. Ao se tomar a Língua como um dos eixos fundamentais na formação dos professores para o Magistério, é bom lembrar que a proposta, em toda sua construção, valoriza e tem intenção de fortalecimento das línguas maternas nas práticas da educação escolar em aldeias indígenas. Língua materna e bilinguismo, então, ocupam espaço importante, antes dominado e privilegiado pela língua portuguesa na rotina escolar.

Assim, deverá ser incentivada, através da educação escolar indígena, a criação de novas funções para as línguas indígenas, sejam elas materna ou não, à nível oral e escrito, com o estímulo à produção e difusão de textos e literatura diversas nestas línguas compreendidas também as diferentes áreas

de conhecimento próprias ao currículo escolar. (PROJETO TUCUM, 1995, p. 31)

Os eixos norteadores indicam, ainda, o valor dos processos coletivos, lembrando dos movimentos indígenas anteriores que manifestaram reivindicações que culminaram, entre outras atitudes, a própria proposta do Projeto Tucum. Mas, também muito importante, a necessidade de integração de atividades escolares com a rotina sócio cultural da comunidade. Deste modo, escola e comunidade devem caminhar sempre juntas e lado a lado, que não é nada do que Sr. João Arrezomãe já não teria dito e proposto, bem como, também, fazia Daniel Cabixi.

Neste sentido, é importante lembrar que o citado documento ainda traz um esclarecimento essencial ao tratar a aprendizagem numa perspectiva de globalização, não o movimento da economia, mas, uma concepção epistemológica.

Nesta perspectiva, esta concepção de globalização parte do princípio de que a aprendizagem não é apenas a acumulação de novos conhecimentos ao esquema de compreensão dos alunos mas sim de uma reestruturação desses esquemas, a partir do estabelecimento de relações entre os conhecimentos que já possuem e os novos, com os quais se defronta. Assim, o que se pretende é que os alunos consigam aprender a aprender e a viver, ou seja, consigam ir aprendendo a organizar seus próprios conhecimentos para enfrentar novos problemas e atuar no mundo. (PROJETO TUCUM, 1995, p 32).

Com tal concepção de aprendizagem, é compreensível o papel da comunidade e da valorização dos saberes da tradição de cada povo. É compreensível a proposta de valorização e fortalecimento das línguas maternas.

É possível encontrar o documento integral deste Projeto proposto pelo Governo do Estado de Mato Grosso, na página do Instituto Sócio Ambiental-ISA, no qual encontramos objetivos bem esclarecedores sobre este modo específico e diferenciado para o desenvolvimento desta formação de professores para o Magistério. Neste aspecto, destaco o objetivo detalhado na alínea c), que assim se subscrive:

Dar acesso e desenvolver formas de conhecimento, advindas de formações culturais diversas, tomando por base a própria cultura, para que os

professores cursistas conheçam e controlem bem a variedade de padrões culturais e de conhecimentos, ampliando a sua compreensão crítica da realidade e sua capacidade de atuação sobre ela. (PROJETO TUCUM, 1995, p 24).

Este objetivo deixa claro que o cursista não estaria trabalhando sua formação e habilitação para o magistério somente a partir dos conhecimentos já padronizados e definidos oficialmente pela cultura ocidental, mas, sim, sua formação estaria concentrada a partir da realidade da sua própria cultura em relação à outras culturas: a do não indígena e cultura dos parentes de outras etnias. No objetivo seguinte, lemos e compreendemos que o processo educativo dos cursistas se assentava nos saberes e pensamento dos próprios indígenas. Assim, configura-se como uma proposta bem elaborada no que se refere à construção de uma educação específica e diferenciada para cada comunidade indígena.

Encontramos, também, um outro objetivo audacioso pretendido para o Projeto Tucum: “(...) a elaboração da proposta curricular diferenciada, bilíngue e intercultural para as escolas indígenas” (PROJETO TUCUM, 1995, p. 24). Neste aspecto, há que se registrar que a proposta, bem como implantação, de um projeto diferenciado de escola teve suas discussões, as não aceitações e aceitações. Como registra Peggion (2003, p. 46):

(...) em determinados momentos, os cursistas reivindicavam um ensino tradicional, definido por eles como “escola de branco”, enquanto os assessores do projeto apresentavam-lhes um modelo de educação escolar, baseado na construção do conhecimento – mais de acordo com as novas propostas das escolas não-indígenas.

A comunidade também teve suas desconfianças, já que o modelo de escola que sempre tiveram estava baseado nos moldes de ensino ofertado em escolas da cidade, aprendendo a língua portuguesa e aprendendo tudo nos livros didáticos, conforme as outras crianças da cidade. A comunidade, inicialmente, se incomodou com a proposta de uma escola na aldeia que trabalhasse a língua materna e também as rotinas da cultura indígena. Paes (2002) tratou deste assunto focando os dilemas da questão do trabalho com língua materna na rotina escolar em aldeia Haliti Paresi. Naquela época, a autora apontou o descrédito da comunidade para com um modelo de escola que não estivesse centrado nos saberes da cultura ocidental, em especial, que não “ensinasse bem a língua portuguesa”, pois, esta seria uma forma de arma para lutar pelos direitos indígenas.

Entretanto, é preciso registrar que, com o tempo, os professores Haliti Paresi continuaram na sua persistência de construir uma escola específica e diferenciada. Aos poucos a comunidade gostou da nova forma de escola e passou a confiar mais. Atualmente, temos uma escola forte na área Haliti Paresi, que valoriza a cultura tradicional, mas também, trabalha com os conteúdos que são propostos pelo sistema nacional de ensino.

A Secretaria Municipal de Educação de Tangará da Serra sempre ofereceu cursos de Formação Continuada aos professores. Inicialmente, as coordenadoras pedagógicas da Secretaria era quem coordenava os trabalhos com fins de formação metodológica e didática. Em tempos atuais, com vários professores Haliti Paresi já graduados e pós-graduados, alguns cursando Mestrado, se tornaram os protagonistas destes momentos de Formação Continuada para a educação escolar em terras Haliti Paresi.

3.2 Legislação da Educação Escolar Indígena: tecendo os caminhos legais do reconhecimento à educação específica e diferenciada

Nesse processo, a Educação Indígena saiu do gueto, seja porque ela se tornou tema que está na ordem do dia do movimento indígena, seja porque há de se construir respostas qualificadas a essa nova demanda por parte daqueles a quem cabe gerir os processos de educação no âmbito do Estado. (GRUPIONI, 2002, p. 130)

As instituições federais, estaduais e municipais também foram se adequando à nova realidade em função das conquistas resultantes dos movimentos indígenas, de forma que era necessário, também, a reestruturação da legislação, regulamentando esta oferta diferenciada de educação escolar para indígenas.

Não podemos esquecer que o primeiro grande impacto das mobilizações de indígenas por todo país se efetivou em direitos garantidos na Constituição Federal de 1988. No seu Artigo 231, Capítulo VIII, já encontramos que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”. Sem esquecer, ainda, que a Carta Magna, em seu Artigo 5, estabelece a igualdade entre todos os cidadãos brasileiros: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e

aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, (...).”.

Na esteira da discussão e implementação de ações que respeitem os direitos indígenas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional–LDBEN/96, traz as seguintes determinações e objetivos no que se refere à educação escolar indígena:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Assim, continuamos a observar que há consonância nos documentos legais publicados e que garantem o direito à livre manifestação da diversidade dos povos.

No ano de 1998, o Ministério de Educação e Cultura publicou importante documento para auxiliar os professores das escolas nas aldeias: o RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Neste material há um rico potencial de auxílio para uso dos professores indígenas, com discussão teórica e sugestões de atividades e abordagens nos diferentes campos do conhecimento. Entretanto, este material não pode ser considerado, somente, como um “manual”, assim, os trabalhos com Formação Continuada para professores das escolas em aldeias são muito importantes, no sentido de “provocar” a discussão e reflexão por parte dos professores indígenas em relação às respectivas realidades comunitárias.

É importante ressaltar que o RCNEI traz, de forma clara, bem definitiva e explicativa, os fundamentos para a existência e funcionamento das escolas indígenas e seus projetos de funcionamento e atendimento das comunidades nas quais ela está inserida. Assim, encontramos bom detalhamento sobre os princípios da Multietnicidade, pluralidade e diversidade; da Educação e do conhecimento indígena; do Princípio da autodeterminação; do princípio da Comunidade Educativa Indígena e, por fim, do Princípio da Educação Intercultural, comunitária, específica e diferenciada.

Mais uma vez, notamos sintonia entre as diferentes legislações com o que as vozes indígenas se erguem em defesa de seus direitos.

No ano de 1999, o Conselho Nacional de Educação-CNE (instalado no ano de 1996), publica o Parecer 14/99-CNE, o qual instrui a estruturação das Diretrizes Curriculares Nacionais par Educação Escolar Indígena. Tal Parecer “(...) apresenta a fundamentação da educação indígena, determina a estrutura e funcionamento da escola indígena e propõe ações concretas em prol da educação escolar indígena. ”, considerando que:

O ponto de partida dos trabalhos deste Colegiado foi a consideração de que todos os povos indígenas, independentemente da instituição escolar, possuem mecanismos de transmissão de conhecimentos e de socialização de seus membros e que a instituição da escola é fruto histórico do contato desses povos com segmentos da sociedade nacional. Assim, é preciso distinguir claramente dois termos: educação indígena e Educação Escolar Indígena.

Estava ali reconhecida a importância dos movimentos indígenas, que apontaram, durante anos, que saberes tradicionais, ancestrais não poderiam ser desconsiderados na educação formal das populações tradicionais, assim, foi importante as movimentações políticas e legais que o antecederam. Ou seja, tratar de “educação indígena” seria considerar os modos como o sujeito aprende, se torna uma pessoa na própria cultura; já, “educação escolar”, se refere aos conceitos e lógicas de explicação das coisas de mundo que circulam sistematizadamente na rotina da escola, devidamente organizadas no currículo escolar. Reafirma e reconhece o Parecer que:

Ao longo de sua história, as sociedades indígenas vêm elaborando complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural

Assim, reconhece os saberes indígenas para poder circular como saber escolar e, ainda, instruiu legislações específicas para poder considerar tal saber diferenciado como “apto” a fazer parte da rotina escolar formal.

Neste mesmo ano, instado e pressionado pelas novas configurações de pensamento e concepção sobre o tema, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, publica a Resolução 03/99, a qual instrui sobre a estruturação das escolas indígenas.

Art. 1º Estabelecer, no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngüe, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

No ano de 2009, com apoio do Governo Federal se realizou amplo debate nacional em comunidades indígenas que culminou na I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, que aconteceu na cidade de Luziânia-GO. Primeiro as discussões aconteceram nas comunidades escolares em aldeias de todo território nacional e, depois, com as propostas locais, se realizou as Conferências Estaduais para, finalmente, realizar o evento nacional, quando se discutiu e aprovou as políticas de oferta da educação escolar indígena.

Só no ano de 2012 que foi aprovada, promulgada e publicada a RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012, definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Esse é um documento muito importante e bonito, porque detalha todos os direitos da educação diferenciada para as escolas das aldeias. No TÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, temos bem esclarecidos os objetivos da nossa educação escolar e, assim, sabemos que temos lei que autoriza o trabalho com os saberes da nossa cultura; como que podemos trabalhar os conhecimentos da nossa cultura tradicional e também os conhecimentos dos outros povos.

Art. 3º Constituem objetivos da Educação Escolar Indígena proporcionar aos indígenas, suas comunidades e povos:

I - a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - o acesso às informações, conhecimentos técnicos, científicos e culturais da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas.

Parágrafo único A Educação Escolar Indígena deve se constituir num espaço de construção de relações interétnicas orientadas para a manutenção da pluralidade cultural, pelo reconhecimento de diferentes concepções pedagógicas e pela afirmação dos povos indígenas como sujeitos de direitos.

No Artigo 7, também é possível localizar uma informação muito importante, conforme segue:

§ 2º Os saberes e práticas indígenas devem ancorar o acesso a outros conhecimentos, de modo a valorizar os modos próprios de conhecer, investigar e sistematizar de cada povo indígena, valorizando a oralidade e a história indígena.

Ou seja, a escola poderá iniciar os trabalhos com os saberes da cultura tradicional e, a partir deles, começar e trazer os saberes que estão no plano das secretarias municipais. Assim, valorizamos os nossos conhecimentos da cultura. Isso é possível porque os professores nas aldeias são indígenas do próprio povo. E as Diretrizes também orientam para que nas escolas das aldeias os professores sejam indígenas, e cita que estes professores são os interlocutores entre a comunidade e as demais sociedades. É assim mesmo que acontece nas aldeias: o professor é um líder da comunidade e leva para outras sociedades a preocupação do seu povo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais também mencionam sobre Formação Continuada dos professores Indígenas, no TÍTULO IV, DO PROJETO POLITICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS INDÍGENAS, na Seção III, ao tratar da Formação Continuada de Professores.

§ 6º Os sistemas de ensino e suas instituições formadoras devem assegurar a formação continuada dos professores indígenas, compreendida como componente essencial da profissionalização docente e estratégia de continuidade do processo formativo, articulada à realidade da escola indígena e à formação inicial dos seus professores.

Em contexto do Estado de Mato Grosso, é importante registrar o que estabelece a Resolução 04/2019-CEE/MT acerca da oferta de educação escolar indígena, sempre em consonância com os documentos nacionais historicamente construídos e oficializados. Logo no Capítulo I, artigo segundo, destacamos o seguinte objetivo:

IV. garantir aos povos e comunidades indígenas uma educação escolar diferenciada com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas de seus saberes e de seus conhecimentos;

Como podemos acompanhar, no sistema educacional do Estado de Mato Grosso, se mantém o respeito ao que os movimentos indígenas vêm debatendo e reivindicando em prol da educação específica para as diversas culturas.

Vale ressaltar que esta Resolução, ainda tratando dos objetivos da educação escolar indígena, já esclarece e “orienta” para que as escolas privilegiem os saberes dos “mestres

anciãos” da cultura. Ou seja, mesmo que não tenham o “diploma da escola”, os anciãos, verdadeiros sábios, devem ser aqueles valorizados para trabalhar os saberes indígenas também na rotina escolar, como acompanhamos a seguir.

III - inserir na organização escolar indígena a colaboração e a atuação de especialistas em conhecimentos tradicionais como tocadores de instrumentos musicais, contadores de narrativas míticas, artesãos, pajés ou xamãs, rezadores, raizeiros, parteiros, organizadores de rituais, conselheiros e outras funções próprias e necessárias ao bem viver dos povos indígenas;

Deste modo, é imperativo que os professores indígenas conheçam o que postulam todos estes documentos, de forma que saberão todos os seus direitos garantidos e, também, enriquecerão sua formação profissional.

Não há como encerrar esta seção sem mencionar a Portaria 1.061, de 2013, quando o MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI, institui a ação “saberes Indígenas na Escola”, a qual é voltada para a Formação Continuada de Professores Indígenas. Seus objetivos estão bem acentuados para tal questão, conforme acompanhamos na sua redação:

Art. 2º São objetivos da Ação Saberes Indígenas na Escola:

I - promover a formação continuada de professores que atuam na educação escolar indígena na educação básica;

II - oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade que fundamentam os projetos educativos nas comunidades indígenas;

III - oferecer subsídios à elaboração de currículos, definição de metodologias e processos de avaliação que atendam às especificidades dos processos de letramento, numeramento e conhecimentos dos povos indígenas;

IV - fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e de acordo com as especificidades da educação escolar indígena.

Podemos notar que o objetivo registrado no item II retoma e, assim, reforça princípios fundamentais já presentes nos demais conjuntos legislativos aqui já citados. Deste modo, orienta as ações de formação continuada de professores indígenas pautadas na diversidade

cultural e da organização das comunidades indígenas, valorizando a realidade de cada povo, em especial, no que se refere à língua.

Em regime de colaboração entre diversas instituições, Governo Federal, Governos Estaduais, municípios e instituições públicas de ensino superior, com projetos bem planejados e considerando as vozes das comunidades, são ofertadas ações de formação continuada que preparam e qualificam os professores indígenas para o trabalho diferenciado. Assim, é possível o distanciamento da prática escolar centrada no livro didático e, cada vez mais, a prática escolar se aproxima e valoriza os saberes das comunidades que, de algum modo, irão estabelecer relação com os conhecimentos já consolidados da cultura ocidental.

No caso do Estado de Mato Grosso, no ano de 2016, a Universidade Federal de Mato Grosso é convidada para construir uma proposta na perspectiva da Ação Saberes Indígenas “(...) criando uma rede específica para atender aos povos do estado que atualmente tem reconhecido 42 Povos Indígenas aqui residentes. (GRANDO, 2019, p.2)

A Ação Saberes Indígenas, então, vem para dar corpo ao que as legislações que a precedem vêm registrando como direitos. Ou seja, se considerarmos os direitos declarados desde a CF de 1988, LDB de 1996 e demais legislações, somente no ano de 2013 há ações concretas no sentido de subsidiar a construção de projetos de escolas diferenciadas, ou seja, contribuir efetivamente e especificamente com os professores indígenas nas propostas curriculares, nas atividades com alunos que fortaleça e que realmente se constitua uma educação escolar indígena específica e diferenciada. A escolarização em aldeias indígenas, considerando todos os princípios e fundamentos pertinentes a essa modalidade de educação só se concretiza pela ação dos professores indígenas e, para isso, é preciso mesmo a qualificação destes profissionais.

Nestes trabalhos da Ação Saberes Indígenas, a comunidade é ouvida e valorizada; os anciãos são chamados para dar sua contribuição para registro da cultura e, a partir da própria cultura é que nascem as atividades e propostas para trabalho escolar. Como exemplo, é possível citar a publicação “Alfabetizando com as histórias dos ancestrais Haliti”, resultado de Ações Saberes Indígenas desenvolvidas entre nosso povo pelo “Projeto Saberes Indígenas na Escola-Rede UFMT” coordenado pela UFMT.

A Universidade do Estado de Mato Grosso, em rede com o Projeto coordenado pela UFMT, desenvolve ações no campus de Juara, norte do Estado, atendendo etnias Apiaká, Kayaby e Munduruku, propondo “(...) vivências didático-pedagógicas diferenciadas e

interculturais, contemplando o letramento e o numeramento em língua portuguesa e língua indígena, considerando sempre a situação sociolinguística dos povos participantes do projeto.”. (FERREIRA e ZOIA, 2020, p. 5)

Assim vai se consolidando uma escola mais próxima da realidade dos alunos e comunidade.

Após a leitura deste capítulo, mais uma vez nos deparamos com a triste caminhada indígena na História do Brasil. Mais uma vez estamos passando os olhos em registro que dão conta de história de perseguição e EXCLUSÃO;

Em tempos atuais, mesmo com as mudanças sociais, você percebe que ainda há PERSEGUIÇÃO, DISCRIMINAÇÃO E EXCLUSÃO em relação a indígenas? Relate, em grupo ampliado, fatos que vivenciou que possa dar exemplos de situações de discriminação e exclusão e, discutam possibilidades de AÇÕES COMO PROFESSORES (EM SALA DE AULA, REUNIÕES COM ÓRGÃOS PÚBLICOS, por exemplo) que possam acenar com mudanças destes tipos de postura por parte de outros.

- Estando com a RELAÇÃO DE CONTEÚDOS (??) encaminhados pelo sistema nacional de ensino, EM QUAIS CONTEÚDOS E QUAIS DISCIPLINAS VOCÊ, PROFESSOR e PROFESSORA, podem incluir a discussão sobre DISCRIMINAÇÃO e EXCLUSÃO de indígenas na sociedade atual?

CAPÍTULO III

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES INDÍGENAS HALITI PARESI

Por isso que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente sobre a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. (FREIRE, 1996, p. 39)

Antigamente, o professor nas escolas indígenas, se restringia a usar o livro didático, encaminhado pelo sistema oficial de ensino, para trabalhar os conteúdos já determinados pelo sistema nacional. Antigamente era um ensino de represaria, agora passou a ser ensino de grande significado para os povos indígenas, ou seja, um caminho para a formação da autonomia dos mesmos. Assim, é necessário um processo de formação continuada que prepare o professor para estas novas abordagens de trabalho na sala de aula, motivando-o para a escola específica e diferenciada e construindo, com ele, a confiança para um trabalho de qualidade e que faça sentido para a comunidade onde trabalha e convive.

A escola é um espaço onde o aluno poderá buscar, aperfeiçoar e refletir sobre a importância de seus conhecimentos da cultura tradicional e também os da cultura envolvente, sistematizados em sala de aula; aprendem sobre como vivem e como se comportam na sociedade do não índio, mas, também pode ser um espaço para discutir e refletir acerca das condições da sua própria cultura e de sua própria existência. Já, no RCNEI, encontramos assinalado a necessidade apontada por movimentos indígenas na defesa de uma educação intercultural, específica e diferenciada quando o documento reconhece, para escolas e professores indígenas

(...) a necessidade de contarem com currículos mais próximos de suas realidades e mais condizentes com as novas demandas de seus povos. Esses professores reivindicam a construção de novas propostas curriculares para suas escolas, em substituição àqueles modelos de educação que, ao longo da história, lhes vêm sendo impostos, já que tais modelos nunca corresponderam aos seus interesses políticos e às pedagogias de suas culturas. (RCNEI, 1998, p. 11)

Assim, antes era um ensino pautado nos saberes da cultura ocidental, atualmente, os professores indígenas devem assumir a construção dos trabalhos e currículos escolares.

O pensador brasileiro Paulo Freire é importante teórico para pensar e propor estratégias para o funcionamento das escolas nas aldeias indígenas, principalmente na atualidade, quando os indígenas já estão como protagonistas na construção do projeto de escola que desejam. Paulo Freire, em toda sua trajetória e obras publicadas, deixa claro a necessidade da escola trabalhar com a realidade da comunidade na qual está inserida, e, a partir desta realidade, produzir reflexões sobre sua prática em relação aos anseios da comunidade. Em toda sua obra não se cansa de falar sobre a importância da escola para construção da autonomia das pessoas. Podemos pensar, então, que os líderes João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi sempre estiveram alinhados com o mesmo pensamento de Paulo Freire (mesmo não o conhecendo) pois, sempre defenderam que a escola da aldeia deveria valorizar também os saberes dos indígenas e não somente os saberes da cultura ocidental. Esses dois grandes líderes, defendiam que o espaço escolar deveria convidar as lideranças tradicionais, os mestres anciãos da cultura, para lá também “ensinar” sobre a cultura e, só depois disso que o aluno deveria “escutar” e aprender os conhecimentos da sociedade envolvente.

É de grande valor reconhecer que o professor em sua comunidade é uma figura de muita importância e prestígio, porque as pessoas entendem que ele é uma ponte entre a sabedoria do seu povo e o entendimento do “mundo exterior”, por isso é importantíssimo falar de formação continuada do professor, considerando o pensamento e “ensinamentos” dos dois grandes líderes Haliti Paresi. O professor precisa estar bem preparado para trabalhar com seus alunos e motivar eles para os dois tipos de conhecimento: o da cultura tradicional e o da cultura envolvente. Mais que isso, preparado para refletir, junto com seus alunos e com a própria comunidade a realidade da cultura e o futuro de todos.

Em toda e qualquer profissão, nunca se deve deixar de crescer como profissional e quando se trata de transferir conhecimentos, torna o professor um ser tão sábio que o aprendizado deve ser para ele tão e quanto importante como o oxigênio que ele respira.

Hoje como as mudanças que há entre o povo, a tecnologia que está cada vez tornando os jovens mais dependentes de aparelhos eletrônicos, o professor ainda é o caminho para o equilíbrio juntamente com a família. Assim, o papel do professor é muito importante, pois,

não pode esquecer a realidade (que tem a tecnologia) mas, também, deve discutir com seus alunos a importância da valorização da própria tradição cultural: essa tradição cultural é que torna sua identidade Haliti Paresi cada vez mais fortalecida.

Um professor que tem sua formação em constante continuidade sempre está acrescentando os meios de produzir as aprendizagens para com seus alunos. Um professor que se permite amadurecer nos seus conhecimentos através de cursos, palestras, leituras, fazer protocolo e respeitar a sua cultura, trabalha com seu aluno não só um ensino para sala de aula, mas também para a vida. É importante reforçar que Paulo Freire, no conjunto de sua obra, deixa claro que o professor deve se assumir como um “ser inconcluso”, ou seja, está sempre em construção de si mesmo, como pessoa e como profissional.

A educação escolar indígena é tão especial que se pararmos para analisar sua importância para o povo, lembramos que a autonomia do mesmo é conquistada através dos conhecimentos. Quanto mais conhecimentos, mais entendimento e quanto mais entendimento, mais independência social, emocional, e financeira de um povo.

Nóvoa (1995) afirma que a formação continuada de professores deve ser um momento que estimule o pensamento crítico reflexivo, assim, é o que propomos neste trabalho, que as oportunidades de Formação Continuada sejam momentos de fortalecimento da profissão de professor, mas que, também, seja momentos de reflexão sobre a importância da cultura tradicional na rotina escolar e pela rotina escolar.

Da perspectiva do professor, isso significa que o processo de compreensão e de melhoria de seu próprio ensino deve começar da reflexão sobre sua própria experiência e que o tipo de saber advindo unicamente da experiência de outras pessoas é insuficiente. (ZEICHNER, 2008, p. 539)

Podemos perceber que as afirmações destes dois teóricos estão em sintonia com o que sempre pregou Paulo Freire. No caso da educação escolar indígena, a escola deve, então, promover ações de formação continuada de seus professores baseada e fortalecida nesta perspectiva de reflexão sobre a própria realidade e na própria atuação profissional, como ensinava Paulo Freire. Segundo este importante pensador, é pela reflexão do próprio mundo e da própria atuação no mundo é que é possível se promover a transformação da sociedade.

(...) é como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, coisas sensíveis, objetos, mas também instituições, ideias, concepções. (FREIRE, 1987, p.92)

Ou seja, a própria reflexão sobre a realidade e a dialogicidade com a comunidade é que se vai construindo e reconstruindo todo o processo de escolarização nas aldeias; assim, é possível, pelas ações de formação continuada de professores, a proposição de uma proposta curricular adequada à realidade da comunidade, de forma que os saberes escolares possam fazer sentido para os aprendizes. É preciso lembrar que “Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p.111).

As proposições de Paulo Freire estão de algum modo presente nos diversos documentos que orientam as ações de Formação Continuada de Professores, cujos documentos, sempre enfatizam a necessidade do diálogo com a comunidade e a reflexão sobre a própria realidade. A formação continuada dos professores indígenas é uma demanda importante e aparece nos principais documentos sobre a educação escolar indígena no Brasil. Nas escolas de aldeias Haliti Paresi, a formação continuada é coordenada pelas SEMEC⁴ – Secretarias Municipais de Educação (cada município tem sua equipe e Programa de trabalho) e pelo órgão estadual chamado CEFAPRO – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso. Mas, sempre os professores indígenas são convidados a participar como palestrante, professor e oficinairo nestas formações. Isso mostra o quanto os indígenas foram conquistando espaço e, de algum modo, há interação com a comunidade.

Na questão de formação de professores, os Referenciais Curriculares para a Formação de Professores Indígenas lançados pelo MEC (RCNEI/2002), trazem bastante contribuição quanto às diretrizes de formação profissional, pois estabeleceram competências e habilidades das quais o educador indígena necessita para sua formação, atendendo às novas concepções sobre a Diversidade. Estes referenciais apresentaram importantes subsídios para que os sistemas de ensino desenvolvam programas de formação inicial e continuada de professores indígenas em concordância e respeitando as culturas específicas.

O documento em questão traz importantes esclarecimentos acerca dos Fundamentos que devem ser considerados ao se discutir e propor um projeto de educação escolar indígena:

⁴ Vale registrar que a SEMEC de Tangará da Serra tem o Departamento de Educação Escolar indígena, o qual é coordenado por uma Professora Mestra indígena Haliti Paresi

Multietnicidade, pluralidade e diversidade; Educação e conhecimentos indígenas; Autodeterminação; Comunidade educativa indígena; Educação intercultural, comunitária, específica e diferenciada. Tendo como base tais fundamentos, o RCNEI constrói, detalhadamente sugestões e propostas práticas a serem utilizadas pelos professores indígenas, nas diferentes áreas do conhecimento escolar. Não deixa de ser um material relevante que pode fazer parte de ações na formação continuada de professores. É preciso, porém, não tomar tal documento como um “manual”, mas, como importante instrumento de reflexão de possibilidades para a prática em sala de aula, devidamente pensada e discutida para a realidade de cada comunidade escolar.

O Governo do Estado de Mato Grosso, no ano de 1998, publicou a Portaria 02/98 SEDUC/MT, que cria o CEFAPRO, Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso. Neste documento, encontramos o esclarecimento sobre o que é Formação continuada.

§ 1º A Formação Continuada de Professores caracteriza-se pela atividade realizada em serviço, apoiando-se em reflexões, estudos, projetos e pesquisas que irão contribuir para um constante repensar, propiciando a reconstrução da prática docente ([MATO GROSSO, 1998](#)).

Como vimos na citação do trecho deste documento estadual, a reflexão e o repensar a prática docente é sempre uma opção na profissão do professor da escola da aldeia. Mais uma vez, notamos a influência do pensamento de Paulo Freire, o qual, propõe que as mudanças se efetivam a partir da reflexão sobre a realidade. Mais uma vez podemos perceber a “presença” dos ensinamentos dos líderes João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi.

Nesta citação acima, também é importante compreendermos a referência às palavras “projetos” e “pesquisas”. Destacamos, neste aspecto, a necessidade do professor em processo de qualificação da sua prática docente, investir no pensar a realidade e se preparar para desenvolver atividades que levem os alunos a construção de uma postura de curiosidade e, por conseguinte, planejar e buscar informações a partir da pesquisa. Esta ação, envolveria e estimularia o aluno que, passaria (ou reforçaria) o sentido dos saberes de sala de aula. Cabe ao professor se preparar para estabelecer a relação entre o conteúdo formal da escola com as informações que seus alunos trazem para sala de aula. Este é um aspecto que destaca a

importância do professor sempre em formação, pois, as comunidades se modificam conforme o passar dos tempos.

Notamos que, na perspectiva acima comentada, o aluno, o aprendiz, o estudante tem um papel importante nesta configuração de projeto de escola. Ou seja, o professor, deverá considerar o que de saber o aluno já possui ao adentrar a sala de aula. Desta forma, é bom lembrar que: “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 1996, P.25). Essa é uma afirmação muito bonita do Paulo Freire e muito importante para nós indígenas, que damos bastante importância para as atividades do coletivo. Claro, quando os mestres sábios falam, todos escutam, mas, em seguida, os mestres também ouvem aqueles para quem estão falando. É sempre uma troca. Reconstruir a prática docente com vistas a sempre melhorar o ensino e a aprendizagem nas escolas das aldeias Haliti Paresi, para isso, é importante valorizar as palavras, ensinamentos e aconselhamentos deixados pelos dois grandes líderes do nosso povo: João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi.

Grupo de danças tradicionais Haliti Paresi apresentando-se em evento na Escola Indígena Malamalali



Fonte: Edicléia Paresi, 2022

Ao finalizar este capítulo, entendemos a importância da **FORMAÇÃO CONTINUADA**, de forma que precisamos **NOS ASSUMIR** como **SERES INACABADOS**, ou seja, é preciso estar sempre atento às mudanças das nossas comunidades, bem como nas relações com a sociedade envolvente.

Então, professor e professora, têm papel fundamental neste aspecto, pois, é a sensibilidade deste profissional que vai identificar as necessidades de mudanças na sua prática em sala de aula de forma que os alunos estejam sempre **MOTIVADOS** para o **APRENDER**.

Atualmente, temos a disponibilidade e facilidade de acesso á tecnologias que despertam muito a nossa atenção, visto que a internet nos possibilita **ESTAR NO MUNDO TODO** ao mesmo tempo que estamos na nossa **HATI**.

De que modo a **TECNOLOGIA** e a **INTERNET** podem contribuir com sua **FORMAÇÃO CONTINUADA** no dia a dia de professor e professora? Você costuma acessar sites de **EDUCAÇÃO** para ler artigos sobre novas didáticas e metodologias para sala de aula?

Você conhece programas e recursos didáticos disponíveis na internet que podem contribuir para seu trabalho em sala de aula?

Aproveite que está com seu aparelho celular e **BUSQUE** pela internet, sites e blogs (confiáveis) que discutam **EDUCAÇÃO ESCOLAR**;

Busque na internet programas e aplicativos (muitos são gratuitos) que possam ser utilizados como recursos didáticos em sala de aula.

A seguir, passaremos a apresentar algumas informações sobre a vida e obra de João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi. Não se trata puramente de um livro de leituras, mas, espero que o conteúdo aqui apresentado lhe sirva para reflexão sobre a prática pedagógica na educação formal em sua escola na aldeia, bem como, para discussão com seus pares, buscando, sempre, **VALORIZAR A CULTURA HALITI PARESI** sem se distanciar das normas que regem a Educação Nacional



CAPÍTULO IV

JOÃO ARREZOMÃE. Uma história de liderança

João Arrezomãe nasceu no dia 25 de dezembro do ano de 1931, sendo seu pai o senhor Simplício Zonaizokae e a mãe a senhora Zomoyozakalo. A entrevista que fiz, foi gravada em vídeo e áudio, na língua materna, mas, registro aqui a versão em língua portuguesa. Esta entrevista muito contribui para a cultura tradicional Haliti Paresi, pois deixa registrado o que nosso grande líder pensava do nosso povo.

Ele lutou muito pelo nosso povo e falava muito da formação dos professores indígenas da nossa cultura. Ele pensava que os professores, na escola, tinham que valorizar cultura tradicional e não falar só as coisas da cultura ocidental. Ele me contou sua história bem emocionante. O que está aqui, neste registro, é resultado das minhas memórias das histórias que ele contava, reunindo as crianças no início da noite. João Arrezomãe é meu avô, então, convivi bastante com ele e ouvi ele contar muitas histórias. Também, esse registro, é a transcrição da entrevista que fiz no ano de 2015.

Seu João era muito atencioso e carinhoso com as crianças e tinha muito orgulho delas, assim, quando chegava visitas na aldeia, fazia questão de chamar todas as crianças para encontrar com as visitas.

Imagem 07 - Visita a aldeia Kotitiko e seu João apresenta seus netos e bisnetos



Fonte: Francisca NAVANTINO, 2007

Ele tinha uma irmã de dois anos de idade, mas logo depois, quando tinha quatro aninhos de idade, a mãe deles faleceu e aí foram criados pela sua tia, Zomaezokaero. A tia era muito brava. Um dia, a tia mandou buscar água no rio e ele foi junto com sua irmã e levaram a cabaçinha; de repente, a irmã dele derrubou a cabacinha e quebrou. Quando subiram para a aldeia, a tia brigou com eles e colocou-os de castigo para dormir fora da barraca. Com o frio, a irmãzinha chorava, pois ela tinha apenas 3 anos de idade. Eles sofriam muito porque a tia que criava eles não era boa pessoa e judiava muito deles.

Passados pouco tempo, a irmã dele faleceu. Moravam, naquele tempo, na aldeia Tsereretse. Quando anoitecia João Arrezomãe chorava por falta da irmã, mas, o pai dele só judiava porque depois de viúvo casou com outra mulher, e a madrasta dele também não gostava dele. Conforme foi crescendo, foi passando pelas mesmas dificuldades, se sentindo

abandonado pelo pai e judiado pela madrasta. Seguiu a própria vida e mesmo com as maldades da tia e da madrasta, era agradecido por tê-las.

Quando tinha 10 anos de idade casou com a sua esposa Anita Zomaiwairo e por ela ser ainda mais nova que ele, cuidava dela. Assim, no ano 1949, completado os 18 anos de idade, deixou sua esposa e foi para cidade (como uma vila), naquela época, chamada de Chapadão dos Parecis. Quando chegou na cidade pequena, procurou emprego e logo um “branco” ofereceu para trabalhar numa lanchonete. Começou a trabalhar, mas não falava o português: não entendia nada. Quando o gerente falava com ele, repetia as mesmas palavras, assim, sucessivamente, foi entendendo e falando o português.

Trabalhou cinco meses na lanchonete em troca de comida e lugar para dormir. Então, apareceu um outro “branco” e fez amizade com ele. Era uma boa pessoa e perguntou se ele não queria trabalhar pra ele, oferecendo o trabalho no garimpo. O homem disse a João: “Você vai ficar rico, Bugre”, que era assim que o homem chamava seu avô.

Então, João Arrezomãe foi para outra cidade para trabalhar no garimpo, onde combinou o serviço com o chefe do garimpo, o senhor Belino, que se tornou seu amigo também. Belino, sempre ajudava no que ele precisava e dedicava muito do seu tempo todo cuidando dele por causa do preconceito e defendendo ele por tudo. O Belino dizia sempre para ele: “Nós vamos caminha junto e trabalhar junto, se não nós vamos morrer de qualquer jeito. Precisamos se defender um com outro”.

João Arrezomãe não dormia bem a noite, porque tinha que dormir armado; não pode andar desarmado porque não podia ficar sem arma. Ele conta que, no café da manhã, quando todos os garimpeiros estavam juntos alguns que não gostavam dele ameaçavam ele. Os Garimpeiros começavam a xingar e diziam: “Ô bugre, você não é nada! É como animal; tá usando arma, mas não sabe atirar, Bugre nojento!”. Riam na cara dele, mas, seu amigo Belino, batia forte na mesa pra chamar a atenção dos garimpeiros e defendia dizendo: “Olha aqui, cara sem vergonha! O nome dele é João, você não é ser humano?”.

Então resolveram testar João Arrezomãe para ver se ele atirava bem, então, colocaram um lata de 20 centímetro para atirar; primeiro o garimpeiro atirou e errou o alvo, depois, João puxou sua arma, se ajeitou e atirou bem no meio da lata e todo mundo ficou assustado. E todos falaram: “Pôooo!! Inacreditável, João, você é rápido né!”. Outros contaram esse fato para os colegas e todos ficaram com medo dele e diziam: “O Bugre é perigoso; ele é rápido para atirar e acertou a lata!”. Assim ele começou a trabalhar em paz no garimpo, onde ficou sete

anos trabalhando com amigos.

Quando senhor Belino deixou o garimpo, despediu ele, que pode voltar para sua aldeia. Antes de ir embora, Belino disse: “João, se eu vou embora, eles vão matar você”. João, então, queria voltar para sua aldeia, mas, já namorava uma moça que trabalhava na lanchonete. Ela era a filha do chefe da lanchonete e namoravam há três anos.

João contou sobre a sua namorada, falando que ela era linda, com cabelo comprido e tinha 18 anos de idade. Ele disse: “Ela era maravilhosa, bem branquinha; eu nunca vi assim uma menina branca”. Ele estava comprometido com ela; eram noivos. Pensou bastante para voltar para casa, pois ele estava com ouro que tinha pegado no garimpo; pensou bem e desistiu do casamento com a branca. Ele pensou: “Se eu casar com a branca, ninguém vai cuidar do meu povo; vou voltar”. Deu graças por não ter tido com ela.

O Sogro continuou insistindo para ele se casar com a filha dele e disse que daria a loja para João. “Vou dar minha loja, vou dar mercadoria, o que eu tenho vou dá tudo para vocês; vão administrar a nossa empresa, aceita João!”, disse o sogro. João respondeu: “Não! Só que vou deixa 20 pila de ouro para sua filha”. Depois decidiu e voltou na sua aldeia, já com 24 anos de idade, e restou só 40 pila de Ouro; com isso comprou um cavalo, roupas, espora, calçados, armas e outras e voltou na aldeia.

Voltando para sua casa, lutando pelo seu povo

Quando chegou na Aldeia reconheceu a madrasta e seu pai ainda estava vivo, então, ficou um ano morando com o pai. Depois, voltou a trabalhar no garimpo, agora, com o pai, a madrasta e suas irmãs, Clarice Maria Batista e Emília e um menino, chamado Narciso Kazoizaese. Trabalharam no garimpo na cidade de Nova Maringá. Enquanto trabalhavam, a madrasta e as irmãs ficavam com os brancos (Imuti). As mulheres eram abusadas pelos não indígenas. Só um mês ficou trabalhando com seu pai, pois ele faleceu logo que chegaram para trabalhar no garimpo. Lá mesmo, longe da aldeia, fizeram o enterro do seu pai.

Continuou a trabalhar no garimpo, mas a situação da madrasta e das irmãs continuava a mesma, sendo abusadas pelos garimpeiros imuti. João então pensou: “De repente fico triste, preocupado com elas; se continuar assim logo vamos morrer; melhor mandar elas voltar na aldeia.”. Assim fez e ficou três meses no Garimpo, sozinho, então decidiu também voltar para

a aldeia. Voltou a morar na aldeia, agora com 25 anos de idade e era o ano de 1956. Ele foi o primeiro garimpeiro indígena do Povo Haliti Paresi, por isso que o nome dele ficou conhecido como “João Garimpeiro Arrezomãe”.

Chegou na aldeia Zanakua, onde tinha poucas pessoas morando, só uma família. A maioria das pessoas tinham sido levadas para Utiariti; as crianças, as mulheres, até a esposa de João e a irmã Clarice foram levadas para Utiariti. Os padres jesuítas levavam os indígenas para estudar na Escola Utiariti, um Internato da missão dos jesuítas. Quando chegou na aldeia, meu avô, João Garimpeiro Arrezomãe, perguntou ao chefe da aldeia: “Cadê seus filhos?”. A resposta foi: “Nossos filhos, os padres levaram tudo para estudar, porque é a ordem dos Padres; nós estamos muito tristes.”. O chefe da aldeia contou ainda, para João, que seu tio herdeiro, o Marciano Zozokewani, não deixava levar as mulheres e crianças; ele chutava os padres para fora, mas ele apanhou muito e acabou falecendo. João disse: “Não preocupa, meu povo, vou resolver agora mesmo!”. João ficou zangado, porque não esperava isso. No dia seguinte, de madrugada, fez sua matula, montou no seu cavalo, e saiu da aldeia Zanakua para Utiariti para buscar as meninas.

Quando chegou em Utiariti, perto de meio dia, viu a escola construída com um portão para não entrar qualquer pessoa; lá viu um guarda fardado, segurando uma burduna na mão, o nome dele era Dyabado, João Arrezomãe chegou e disse: “Eu quero ver minha irmã, quero tirar ela daqui porque ela não pode misturar com outras etnias. Os padres disseram: “Não Pode entrar! Aqui não é permitido visita; pode voltar, se não voltar você vai morrer!”. João Respondeu, então: “Você não é padre; você vem de outra terra; são, é, criminosos; se você me ameaça, então todos os Paresi, vão dar tiro no você agora mesmo!”. Então, de repente, os padres ficaram assustados e ficaram com medo; não falavam nada. Entraram para dentro do internato, chamaram o João e disseram que ele podia levar todas as crianças e as meninas no dia seguinte, mesmo. João disse que viria de carro para levar todos de uma vez.

Nunca se conformou em ver seu povo humilhado e desrespeitado em sua dignidade, sua cultura sendo dizimada, seu território ancestral invadido e destruído. Um fato marcante de sua trajetória de vida foi este embate com os padres da Missão que mantinham o Internato de Utiariti: o inferno na terra, para os Haliti Paresi. Quando reunia as crianças, no início da noite, contava histórias. E sobre Utiariti, dizia: “Os padres matavam a alma Haliti; não podiam ser

índios no Utiariti”, repetindo esta história várias vezes João Arrezomãe, ao redor da fogueira, mesmo com a voz já enfraquecida pelos muitos anos de luta e guerra pelos direitos indígenas. Mas, não era uma boa lembrança, pois, lembro que ele era triste quando contava as histórias sobre Utiariti e os padres que maltratavam os indígenas.

João Arrezomãe narrando histórias para crianças ao redor da fogueira
Fonte: Edicléia Paresi, 2022



Foi assim que ele decidiu se movimentar e lutar pelo seu povo. Era capaz de fazer sua luta e defender seu povo com a voz firme e alta. Essa é a história que meu avô me contou no ano de 2015.

João Garimpeiro Arrezomãe: a liderança Haliti Paresi

Conhecido como “João Garimpeiro”, João Arrezomãe teve sua história marcada pelo trabalho braçal e mal remunerado entre os “brancos” e seu apelido, como narrado acima, por ele mesmo, se deve ao fato de ter trabalhado em garimpos fora de terras indígenas.

Quando voltou para a aldeia Paresi, “Seu João” passou a dialogar com os parentes sobre a importância da defesa de seus direitos: direito à terra e direito da prática de sua cultura tradicional. Foi um incansável defensor da Escola formal como um espaço de trabalho e fortalecimento da cultura. Para ele, a escola não podia servir para transformar índios em

cidadãos “civilizados”, mas, ao contrário, a escola na aldeia devia trabalhar para fortalecer a cultura tradicional, sem perder de vistas a necessidade de instrumentos para dialogar e negociar com a sociedade ocidental.

João Arrezomãe, sempre que podia participava dos cursos de formação de professores e sempre fez questão de proferir suas crenças na valorização da cultura e insistir para que a escola trabalhasse a língua materna e as práticas tradicionais. Seu João, sentava na sala e acompanhava os trabalhos para melhoria dos trabalhos na escola. Nunca deixou de, em algum momento, se levantar e, na língua materna, orientar e aconselhar os professores Haliti Paresi para nunca deixarem de falar a sua língua e nunca deixar de falar para as crianças da importância dos mitos e práticas tradicionais que formam a pessoa Paresi.

Imagem 08 - João Arrezomãe participando da abertura de Etapa Presencial do Projeto Tucum, ao lado de Deputados Estaduais e outras lideranças



Fonte: Facebook/aldeia rio verde, 2022

Não cansava de participar de reuniões com políticos para pedir melhores condições de vida para seus parentes. Viajava muito em função de sua luta pelos nossos direitos. Se dirigia a muitas autoridades e fazia documentos, ou melhor, ditava o conteúdo das reivindicações para alguém colocar as letras no papel, pedindo para políticos não deixar de lado as comunidades indígenas, porque, como ele dizia, a terra originária é dos indígenas; ele dizia que foi “o branco” que invadiu a terra dos índios.

Imagem 09 - João Arrezomãe acompanhado de outro ancião Haliti Paresi participando de evento oficial



Fonte: facebook/aldeia rio verde, 2013

Vestido com uma espécie de capa feita de couro de onça, com seu lindo cocar, segurando seu arco e flecha e usando seus enfeites tradicionais Haliti Paresi, João Arrezomãe falava forte com todos os chefes da FUNAI, Prefeitos, Secretários, até com governadores. Foi a Brasília várias vezes para buscar recursos e formas de melhorar a vida dos Haliti Paresi. Brigou bastante por causa das grandes plantações de soja em volta da área indígena, pois os venenos, como ele dizia, fazia muito mal para a saúde das pessoas. Falava duro com os parentes que queriam também plantar soja na terra indígena e não aceitava essas ideias. Ele não só defendia os Haliti Paresi, mas era uma liderança que defendia os direitos de todos os povos indígenas.

Para os Haliti Paresi, João Arrezomãe foi um grande estadista, pois, com sua capacidade de falar duro, sua inteligência, coragem e habilidade para diálogo, conseguiu avançar muitos acordos com políticos, chefes, governantes de Mato Grosso e da União que deu importantes conquistas para o povo Haliti Paresi. Como afirma Rony Azoinayce (2022), (...) ele foi uma pessoa fundamental para garantir a questão de demarcação das terras indígenas juntamente com outras lideranças, e nessa trajetória acabou surgindo outras lideranças mais jovens e intelectuais”.

Não podemos esquecer de esclarecer que ele ficou muito triste com a aproximação das grandes fazendas. Era um tempo ruim, em que os não índios acabavam seduzindo os rapazes Haliti Paresi dando bebidas e fazendo eles ser viciados no álcool. As fazendas contratavam os indígenas para trabalhar, mas eles eram explorados como peões; as moças eram levadas para

trabalhar em serviços de limpeza nas fazendas, mas, também eram usadas para sexo com não índios das fazendas. Isso entristecia muito o grande líder.

Imagem 10 - João Arrezomãe à frente de uma *Hati*, falando para seu povo



Fonte: Plano de Gestão Haliti Paresi, 2019

No ano de 1999 foi oficializado como servidor da FUNAI, trabalhando como agente da saúde, cargo que favoreceu sua aposentadoria como servidor público. Um direito e uma forma de agradecimento por tudo que fez pelos povos indígenas.

Por volta do ano de 2018, João Arrezomãe começou a ficar doente, no mês de março e foi para o hospital. Tinha muito líquido no pulmão, porque ele fuma muito, e, assim, começou seu grande problema de saúde. Teve derrame pleural, e teve que fazer uma pequena furadinha para tirar o líquido do pulmão e colocar um dreno na cavidade pleural para sair todo o líquido que tinha no pulmão. Ficou 15 dias internado no hospital. Seu filho mais velho já tinha se envolvido com a religião evangélica e, na sua aldeia, fazia toda semana orações para a cura do pai; ele, evangélico, prometeu fazer uma igreja na aldeia. João Arrezomãe, muito doente, já falava pro filho: “Não pode mais envolver com evangélico, porque você vai deixar o nosso lado, tão importante. Evangélico não é de nós, é só pra acabar com Paresi; você quer voltar lá

de atrás; por favor filho, deixa os evangélicos!”. Foi assim que deixou sua fala para seu filho Juvenal. Depois, no dia seguinte no hospital, ele contou isso para mim: Sonhei muita coisa; parece que nós tava voado dentro da peneira e passando por todas aldeias do celestial. Aí vimos uma aldeia Wazare, a grande aldeia do celestial. Nós voltamos, então, acordei e pensei que era verdade, mas era meu sonho. Voltei do sonho, mas pediu pra fazer pequena oferenda, o mais rápido possível.”. Foi nesse dia que ele melhorou e saiu do hospital.

Quando chegamos na casa (Hati) nova tradicional, reunimos toda a família e decidimos que todos íamos cuidar de nosso avô. Ele disse que não foi fácil e que nasceu de novo e pediu a todos uma pequena oferenda, para fazer a festa dele no mês de junho. Depois de passado algum tempo, já mês de julho, esquecemos e desobedecemos o que ele pediu, então, ele voltou a adoecer. Ele estava muito fraco e os pajés estavam cuidando dele porque seu espírito estava fraco. A festa dele foi preparada e todos chegaram para a festa dele. Ainda não muito bem, a pressão as vezes alta e as vezes baixa, quando seu irmão Narciso chegou ele disse: “Oi irmão; não pode esquece a nossa cultura; tem que fazer a fogueira dentro da sua casa porque a fogueira é pra nos fazer alimento. Nunca deixa nossa flauta sagrada.”.

Imagem 11 - João Arrezomãe já envelhecido



Fonte: Facebook/Opan, 2022

Essa fala para seu irmão demonstra o quanto João Arrezomãe se preocupava com o fortalecimento e valorização da cultura tradicional Haliti Paresi. Mesmo se aproximando de

sua despedida da vida, ele se preocupava em aconselhar as pessoas sobre a importância de deixar a cultura tradicional sempre viva.

Todos os familiares convidados chegaram para a festa dele, e todos ficavam ao lado dele e se preocupavam e ficavam triste se ele não comia.

Mas, João Arrezomãe, muito fraco, continuava a dar seus conselhos aos parentes e dizia: “Quando eu for, não quero que proibiam a brincadeira das suas vizinhas; nunca deviam proibir alguém de fazer a festa tradicional. Deixo bem claro para nós todos, para que parem de brigar entre vocês. Tem que ajudar o próximo, os seus parentes; não pode invejar de outro, porque tudo que ele tem, é dele. Única coisa que sou contra é a lavoura. Porque é muito perigoso! Outro dia vai acontecer de Paresi matar Paresi por causa do dinheiro, por isso sempre sou contra lavoura; não quero levar risco para vocês.”. Foram palavras e conselhos inesquecíveis.

No dia seguintes, a noite, voltou a passar mal e já tinham chegado os festeiros da aldeia Kamãe, que até já tinha começado a cantar com a flauta sagrado. De repente, chamou minha mãe e disse: “Quando eu for, não pode chorar, como desmaiado 1 hora por aí, só que não pode chora”. No dia seguinte, saiu no pátio para o cerimonial usando uma cadeira de rodas e chamou novo nome dele. Depois que terminou a festa, os festeiros foram embora de manhã, e João Arrezomãe pediu para seus netos: “Vem meus netos, pode me colocar no rio para banhar na minha última despedida.”. Quando subiram do rio, colocaram ele na rede e logo em seguida respirou pela última vez. Assim finalizou a história dele

O grande cacique faleceu no dia 16 julho do ano de 2018, mas suas palavras e pensamentos ecoam ainda muito forte entre os Paresi, principalmente seus pensamentos sobre a educação escolar indígena e da nossa cultura. Nós, Haliti Paresi, acreditamos que a terra, a água e o ar que formavam o corpo e alma do cacique João Arrezomãe voltou às suas origens na Aytio (Ponte de Pedra), onde se juntou ao clã de Wazáre, o primeiro Guerreiro

Que *Enoré e seus filhos Zokozokero e Emazahare*, e os primeiros chefes Haliti do mundo exterior, Wazáre, Kamazo, Zakálo, Zalóya, Zaolore, Kóno, Tahóe, Kamaihiy dancem e bebam com ele em uma eterna *Olóniti Kalóre*.

Imagem 13 - João Arrezomãe



Fonte: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2018>

João Arrezomãe: o eterno e sábio mestre

Toda fala de João Arrezomãe era uma fala de ensinamento. Até quando narrava os mitos e histórias tradicionais Haliti Paresi, ele ensinava sobre o bem e o mal e como um verdadeiro Haliti deve se formar como pessoa. João era muito experiente, viveu dias difíceis, lutou muito e dialogou muito com políticos, com lideranças de outras etnias e tantas pessoas na sua vida, então, sempre teve muito o que ensinar. Em certa ocasião, quando perguntado sobre as maiores ameaças que já havia enfrentado na vida, João Arrezomãe assim respondeu:

O maior inimigo de nós, indígenas, não são nem os fazendeiros, seringueiros e nem os garimpeiros, que a gente sabe que são inimigos que querem acabar com a gente mesmo se puderem. Os maiores inimigos dos indígenas são aqueles que se aproximam de nós como amigos, como faz os políticos e os brancos religiosos. Esses, sim, matam a gente por inteiro, eles matam a nossa alma. (JOÃO ARREZOMÃE, s/d)

Junto com outras lideranças e, principalmente, com Daniel Matenho Cabixi, João Arrezomae fez muitas “guerras” com governantes na defesa dos povos. Lutou para reagrupar seu povo que foi sendo espalhado por causa das ações das missões religiosas e também das ações governamentais e do avanço das lavouras e pastagens ao redor da área. Área indígena que foi sendo espremida e “roubada”. Lutou muito para demarcação da área indígena Haliti Paresi assim como para preservar cultura tradicional.

Conforme relato de Francisca NAVANTINO, a Chikinha Paresi, seu João era muito ativo na luta pelos direitos dos indígenas, não só para Haliti Paresi, mas se sensibilizava com a luta de outros povos também. Segundo ela, João Arrezomãe não se intimidava diante de qualquer autoridade e sempre era recebido por políticos importantes. Ela relata de situações, reuniões, debates e lutas que compartilhou com seu João desde final da década de 1970: “Na capital federal encontramos com lideranças de vários povos, e a maioria já conhecia seu João Arrezomãe e sua luta pelo território. Era recebido por autoridades do governo para falar dos problemas do seu povo, e da situação de conflitos”.

João Arrezomãe foi bem atuante nas lutas para garantia legal dos direitos indígenas no Brasil, como continua relatando Chikinha Paresi. Participou ativamente dos movimentos e lutas para inserir direitos indígenas na Constituição Federal de 1988. “E passados os anos, com o movimento pró-constituente, ele também nos acompanhou para a manifestação em Brasília, na mobilização indígena por uma constituinte que contemplasse os direitos dos povos.”. (ANGELO, 2022)

Continuando com suas memórias da convivência e lutas ao lado de João Arrezomãe, Chikinha Paresi narra a seguinte passagem:

Outro momento importante dele que pude acompanhar foi na luta por educação, após a Constituinte de 1988, e da LDB se inicia no país uma nova perspectiva de direitos, a educação escolar indígena. Ele nos acompanhou para reivindicar mudanças na educação juntamente com o líder Daniel. Lembro-me de um momento em que o movimento indígena reunido em Brasília, reivindicava que a educação fosse atender a realidade das aldeias, ele falava no idioma com muita firmeza que o chefe do setor de educação do MEC recebeu a comitiva. E assim foi em vários momentos de luta para a reivindicação dos direitos e de ações para a melhoria da qualidade de vida do povo Haliti-Paresi (ANGELO, 2022)

Além de sua eterna luta pela Terra originária dos Haliti Paresi (e de outros povos também), João Arrezomãe sempre defendeu o fortalecimento da cultura tradicional de seu povo. Sempre falou forte para crianças e jovens da necessidade de manutenção da língua materna e dos rituais sagrados Haliti Paresi.

Quando ele era vivo, aprendi muita coisa boa com ele; deixou boas lembranças para todos nós; aprendi com ele toda parte de valorização da nossa cultura ao lado da do não indígena; também ensinou, nós professores indígenas, que precisa trabalhar na língua materna. Ele sempre participava dos cursos de formação e contribuía com seu pensamento para com a educação escolar Indígena. Quando estávamos no Projeto Tucum ele dizia: “tem que aprender língua portuguesa, mas, não é pra esquecer a nossa cultura; estuda, mas não fica igual ‘branco’; aprende para ajuda seu povo e não ficar sofrendo; importante pra vocês que vão um dia lutar com os brancos, defender nossos diretos. (PEDRO NAZOKEMAI, 2022)

A cultura e a língua também eram uma preocupação, pois temia que com a aproximação da sociedade envolvente, ou seja, dos *imoti*, nas cidades e nas aldeias, isso poderia influenciar os jovens. Por isso, gostava de receber os visitantes com as crianças vestidas conforme os trajes, os costumes Haliti-Paresi. (ANGELO, 2022)

O Cacique Estevão Kenazokae, genro dele, também lembra que João Arrezomãe sempre fez questão de falar aos Haliti Paresi sobre a preservação da cultura tradicional e também falava que lutou muito para demarcação do território. Segundo Cacique Estevão, João dizia:

Não deixa a nossa cultura morrer; se vocês fica assanhado, vocês próprios fica sofrendo na mão do não indígena, mas graças a eu, vocês tem boa vida para hoje. Se não, tinham jogado todos os Paresi na Amazônia por causa da terra, mas agora vocês tem que valorizar a nossa cultura. Ele fala com a voz alto para defender o que ele tinha.

O Cacique Juvenal Azomaré, ao dar entrevista para este trabalho, lembra que João Arrezomãe falava sempre da valorização da cultura Haliti Paresi. Segundo Juvenal, ele “sempre estava cobrando, pois não queria que os jovens esquecessem a cultura. Fazia questão, mesmo já de idade participava de todos os rituais. Sua vida era incentivar o seu povo a praticar a cultura e ensinar os mais novos sobre a história do seu povo.”. Nesta mesma perspectiva, o professor Alexandre

Seu filho, Carlito Okenazokie, também faz questão de reafirmar o que João Arrezomãe dizia:

Nos seus últimos momentos, ele me deixou para mim ficar no lugar dele pra continuar com ensinamento ‘não esquecer a minha cultura; educação é importante pra nós os nossos filhos e netos tem que educar o que nós aprendemos da nossa cultura; não deixa, principalmente a nossa língua, cada vez a minha preocupação é com nossas crianças porque nós vamos saber lidar com tecnologia e vamos perder o que nos tem. Educação diferenciada é muito importante pra nos.

Professora Nilce Zonizokemaerô atualmente é Coordenadora Pedagógica, pela SEMEC de Tangará da Serra, de todas as escolas em área Haliti Paresi de Tangará da Serra. Na entrevista, esta professora falou bastante dos aconselhamentos de seu João. Lembrou das vezes que dizia que os indígenas devem ir para a escola para aprender a ler e escrever, pois, segundo ele, como ela conta, “Através da escrita, você aprende escrever e fazer documento. E busca seu direito na sociedade de não indígena e busca aprender alguma coisa e aprender escrever e ler para buscar o direito do seu Povo.”. Mas, sempre falava, até nos encontros de formação de professores que a cultura Haliti Paresi é importante também na escola para os indígenas.

Ele é uma grande sabedoria; fala com precisão sobre a questão de escola indígena; ele disse também que a gente nunca deve esquecer a nossa cultura ao trabalhar os dois conhecimentos: trabalhar o conhecimento do tradicional povo Haliti Paresi e conhecimento do não indígena., porque ao conhecimento indígena é uma ferramenta da defesa do povo Indígena. (NILCE ZONIZOKEMAERÔ)

João Arrezomãe na Formatura da primeira Turma do Terceiro Grau Indígena, acompanhado de Francisca NAVANTINO (Chikinha Paresi) que explicava a cerimônia



Fonte: Imagem cedida por Francisca Navantino, 2022

A educação escolar sempre foi uma preocupação de João Arrezomãe e, nos cursos de capacitação, promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, ele fazia questão de falar aos professores.

O pensamento do seu João e ele falava para nós: “quando você estuda na aldeia, aprende e própria sua aldeia e no trabalho de professor, não deixe sua comunidade. Estuda, mas não vira igual branco; compreende o modo global, mas, nunca esquece a nossa cultura. Tem que compreender os dois lados, não pode aprender só um lado; vocês têm que aprender os dois lados e defender seu direito com mais firmeza. Dê educação, mas nunca deixe a nossa cultura; precisa sempre valorizar a nossa cultura e preservação da natureza.”. Assim ele falava para nós, professores. (IVÂNIO ZEKEZOKEMAE, 2022)

Quando tinha curso de formação, em 2003, eu me lembro que ele dizia para trabalhar na língua materna dentro da sala de aula, até nós professores trabalhando com a disciplina de Ensino Religioso, tinha que trabalhar na língua materna. Através da ideia do cacique geral dos Haliti-Paresi, é que fomos cada vez mais fortalecendo nossa língua materna e a nossa cultura, porque as crianças têm que ter os dois conhecimentos, mas para não esquecer a nossa cultura; sempre vai ter valorizado a cultura, mas também vai saber defender os nossos direitos. (ANGELO KEZOMAE, 2022)

Se observarmos, com olhar ocidental, podemos até concluir que seu João Arrezomãe era repetitivo nas suas falas e ensinamentos, insistindo sempre na preservação da cultura tradicional e no fortalecimento da língua materna. Mas, precisamos lembrar que na tradição indígena a repetição é um meio de ensino e aprendizagem, o que para as propostas didáticas

da sociedade ocidental não seriam muito aceitáveis. Peggion (2003), quando trata de algumas dificuldades de aceitação da proposta pedagógica do Projeto Tucum, esclarece que: “Questões aparentemente sem importância, não fossem as sociedades indígenas pautarem seus processos de aprendizagem em sistemas de observação e repetição, que, em nossa sociedade, são considerados ‘ultrapassados’.”.

Esse seu jeito de professor, um mestre, é reconhecido por Genilson Kezomãe, como relata em seu depoimento dado para coleta de dados desta pesquisa.

João Garimpeiro, teve que fazer sua missão e defender as comunidades indígenas e nossa tradição, no lado tradicional; ele foi sempre um professor no sentido de ele conhecer todos os traços culturais tradicionais, costume, mitologia e toda a parte do Sagrado do Haliti Paresi; ele transferia para os filhos, sobrinhos e para povo de forma geral tudo que sabia, então, ele é um professor! Professor porque não só tinha prática, mas ele não só ensinava como também transferia a responsabilidade para as pessoas vindo na sequência das novas gerações. (2022)

Enfim, podemos dizer que seu João Arezomãe praticava uma PEDAGOGIA TRADICIONAL INDÍGENA.

CAPÍTULO V

DANIEL MATENHO CABIXI. LIDERANÇA AUTODIDATA



Fonte: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/daniel-cabixi-paresi/>

Daniel Matenho Cabixi, marcou a história do movimento indígena brasileiro e mato-grossense, quando levantou a bandeira dos direitos pelo território, pela melhoria da saúde e da educação escolar. Assim como numa luta por autonomia e determinação. Foi um verdadeiro estadista do seu povo. (ANGELO, 2022)

Nesta seção dedicada ao líder Daniel Matenho Cabixi, pretendo escrever um pouco de sua história de vida e um pouco da história de sua luta na defesa da população Haliti Paresi. Vou relatar os fatos que estão escritos na Monografia de Especialização de Rony Azonayce (filho de Daniel), apresentada e aprovada no Curso de Especialização da UNEMAT, no ano de 2010, em cujo documento há uma boa explanação do pensamento do grande líder. Rony foi fazendo perguntas e Daniel foi respondendo com suas palavras, sobre sua vida pessoal, sobre seu povo e, principalmente, o que pensava sobre educação escolar em terras Haliti Paresi. Este trabalho de Rony Azonayce não está publicado em lugar nenhum, só tive acesso porque ele mesmo me enviou. É documento muito importante, porque Rony Azonayce pesquisou muito e reuniu documentos oficiais e registros da participação de Daniel em diversos eventos nacionais e internacionais. Então, esta é minha referência principal.

Daniel foi um grande pensador da causa indígena e, assim, tem várias publicações de sua autoria, entrevistas em jornais, sites, as quais fontes também vou usar para escrever aqui os seus pensamentos;

Conforme o próprio Daniel Matenho Cabixi relata em Azonayce (2010), é pertencente ao subgrupo Kozarini, nascido no dia 14 de março do ano de 1953, na aldeia Zanakua, à margem esquerda do Rio Verde, no território originário do povo Haliti Paresi, Tangará da Serra-MT. Continua relatando que até dois anos de idade, conviveu com sua mãe, mas, em função de muitas dificuldades de sua sobrevivência, foi entregue à Missão Jesuíta, para ser criado no Internato de Utiariti, pois seu João Arrezomãe considerou que ele seria melhor cuidado pelas irmãzinhas da Missão. Sua mãe era viúva e vivia andando de aldeia em aldeia. Daniel, bebezinho, era barrigudinho e desnutrido, mal cuidado, então, na Missão ele teria melhores condições para manter sua vida. Ele pensa que não sabe se foi bom ou ruim para ele, porque, como afirmou para Azonayce (2010, p. 39), “eu não tinha discernimentos de absolutamente nada, e inclusive não falava o idioma do povo, apenas começava dizer as primeiras palavras e hoje não posso avaliar com alto grau de clareza se isso foi ruim pra mim”.

Segundo ele narrava, da vida no Utiariti, os indígenas eram obrigados a seguir os rituais e sistemas da missão religiosa, assim, aprendeu a obedecer normas e valores da religião católica, ou seja, seguiu os rituais de batismo cristão, da crisma, da primeira comunhão, etc. As festas religiosas da Páscoa, Natal, Corpus Christi e do padroeiro dos jesuítas, Inácio de Loyola passaram a ter significado importante para ele.

A missão jesuítica coordenou o trabalho de escolarização no processo pedagógico de civilização e evangelização, e quando as crianças chegavam ao internato, inicialmente as irmãzinhas da Congregação se dedicavam as meninas, e os padres aos meninos. (ANGELO, 2018, p. 260)

Foi na Missão Jesuíta de Utiariti que Daniel iniciou sua vida escolar, aprendendo a alfabetização em língua portuguesa, já que nem mais sabia uma letra de sua língua originária. É bom lembrar que, naquele internato haviam crianças de diferentes etnias, assim, a língua materna era dificultada e sequer podiam manifestar os conhecimentos de suas raízes culturais.

No ano de 1961, como relatou a Azoinayce Paresi (2010), Daniel sofreu um grave acidente, caindo de um trator e ficou com risco de morte, foi quando os padres enviaram ele para a Prelazia de Diamantino. Lá ele foi tratado e acabou continuando seus estudos naquela

cidade e, no ano de 1962, deu continuidade a seus estudos no Lar do menor, um tipo de internato para crianças que moravam distante da cidade, onde não tinha escola para estudar depois que terminava os anos iniciais de estudos.

É importante registrar um emocionante relato de Daniel Matenho, feito a Azoinayce Paresi (2010), ao falar do que sentia quando viajava entre Utiariti e Diamantino.

Quando a gente fazia viagem do Internato Utiariti com destino a Diamantino passávamos em algumas aldeias Paresis. Sabia que a minha mãe, primos, tios, minhas tias e primas moravam na aldeia, então quando eu passava acabava tendo contato com eles, eu ficava sem jeito por estar habituado a viver e ver um outro sistema de mundo no internato, diferente da vivência da aldeia. (p. 40)

Daniel, aos 14 anos, novamente sofre acidente gravíssimo que o levou para a capital, Cuiabá, pois acabou perdendo seu olho direito. Mesmo assim, continuou seus estudos no internato, só que, aos 16 ou 17 anos, já passava férias com sua mãe e seus parentes na aldeia Rio Verde. Estranhava muito, porque no internato tinha regra e hora para tudo e os valores dos padres e professores eram muito diferentes dos que via na rotina da aldeia.

No ano de 1971, em férias na aldeia Rio Verde, o Irmão Vicente Canãs (padre que vivia entre os indígenas e defendia estes) o chamou e alertou para a difícil situação vivida pelos indígenas. Conforme seu relato a Azoinayce Paresi (2010), o religioso falou das doenças, falta de adequada alimentação, terras sem demarcação e que, alguns historiadores e antropólogos previam o desaparecimento da nação Paresi. Daniel Matenho ficou preocupado e continuou ali na aldeia e continuou suas conversas e diálogo com o missionário Canãs, conforme esclarece:

Como já disse anteriormente o missionário Vicente foi o principal estimulador para que eu entrasse nesta batalha infinita que denominamos “lutar pela questão indígena”. Passando a ser a minha principal referência de segurança, parece que eu estava renascendo novamente, porque eu estava acostumado a ter uma série de proteção e de repente sair deste mundo e ir para o outro mundo que eu não tinha nenhuma referência sólida, era tudo instável, inseguro e assim acabei me apegando nesses missionários, foi como uma salvação e esperança. (p. 44)

Daniel passou a discutir sobre as dificuldades vividas pelos indígenas e, junto com outras lideranças, em especial com João Arrezomãe, começaram a procurar autoridade, a

FUNAI, em busca de melhorias para os indígenas. Daniel tinha o dom da palavra e conseguia conversar direito com autoridades. Participava de várias reuniões e em vários organismos brasileiros, falando de suas ideias a respeito de direitos indígenas. Foi convidado a dar palestras em universidades brasileiras e até fora do Brasil e deu várias entrevistas falando do assunto.

Defendia bravamente que o Brasil é um país onde se vive povos diferenciados, com suas especificidades e características próprias, com línguas, crenças, culturas, saberes e tradições milenares, que clama pelo direito de ser diferente habitando seus territórios tradicionais. (MOREIRA, 2017, p.1)

No ano de 1979 o governo brasileiro não expediu o passaporte a Daniel Matenho Cabixi para que ele pudesse viajar até Puebla, no México, para participar da III Conferência dos Bispos Latino-Americanos, a convite do próprio Papa João Paulo II. O governo brasileiro, que vivia a época da ditadura militar, afirmou não ter competência para expedir passaporte para índio. Neste mesmo ano, o Boletim Nimuendajú publicou interessante reportagem com os pensamentos de Daniel Matenho Cabixi. Segundo a redação deste boletim, seriam as ideias que Danielalaria para os bispos na Conferência.

Com seu jeito bom de falar dos direitos indígenas, foi convidado a representar os indígenas brasileiros na ONU, no ano de 1985, na cidade de Genebra, na Suíça. Foi o primeiro indígena do Brasil a representar os Povos Indígenas do Brasil na Conferência “em Defesa dos Povos da Floresta” ITÁLIA, 1990 e posteriormente na MALÁSIA – 1992. Foi representante do Comitê Intertribal, na III Reunião preparatória para a UNCED/92 Genebra (Suíça), pela ONU no ano 1991. (AZOINAYCE PARESI, 2010)

Imagem 16 - Daniel Matenho Cabixi, junto aos demais membros Comitê Intertribal numa conversa com o Ministro do Meio Ambiente em 1992



Fonte: Imagem cedida por Francisca NAVANTINO, 2022

Com o dom da palavra, também escreveu livro e muitos artigos. Só para citar alguns que tivemos acesso, em 1981, pela Editora Brasiliense, publicou um artigo, intitulado “Educação do grupo Paresi”, compondo a obra “A questão da Educação Indígena”, com apoio da Comissão Pó Rondon-SP. No ano de 1984 publicou o livro “A questão indígena”, pelo Centro de Documentação Terra e Índio. Publicou o artigo “Educação escolar entre os Pareci, Nambikwara e Irantxe no contexto socioeconômico da Chapada dos Parecis – MT”, compondo o livro intitulado “Questões de Educação Escolar Indígena: da formação do professor ao projeto de escola”, no ano de 2001.

Dizia ele que, a educação escolar tem que ser no contexto sociocultural, tem que fortalecer a língua e a identidade. Por isso, a sua participação na constituinte e também em diferentes conferências, fóruns e seminários internacionais e nacionais sobre a educação foram determinantes para o processo que temos hoje na educação escolar. Suas críticas ao modelo educacional implantado desde as missões, o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) para os povos indígenas contribuíram para as mudanças pós constituinte na educação escolar. (ANGELO, 2022)

Imagem 17 - Daniel Matenho Cabixi participando de evento na aldeia e sendo entrevistado pela imprensa



Fonte desconhecida

Com seu potencial de fala e de argumentações, com sua inteligência, exerceu vários cargos oficiais. No ano de 1986 foi nomeado pela FUNAI para exercer o cargo de Chefe de Posto Indígena (PIN) em terras Paresi. Entre 1989 e 1990 foi nomeado Coordenador da CAIEMT (Coordenadoria de Assuntos Indígenas do governo do Estado de Mato Grosso), pelo então Governador Carlos Bezerra. Assumiu a Chefia do PIN na Terra Indígena Cabeceira do Sacre, no ano de 1991, conforme aponta Azoinayce Paresi (2010). Nos anos 90, participou como membro do Comitê de Educação Escolar Indígena do MEC (Ministério da Educação e Cultura). No ano de 1999, foi nomeado pelo Presidente da FUNAI, Márcio Lacerda, para assumir o cargo de Administrador Regional da FUNAI em Tangará da Serra.

Enfim, Daniel Matenho Cabixi, teve uma brilhante carreira, não sem luta, não sem conflitos, não sem ganhos. Bom destacar seu depoimento a Azoinayce (2010) sobre o que considera muito importante na sua trajetória.

No entanto, a minha participação na fundação do CEEI (Conselho de Educação Escolar Indígena Estadual), foi a concretização de um dos meus sonhos que tanto almejava, pois, sempre entendi, que através da educação escolar indígena, seria possível materializar instrumentos que poderiam contribuir no processo e na busca da autonomia e da auto-determinação dos

Povos. Os resultados palpáveis só poderão ser sentidos e avaliados, dentro de alguns anos mais; no sentido de que esses projetos políticos educacionais tragam resultados concretos aos indígenas. (p. 69)

Imagem 18 - Daniel Cabixi discursa na inauguração da Maloca Museu, na Aldeia Formoso, na presença do Presidente da FUNAI



Fonte: Francisca NAVANTINO, 2001

Como podemos observar, seu empenho em relação a educação escolar em terras indígenas para que a escola se tornasse uma ferramenta de conquista de autonomia indígena e de respeito à tradição cultural foi uma de suas bandeiras de luta.

Sua luz espiritual se apagou no dia 16 de novembro do ano de 2017, depois de muito lutar com seus problemas de saúde, mas seus ensinamentos e suas proposições permanecerão para sempre, principalmente entre os Haliti Paresi.

Daniel Matenho Cabixi: o Educador com “E” maiúsculo

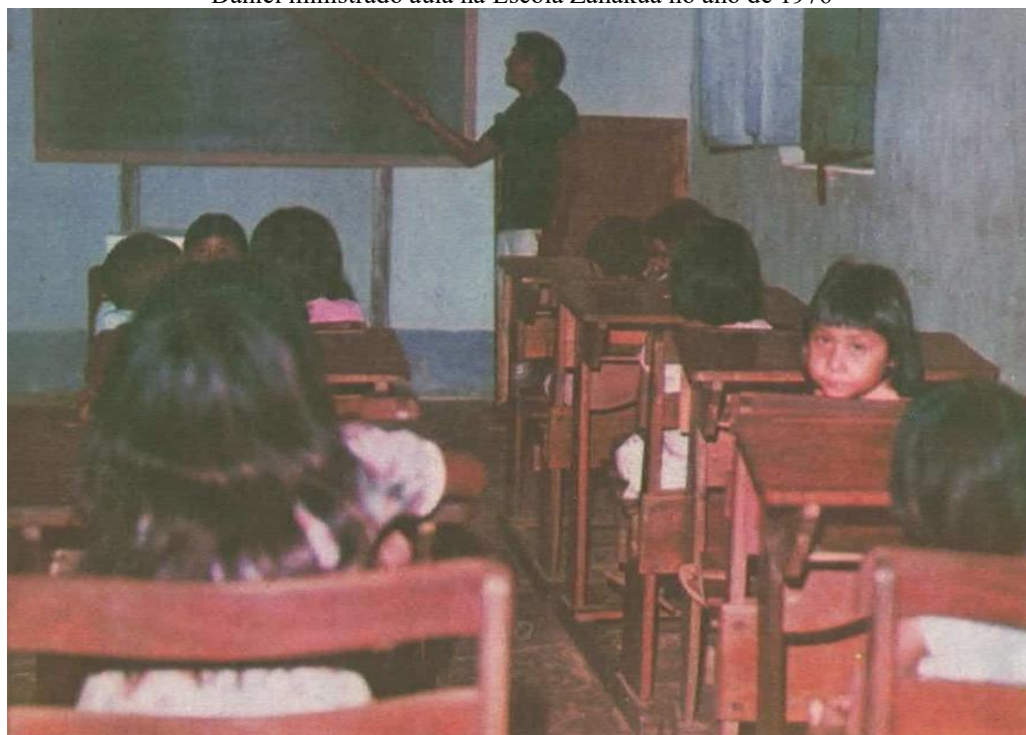
Como ficou comprovado cientificamente, as sociedades indígenas são dotadas de sistemas próprios de educação. Dentro do contexto dos valores indígenas, jamais a filosofia de comportamento de um determinado valor é independente de outro. (CABIXI, 1984, p. 21)

Como trazemos nesta epígrafe, o grande líder tinha consciência de que o termo educação não se refere apenas ao contexto escolar. Na sua luta pelos direitos dos indígenas, Daniel Matenho Cabixi acabou se dedicando mais para as questões da Educação.

Dizia ele que, o modelo de escola nas aldeias não servia para o nosso povo, pois impunha valores e negação de identidades. Como era um autodidata lia vários autores e um deles passei também a ler, que foi Paulo Freire. Passei a prestar mais atenção nos seus discursos e nas suas reflexões sobre a educação escolar. (ANGELO, 2022)

No ano de 1985, a FUNAI nomeia Daniel Matenho Cabixi para exercer a função de Monitor Bilingue, para atuar em escolas Haliti Paresi.

Daniel ministrando aula na Escola Zanakuá no ano de 1976



Fonte: imagem cedida por Francisca NAVANTINO, 2022

Mas, Daniel já tinha tido uma experiência de sala de aula, no ano de 1975, como relata em sua publicação de 1984, esclarecendo que colocou em prática, mesmo com dificuldades, uma metodologia de alfabetização que levasse em conta a realidade dos indígenas.

Na época tentei, dentro da minha possibilidade de entendimento no assunto, forjar uma pedagogia de ensino que fosse, de fato, um instrumento de aprendizagem. Isto levando em conta a característica cultural do grupo, a realidade do contato e sua influência. Esse método seria um meio para que os aprendizes tivessem melhor conhecimento de sua vida e da realidade que os envolve. (CABIXI, 1984, p. 24)

Com sua experiência, suas leituras e reflexões, nesta mesma publicação, Daniel deixa cinco conselhos e propostas para que a educação escolar indígena seja mais próxima do indígena e da cultura. Para Daniel Cabixi (1984), um trabalho de educação escolar que esteja condizente com a realidade do índio necessita:

- 6- Utilização da língua do grupo para alfabetização (aprendizado mútuo);
- 7- Trabalhar com elementos do universo cultural do grupo;
- 8- Conscientização sobre a realidade do grupo;
- 9- Conscientização sobre a sociedade envolvente e demais grupos;
- 10- Elaboração de material didático e de leitura na língua indígena e português;

Como podemos perceber, Daniel já naquela época tinha clareza de uma educação escolar indígena específica e diferenciada. Podemos até dizer, que Daniel estava ali propondo uma “Pedagogia Indígena” muito antes dos teóricos ocidentais assim o fazer. Mais tarde, ao dar seu depoimento para Rony Azoinayce Paresi (2010, p. 53), o grande líder volta a falar do ensino bilíngue, mas chama atenção para o fato de que não basta somente trabalhar o ensino bilíngue, mas é preciso conscientização.

Por outro lado, vejo que muitos indigenista, antropólogos, linguistas e outros, sempre colocaram a questão do ensino bilíngue em evidência. Às vezes eu fico pensando sobre a ênfase que se dá nesse aspecto. Minha experiência particular me diz que aplicar simplesmente esta metodologia não é suficiente, porque vejo que por trás do ensino sempre tentamos levar uma ideologia. Pergunto-me: Até que ponto as ideologias vão de encontro ou se aproximam do ponto de vista dos indígenas.

Daniel reforça esta questão quando, ao falar para Azoinayce Paresi (2010, p. 58), destaca a questão da escolarização como instrumento de conscientização, afirmando que este foi um de seus esforços quando trabalhou como Coordenador da CAIEMT, nos anos de 1989 a 1990.

Sempre tive como enfoque principal a questão da Escolarização Indígena, mas uma educação voltada para ênfase nos aspectos Específicos, Diferenciados, Interculturais e Bilíngües. Acreditando que seria uma das ferramentas para conscientização e politização das novas gerações indígenas, que estavam emergindo como indivíduos que futuramente seria atuante e seus respectivos povos e na sociedade envolvente.

Esta luta em favor da educação escolar indígena é bem reconhecida pelos Haliti Paresi. No caso da professora Nilce, ela é bem clara ao dizer:

Ele foi primeira pessoa que começou lutar sobre questão de educação específica e diferenciada nas comunidades indígenas, não só comunidade de Halíti Paresi, mas também para todos do estado de Mato Grosso e no nível do Brasil. Ele não tinha muita escolarização, só tinha ensino fundamental completo, mas ele tinha grande conhecimento e viajou muito, na época, pelo Brasil; até nos países estrangeiro ele foi lutar pelos direitos dos povos indígenas; esses direitos sobre a educação escolar indígena. Ele foi uma pessoa muito importante e fundamental na questão escolar indígena. (NILCE ZONIZOKEMAERÔ)

Daniel Cabixi, com demais professores, a caminho para participação na Cponferência Ameríndia, em Cuiabá-MT



Fonte: Franscisca NAVANTINO, 1997

Genilson André Kezomãe, foi entrevistado para este trabalho, pois é filho de Daniel e sempre acompanhou e participou de muitas discussões com seu pai. Ele reforça que, no seu

convívio com Daniel Matenho Cabixi, sempre ouvia ele falar da importância da escola trabalhar não só ensinamentos de ocidental. Genilson afirma:

Ele entendia que os índios devem ter mais educação tradicional junto com a educação contemporânea que é ensinada para as crianças e jovens brasileiros, porque a preocupação dele e outras lideranças era de que, se a gente trabalha só no conceito da educação ocidental, o índio, com tempo, vai esquecer a língua, tradições e a sua cultura. (GENILSON KEZOMÃE, 2022)

Este posicionamento é o mesmo de Rony Azoinayce (2022), quando, em depoimento para este trabalho, fala da importância da escolarização em aldeias indígenas valorizar a cultura tradicional: “(...) se perde raiz, se perde a sua identidade, isso que defendemos hoje; todas as lideranças defendem essas ideias hoje e foi graças aos ensinamentos de grandes lideranças, como João Arrezomãe e Daniel Matenho Cabixi.”.

Daniel Matenho Cabixi tinha muito boa relação com várias pessoas importantes, tendo viajado pelo mundo, fazendo palestras e difundindo suas ideias sobre a valorização da cultura tradicional. Ele sempre foi muito respeitado e considerado um autodidata.

Daniel Matenho e Chikinha Paresi com empresário Sr. André Maggi em Sapezal-MT



Fonte: Francisca NAVANTINO, 2002

Com esta exposição pequena sobre Daniel e João Arrezomãe, vamos apresentar para a escola indígena Haliti Paresi a proposta de um e-book para ser usado nos cursos de Formação Continuada para professores. A ideia é juntar os textos e entrevistas de Daniel Matenho

Cabixi, os ensinamentos de João Arrezomãe e partes dos depoimentos coletados e formar um livro de textos para reflexão dos professores para sua prática nas escolas.

Importante reforçar que Daniel Cabixi sempre defendeu a ideia de que o Brasil é formado por grande número de povos diferentes, de culturas e língua diferentes, as quais deveriam ser consideradas e valorizadas pelas autoridades brasileiras. Foi um grande defensor para se criar políticas públicas de valorização da tradição cultural indígena, em especial, valorizando a educação formal nas aldeias como forma de fortalecimento das culturas tradicionais. Autodidata, escreveu vários artigos, proferiu muitas palestras e conferências, sempre falando da importância da Educação Escolar entre indígenas como forma de resistência e luta pelos direitos dos povos tradicionais. Defendia uma Educação Diferenciada e de qualidade.

Cabe ao professorado e as lideranças jovens garantir e assegurar o futuro das novas crianças Haliti que estão vindo, porque é importante continuar tendo orgulho de nossa identidade; Assim, Daniel Matenho Cabixi se foi, João Arrezomãe se foi, Valdomiro se foi, Maisa se foi, Walter se foi, João Titi se foi, e, por essa razão, a nossa luta continua sempre para sobrevivência de nossa cultura e do nosso Povo; por essa razão todo nós vamos agradecer essas grandes lideranças que nos ensinaram e foram grandes Mestres, como Wazare foi e Kamahiye foi. O João Arrezomãe é como Wazare e o Daniel Matenho Cabixi é como Kamahiye. Eles, grandes mestres sábios na cultura Haliti-Paresi. (AZOINAYCE, 2022)

CONSULTORES NATIVOS

RONY AZOINAYCE PARESI
FRANCISCA NAVANTINO PINTO DE ANGELO
PEDRO NAZOKEMAI
ESTEVÃO KENAZOKAE
JUVENAL AZOMARÉ
CARLITO OKENAZOKIE
NILCE ZONIZOKEMAERÔ
IVÂNIO ZEKEZOKEMAE
ANGELO KEZOMAE
DITO NIZOKAE (BUKANYO)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazzo de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- ANGELO, Francisca Navantino Pinto de. **Educação escolar entre os povos indígenas de Mato Grosso**: Cinco casos, cinco estudos, 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional. Disponível em <http://objdig.ufrj.br/72/teses/879677.pdf>. Acesso em maio de 2021.
- AZOINAYCE PARESI, Rony Walter. **Trajetória de vivência do líder indígena Haliti-Paresi: Daniel Matenho Cabixi**, 2010. Monografia (Especialização) – Universidade do Estado de Mato Grosso, FAINDI, Barra do Bugres. Texto em PDF cedido pessoalmente pelo autor no ano de 2022.
- BRASIL. **LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF 1996.
- BRASIL. **Referenciais Curriculares Nacionais para professores Indígenas**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 2002.
- CABIXI, Daniel Matenho. Educação do grupo Paresi. In: SILVA, Aracy Lopes. **Comissão Pró Índio. A questão da Educação Indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981
- CABIXI, Daniel Matenho. **A questão indígena**. Cuiabá: Centro de Documentação Terra e Índio, 1984.
- DEMO, Pedro. **Metodologia da Investigação em Educação**. Curitiba: IBPEX. 2005
- FERREIRA, Waldineia Antunes de Alcântara, ZOIA, Alceu e GRANDO, Beleni Salete. Aprendizagens dos Saberes Indígenas na Escola: Desafios para a Formação de Professores/as Indígenas. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas. Dossiê Especial. Educação e povos indígena** Vol. 28, No. 165. P.1-16. Novembro de 2020. Disponível em <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4790/253>
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GERHARDT, Tatiana Engel et all. Estrutura do Projeto de Pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GRANDO, Beleni Saléte. **Projeto Saberes Indígenas na escola Rede UFMT; Formação de professores indígenas em Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT.
- GRUPIONI, Luís Doniseti Benzi. Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil. Brasília: Em Aberto, V. 20 n. 76. P. 13-18. 2003.
- GRUPIONI, Luís Doniseti. **Legislação Escolar Indígena. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores**. Brasília: MEC, SEF, 2002.
- HALITI-PARESI WAIKYOHERA. Plano de Gestão Territorial. Território Haliti Paresi. Mato Grosso, Brasil, 2019.
- ISAAC, Paulo Augusto Mário e RODRIGUES, Silvia de Fátima Pilegi. Educação escolar indígena: impactos e novas formas de colonização. **Revista COCAR**, Belém. V.11. N.22, p. 60 a 86 – Jul./Dez. 2017

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MATO GROSSO. **Portaria 02/98 SEDUC/MT - CEFAPRO**, 1998

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., e CASTRO, PA., (Orgs). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MOREIRA, Sebastião Carlos. **Daniel Matenho Cabaxi: Seus sonhos se tornam os nossos sonhos**. <https://cimi.org.br/2017/11/daniel-matenho-cabaxi-seus-sonhos-se-tornam-os-nossos-sonhos/print/>

NÓVOA, António. **Os professores e sua formação**. Dom Quixote: Lisboa, 1995.

PAES, Maria Helena Rodrigues. **Na Fronteira: Os atuais dilemas da escola indígena em aldeias Paresí de Tangará da Serra-MT, num olhar dos Estudos Culturais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS). Programa de Pós-Graduação em Educação, 2002.

PEGGION, Edmundo Antonio. Educação e Diferença: a formação de professores indígenas em Mato Grosso. Brasília: **Em Aberto**, V. 20 n. 76. p.44-53. 2003

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico**. São Paulo: Cortêz, 2013.

TRAVESSINI, Neodir Paulo. (2002). **A questão da educação no contexto da modernidade e da civilização indígena**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS). Programa de Pós-Graduação em Educação, 2002.

ZEICHNER, Kenneth M. Uma análise crítica sobre a “reflexão” como conceito estruturante na formação docente. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 103, p. 535-554, Campinas, maio/ago 2008.